

11 ESPAÇOS VIVIDOS

ESTUDOS SOBRE A CIDADE CONSTRUÍDOS

ISSN 2183-4644

MODOS DE FAZER. Pesquisa e ação colaborativa no Bairro da Cova da Moura

REENCONTRO COM O TEMPO NO
BAIRRO DA COVA DA MOURA

ENSAIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
GESTUAL EM 'INTERAÇÃO DIALÓGICA'

INICIATIVA ESTE LARGO PODIA SER
ASSIM

URBANISMO 'COM OS PÉS NO CHÃO'

UM OLHAR A PARTIR DA ACADEMIA

OLHARES A PARTIR DA INTERVENÇÃO/
PRÁTICA PROFISSIONAL

Volume 1 . Número 11 . Dezembro 2022

ESPAÇOS VIVI DOS

ESTUDOS SOBRE A CIDADE CONSTRUÍ

Revista número 11

Dezembro 2022

ÍNDICE

- 4 Editorial
- 5 Lista de Autores
- 7 **INTRODUÇÃO**
- 8 Modos de fazer
Júlia Carolino
- 13 **PREÂMBULO URBANÍSTICO**
- 14 Um reencontro com o tempo no Bairro da Cova da Moura
Teresa Craveiro
- 25 **ARTIGOS**
- 26 Ensaio de extensão universitária no Bairro da Cova da Moura: o Gestual em 'interação dialógica' com a Comissão do Bairro para a qualificação do lugar
Isabel Raposo
- 44 Agir entre planos: A iniciativa *Este Largo Podia Ser Assim* como exemplo de uma intervenção liminar
Joana Lages
- 54 Potencialidades e constrangimentos para um urbanismo 'com os pés no chão'. Reflexão crítica a partir da requalificação participativa da Entrada Sul, Bairro da Cova da Moura
Alessandro Colombo
- 63 **TESTEMUNHOS**
- 64 **Um olhar a partir da Academia**
- 65 As associações da Cova da Moura e suas contribuições à luz de uma abordagem processual da "legalização do bairro"
Júlia Carolino
- 75 **Olhares a partir da intervenção/prática profissional: a Iniciativa Bairros Críticos**
- 76 Reflexões profissionais em torno da Iniciativa Bairros Críticos: o caso da Cova da Moura
Helena Mire Dores e Susana Sousa
- 82 Comentários Pessoais sobre a metodologia de análise das condições de habitabilidade aplicada no Bairro da Cova da Moura (2007/2008).
António Baptista Coelho
- 87 Normas para apresentação
- 89 Referees

EDITORIAL

Este número da revista *Espaços Vividos e Espaços Construídos: Estudos sobre a Cidade*, apresenta-nos textos e reflexões sobre “MODOS DE FAZER. Pesquisa e ação colaborativa no Bairro da Cova da Moura”. Territórios sem a formalidade e legalidade da posse, com uma ocupação e organização específica e diversa, em termos humanos e culturais, como é o caso do Bairro da Cova da Moura, não deixam de revelar intensos processos participativos e do envolvimento dos atores locais, com um papel de liderança enquanto ativadores de cidadania em contexto complexo, para o empoderamento da sociedade local e que gerem uma mobilização continuada e sistemática. O grupo de investigação GESTUAL, tem trabalhado ao longo dos últimos anos, com a comunidade do Bairro da Cova da Moura, seja por estudos pontuais, por projetos de investigação ou por trabalhos académicos realizados por alunos. Este número reflete parte desses processos de investigação e reflexão, sempre na perspetiva de trabalhar com e para a comunidade. Uma nova abordagem é procurada, à semelhança do que se pratica no Brasil, com um ensaio de extensão universitária, tendo o Gestual como interlocutor de uma interação dialógica com a Comissão de Bairro para a qualificação do lugar. Estes estudos procuram transparecer as potencialidades e os constrangimentos para um urbanismo que promova uma reflexão crítica a partir de intervenções diversas (liminares, colaborativas, etc.) e participadas com o envolvimento da comunidade local. Os testemunhos, a partir de um olhar da Academia, traz-nos os contributos das associações da Cova da Moura à luz de uma abordagem processual da ‘legalização do bairro’, complementadas com uma abordagem das reflexões profissionais em torno da Iniciativa Bairros Críticos e de comentários sobre a metodologia de análise das condições de habitabilidade aplicada no Bairro da Cova da Moura. Os vários textos deste número, oferecem-nos uma análise reflexiva e significativa sobre o papel da academia nos processos de requalificação dos territórios, com a mobilização e envolvimento da comunidade local nos processos de “transformação” do “seu” espaço.

Boas leituras!

José Luís Crespo

LISTA DE AUTORES

ALESSANDRO COLOMBO

Doutor em políticas públicas, mestre em planeamento urbano, possui especialização em ação local participada e formação em sistemas de informação geográfica. É investigador do Dinâmica-CET, ISCTE, sendo consultor na área do planeamento urbano e territorial, com foco nas políticas de habitação e regeneração urbana e no desenvolvimento de formas de governança integrada e multinível em bairros desfavorecidos.

alessandro_colombo@iscte-iul.pt

ANTÓNIO BAPTISTA COELHO

Arquiteto (ESBAL), doutor em Arquitetura (FAUP), investigador principal com habilitação (LNEC), coordenador da “análise das condições de habitabilidade do edificado no Bairro do Alto da Cova da Moura”, um estudo realizado pelo LNEC e participado pelo IHRU e pela CM da Amadora, em 2007/2008.

abc@lnec.pt

HELENA MIRE-DORES

Arquiteta. Chefe de Projeto da Intervenção na Cova da Moura entre outubro de 2007 e abril de 2012.

helenamiredores@gmail.com

ISABEL RAPOSO

Arquiteta, doutora em Urbanismo pela Universidade de Paris XII, Professora Associada pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL, ex-FAUTL), onde foi docente entre 2002 e 2022 e coordenadora do Grupo de Estudos Sócio-Territoriais Urbanos e de Ação Local (Gestual-CIAUD/FAUL) desde 2007. Desde 2004, como docente na FAUTL, dinamizou ensaio urbanístico, pesquisa-ação e extensão universitária no bairro da Cova da Moura e coordenou o Projeto “Cova da Moura, que desígnio, que desenho. Olhares académicos”. Participou e coordenou diversas pesquisas, de que se destaca, entre outubro 2018 e dezembro 2022 o Projeto de Investigação África Habitat “Da sustentabilidade do habitat à qualidade do habitar nas margens urbanas de Luanda e Maputo”, de que foi investigadora principal e que foi financiado pelo Programa Knowledge for Development, da Fundação para a Ciência e a Tecnologia e da Aga Khan Development Network (FCT-AKDN).

isaraposo52@gmail.com

JOANA PESTANA LAGES

Arquiteta. Investigadora integrada do DINÂMIA'CET-ISCTE. Co-fundadora da Associação Mulheres na Arquitectura. Os seus interesses de investigação centram-se no cruzamento interdisciplinar que atravessa a Arquitetura e as Ciências Sociais, com enfoque na dimensão da precariedade habitacional. Entre 2010 e 2019 integrou o grupo de pesquisa Gestual/CIAUD-FA-ULisboa. Trabalhou como arquiteta desde 2002 com Willy Müller (Barcelona), dRMM (Londres) ou Renzo Piano Workshop (Génova), antes de fundar o seu Estúdio Periférico. Em 2017, cofundou a Associação Mulheres na Arquitectura com o objetivo de refletir e agir sobre as questões de género e a produção de espaço.

joana.lages@iscte-iul.pt

JÚLIA CAROLINO

Antropóloga. Investigadora do CIAUD/FAUL (Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design), da Faculdade de Arquitetura, da Universidade de Lisboa). Integrou a equipa do Gestual entre 2011 e 2022, participando nas suas atividades no Bairro da Cova da Moura, onde desenvolve pesquisa sobre a produção do lugar.

jcarolino@outlook.pt

SUSANA SOUSA

Socióloga. Entre 2006 e 2012, fez parte da Equipa de Coordenação do IHRU da Iniciativa Bairros Críticos. Exerce atualmente funções como diretora de Serviços no Gabinete de Estratégia, Planeamento e Avaliação Cultural do Ministério da Cultura e é doutoranda em Estudos Urbanos do ISCTE/Universidade Nova de Lisboa, com o projeto de investigação "Modelos de governança e política de cidades: uma leitura a partir da "Iniciativa Bairros Críticos".

susanaleitaosousa@gmail.com

TERESA CRAVEIRO

Geógrafa, com mestrado em gestão urbanística. Foi técnica superior na Câmara Municipal da Amadora, entre 1981 e 1986 e, depois, durante 30 anos, na Câmara Municipal de Lisboa, onde foi Diretora do Departamento de Planeamento Estratégico e Coordenadora da Equipa de Projeto do Programa Local de Habitação (PLH) e dos Direitos Sociais. Foi deputada da Assembleia Municipal no último mandato (2017- 2021).

mtcraveiro@gmail.com

INTRODUÇÃO

5

MODOS DE FAZER

Júlia Carolino

Quando, já na segunda metade do século XX, Lisboa atingiu uma escala metropolitana, (Ferreira 1987), os então chamados “bairros clandestinos” consistiram, pela sua dimensão, numa das modalidades do rápido crescimento urbano da capital portuguesa. Entre estes, o Bairro da Cova da Moura (desde setembro de 1979, incluso no concelho da Amadora) tem sido apontado como um caso singular, antes de mais por resultar da ocupação de terrenos agrícolas expectantes que eram na sua maioria privados, em vez das áreas públicas desocupadas (como foi mais comum – vide Craveiro, neste volume). Acresce o vigor, demonstrado ao longo dos anos pelas suas organizações locais, empenhadas na luta pela regularização da situação fundiária, urbanística e habitacional do bairro (Jorge e Carolino, 2019; Carolino neste volume). Ao longo dos anos, a dinâmica associativa foi igualmente distinguindo a Cova da Moura pela postura propositiva protagonizada sobretudo pelo Moinho da Juventude e o destaque que deu à valorização de práticas culturais que afirmaram na AML uma identidade de bairro específica, associada à migração e, frequentemente, à origem cabo-verdiana de muitos dos seus habitantes.

Este número reúne um conjunto de artigos que abordaram sobre a questão da regularização e qualificação do bairro, em diversas fases da sua história e da história da própria intervenção pública, com as suas fases distintas (Raposo 2010). Cada um dos artigos documenta a seu modo e de diferentes lugares, momentos, contextos e tipos de intervenção que, sendo focados na Cova da Moura, são também testemunhos importantes de *modos de fazer* ensaiados e amadurecidos no âmbito de uma relação colaborativa entre entidades académicas, associativas e profissionais. Este número está organizado em três separadores: um preâmbulo urbanístico, artigos e testemunhos (de investigação sobre a Cova da Moura e de intervenção no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos).

No ‘preâmbulo urbanístico’, Maria Teresa Craveiro reflete sobre os ensaios da intervenção municipal no bairro, na primeira década do pós-25 de Abril de 1974. A autora conduz-nos aos anos de forte crescimento dos “clandestinos” e ao modo como estes são então equacionados enquanto problemática social e urbana, numa atmosfera sociopolítica ainda marcada pelo 25 de Abril e muito distinta da fase neoliberal que a sucedeu (Hibou, 2011). A propósito do primeiro grande estudo sobre o Bairro da Cova da Moura, que coordenou em 1983, a autora dá-nos conta do tipo de intervenção ensaiada, na senda do estipulado pelo Decreto-Lei nº 804/76 de 6 de novembro. Sem perder de vista o imperativo de garantir a solidez do edificado e boas condições de habitabilidade, Craveiro introduz-nos à visão de então, que procurou articular alterações necessárias quanto à posse do terreno com a salvaguarda da permanência das famílias instaladas, postura que levou a que, em 1979, o município indeferisse o “requerimento de licença de loteamento” solicitado pelos proprietários da maior parcela do terreno, que não tinham em conta a ocupação existente. Valorizando “o planeamento como um processo” (Craveiro, neste volume), a equipa técnica do estudo de 1983 apontava caminhos inovadores. É o caso do apoio à autoconstrução, por profissionais das áreas em questão, instando o poder público (central e local) a assumir um papel-chave e de vanguarda na resolução da questão fundiária (via expropriação) e na contenção da densificação do tecido construído e da especulação imobiliária já então identificados no trabalho de terreno desenvolvido, pondo ao serviço do processo recursos técnicos a operar numa relação de proximidade e suporte aos habitantes. A autora conclui fazendo a ponte com

a oportunidade perdida pela mais recente Iniciativa Bairros Críticos (doravante IBC) e com os novos instrumentos urbanísticos e habitacionais.

O separador ‘artigos’ inclui 3 textos de alguns dos membros do Grupo de Estudos Socio-Territoriais Urbanos e de Ação Local (Gestual) da Faculdade de Arquitetura da então Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL, hoje FAUL), que refletem sobre a sua interação com o bairro, as suas associações e os seus habitantes, a qual antecedeu a IBC e prosseguiu mais de um ano depois da sua extinção.

Isabel Raposo introduz-nos no universo teórico e metodológico que norteou a pesquisa-ação conduzida desde 2004/2005 por um grupo da FAUTL, embrião do Gestual. A autora relata o modo como ensaiou uma prática outra de extensão universitária, no campo da arquitetura e do urbanismo de um território autoproduzido e no quadro de uma relação colaborativa - ou de uma “interação dialógica” - que teceu intensivamente ao longo de dez anos (até 2014) com a Comissão de Bairro da Cova da Moura. Raposo desfia, na primeira pessoa e na voz do coletivo académico, as referências teóricas e as experiências profissionais que antecederam e enquadraram os anos trilhados no bairro, na procura de caminhos colaborativos para a sua qualificação, acompanhando o desenrolar da IBC. A autora pontua alguns dos momentos estruturantes dessa interação entre o grupo académico e a Comissão de Bairro, sublinhando as suas contradições, mútua aprendizagem e transformações, até ao término dessa relação continuada, em resultado do afrouxamento da dinâmica associativa da Comissão de Bairro em prol da qualificação do bairro, com o término da IBC.

Os artigos de Lages e Colombo dão conta de duas iniciativas académicas específicas, desenvolvidas nos últimos anos da colaboração contínua entre o Gestual e a Comissão de Bairro da Cova da Moura, no período final da IBC, marcadas pelo desejo de não deixar perder a dinâmica gerada e a visão que, ao longo dos anos, as associações locais amadureceram conjuntamente. Os textos refletem a ênfase na valorização do potencial formativo e exemplificativo de pequenas ações de melhoramento do existente. Documentam, igualmente, o envolvimento de jovens investigadores e profissionais que, numa perspetiva de investigação-ação, se propuseram operacionalizar abordagens debatidas em equipa, no Gestual e com as organizações locais.

O texto de Lages dedica-se às oficinas de micro-urbanismo participado desenvolvidas, sob responsabilidade da autora, no quadro do projeto de pesquisa *Espaço Relacional e Direito à Cidade* (Gestual-CIAUD)¹, sendo todas elas parte da iniciativa designada *Este Largo Podia ser Assim* (visando a qualificação de um dos espaços públicos significativos do Bairro da Cova da Moura). Tais oficinas propuseram-se, em ambiente multidisciplinar e a partir do recurso ao desenho como ferramenta de pesquisa, pôr em prática um *agir entre planos* (Lages, 2017) centrado nos habitantes e na dinâmica do lugar. A ambição era, como acima referido, a de propiciar aprendizagens e descortinar caminhos úteis a um processo que, a longo prazo, contribuísse para uma cidade mais justa e inclusiva. Propondo-se, a curto prazo, chegar a ações concretas de transformação física do espaço que fossem exemplares, a equipa investiu na colaboração com os habitantes e as organizações locais. A autora dá conta de como, não tendo esse resultado sido atingido, o processo – e, especificamente, o recurso ao desenho como metodologia de pesquisa – se revelou rico na compreensão das dinâmicas do lugar e das suas implicações para a qualificação física de um bairro autoproduzido nas margens da regulação pública. Também o artigo de Colombo, que se segue, se foca em *modos de fazer*, tema que une as diversas contribuições que perfazem este volume da revista *Espaços Vividos Espaços Construídos*. Defendendo

¹ Com financiamento de fundos nacionais, via Fundação para a Ciência e a Tecnologia (EXPL/ATP-EUR/1772/2012), tendo tido como Investigadoras Responsáveis, Júlia Carolino e Joana Lages.

um “urbanismo com os pés no chão”, Colombo dá conta do desenrolar de uma iniciativa desenvolvida por dois jovens estagiários (do Gestual) em urbanismo e arquitetura, em diálogo colaborativo com a Comissão de Bairro, atento aos valores tangíveis e intangíveis investidos pelos moradores no lugar. Esta contribuição relata a primeira fase de uma proposta de intervenção na *Entrada Sul* do Bairro da Cova da Moura, a qual seria posteriormente aprofundado por Filipa Verol (no quadro de um estágio na Associação Cultural Moinho da Juventude) para ser submetido à Trienal de Lisboa em 2013, onde ganhou o segundo lugar, o que tornou possível a sua implementação (ver Raposo neste número). O autor salienta a importância de processos *abertos*, capazes de acolher e de se transformar à luz de imprevistos inevitavelmente trazidos ao processo por uma intensa relacionabilidade. Em vez da figura do técnico que se distancia do “terreno” (do chão), armado das suas ferramentas profissionais, Colombo fala-nos de como pode o urbanista ser vulnerável aos efeitos que as relações estabelecidas durante a ação – em processo – têm, não apenas sobre a *intervenção* em curso mas, também, sobre si mesmo enquanto profissional reflexivo.

Um terceiro separador ‘testemunhos’, subdivide-se em testemunhos por parte da Academia sobre a Cova da Moura e testemunhos focalizados em experiência profissionais no Âmbito da Iniciativa Bairros Críticos. O texto de Júlia Carolino debruça-se especificamente sobre a génese e desenvolvimento das associações que integram a Comissão de Bairro, abordando a temática a partir de um enfoque na *qualificação/legalização* do bairro enquanto arena pública onde se movem e disputam um conjunto diversificado de visões e possibilidades, associadas a distintos atores. O texto detém-se sobre as organizações locais que se uniram desde 2002 numa Comissão de Bairro para defesa do seu direito ao lugar e à sua qualificação.

Os artigos seguintes apresentam a reflexão de técnicos implicados na Iniciativa Bairros Críticos (IBC), uma intervenção pública lançada no Bairro da Cova da Moura em 2005, mais de vinte anos depois da pesquisa-ação municipal de 1983, apresentada no primeiro artigo deste número.

Um primeiro artigo é escrito por duas profissionais que foram essenciais à operacionalização da IBC: Helena Mire Dores, arquiteta e Chefe de Projeto da Intervenção na Cova da Moura entre outubro de 2007 e abril de 2012 e Susana Sousa, socióloga que entre 2006 e 2012, fez parte da Equipa de Coordenação do IHRU da Iniciativa Bairros Críticos. Ambas foram, nesse período, cruciais à articulação entre parceiros e interlocutoras-chave das associações locais. No seu testemunho reflexivo, as autoras dão conta do carácter experimental e inovador desta iniciativa pública que tantas esperanças suscitou, não só entre académicos e responsáveis políticos e técnicos, mas também entre habitantes e as organizações locais. Que ensinamentos se podem retirar de uma experiência que, como lembram as autoras, se propunha conduzir a aprendizagens úteis a uma futura política de cidades?

A IBC constituiu, para cada um dos territórios de intervenção, uma parceria alargada que envolvia entidades públicas dos vários sectores, além do poder local e dos representantes do próprio território em questão. Lembrando alguns dos importantes progressos feitos durante o desenrolar da IBC na Cova da Moura, Dores e Sousa dão conta de como, não obstante as difíceis tensões e a desconfiança que permeavam o relacionamento entre os atores-chave (Câmara Municipal e Comissão de Bairro) e uma correspondente polarização de posições quanto a que caminhos seguir ao nível da qualificação do bairro, a IBC constituiu uma oportunidade ímpar para o ensaio de novos paradigmas de intervenção pública, assentes na coresponsabilização de parceiros e no envolvimento dos atores e interesses afetados, que eram diversos, acrescentando complexidade ao processo. As autoras levantam a questão de até que ponto não terá a IBC sido extemporânea em relação ao seu tempo, ao mesmo tempo que apontam com clareza conquistas obtidas nesse processo, que seria importante não deixar perder.

Passados vários anos, e na presente situação de indefinição, fica a questão de quanto resta desse património de experimentação metodológica e negociação.

Um dos empreendimentos-chave do processo despoletado pela IBC consistiu na análise das condições de habitabilidade do edificado no Bairro do Alto da Cova da Moura, levado a cabo pelo LNEC sob coordenação do arquiteto António Baptista Coelho, autor do último artigo neste número. Este consiste numa reflexão pessoal, resultante da sua participação, enquanto coordenador desse estudo, no seminário *Cova da Moura. Que Desígnio, que Desenho – Balanço e Perspectivas*, realizado em 2013 pelo Gestual, em articulação com a Comissão de Bairro (nela se baseando o texto que agora se apresenta, concluído também nessa data). O autor sublinha o modo como este estudo, da responsabilidade do LNEC, contou com a colaboração do IHRU, da Câmara Municipal da Amadora e dos habitantes e suas organizações (reunidas na Comissão de Bairro). A par de uma exemplar colaboração entre parceiros, Baptista Coelho aponta também o papel importante que uma grande proximidade ao terreno, através de presença continuada e diálogo, teve no processo, produzindo uma caracterização de sentido aberto, a ser complementada com as que se seguiriam (caracterização social e estudo e proposta urbanística). Tal não implicou, por outro lado, sacrificar o rigor da caracterização, tendo requerido da equipa responsável o desenvolver de novas metodologias de análise que permitissem, nas palavras do autor, como que uma “radiografia” pormenorizada e complexa das condições em presença, dando lugar à produção de um arquivo do edificado “casa a casa” e apta a uma adaptação sensível, valorizadora das “singularidades e diversidades de cada zona específica” (Baptista Coelho, neste volume).

O carácter mobilizador e a riqueza dos processos desencadeados em torno da IBC pelas instituições públicas, associações e academia, não foi imune a períodos de impasse na discussão e condução do processo de qualificação do bairro. Estes acentuaram-se a partir de 2012, com a suspensão da coordenação, pelo Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana, da Iniciativa Bairros Críticos e, em 2013 com o seu encerramento pela Câmara Municipal da Amadora, esbatendo-se a rica (mesmo se difícil) dinâmica gerada.

Abarcando um leque diversificado de iniciativas levadas a cabo no Bairro da Cova da Moura e no contexto do seu muito desejado e ainda pendente processo de qualificação urbana e habitacional, as contribuições são, no seu conjunto, diversificadas quanto aos lugares técnicos/académicos a partir dos quais os processos e as realizações foram desenhadas e as próprias reflexões se desenvolvem. Por outro lado, todas elas ensaiam, criativamente, formas de conhecimento e possibilidades de ação que ambicionam um alcance mais amplo e participado.

Terminamos de modo semelhante ao que escolheram vários dos textos, com uma referência ao dinamismo e vontade que permanece, na Cova da Moura, de lutar por um futuro em que o bairro seja menos um território à parte e mais um espaço vivido da cidade metropolitana, entre tantos outros. Refletindo a própria dinâmica que tem marcado o processo de qualificação do bairro, este volume olha-o a partir do olhar dos seus autores atentos ao lugar e à luta em que se empenham habitantes e organizações locais pelo direito de ficar. Espera-se que num futuro próximo surjam as condições para uma dinâmica mais multifacetada, assente em colaborações (mais do que oposições) entre moradores e os poderes públicos com responsabilidades nas áreas da qualificação urbanística e habitacional.

BIBLIOGRAFIA

- CAROLINO, J.** (2013), "Contribuições de um enfoque antropológico no lugar para a temática da requalificação habitacional. O caso da Cova da Moura", comunicação apresentada no *2º Congresso Internacional de Habitação no Espaço Lusófono*. Lisboa: LNEC, março de 2013.
- FERREIRA, V. M.** (1987), *A Cidade de Lisboa. De Capital do Império a Centro da Metrópole*. Lisboa: Dom Quixote.
- HIBOU, B.** (2011), "O ilegal na cidade moderna", em I. Raposo (coord.), *Urbanização de territórios de génese ilegal*. Relatório final do Projeto de investigação PTDC/AUR/71721/2006 (financiado pela FCT). Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (CIAUD/Gestual), pp. 81-103.
- JORGE, S. e J. Carolino** (2018), "Um Lugar em Produção: O Caso da Cova da Moura", *Fórum Sociológico*, 34, pp. 19-30. Disponível em: <http://journals.openedition.org/sociologico/4980>; <https://doi.org/10.4000/sociologico.4980>
- LAGES, J. P.** (2017), *À Conquista de Justiça Espacial. Intervenções Liminares em Territórios Autoproduzidos na Área Metropolitana de Lisboa*. Tese de Doutoramento em Urbanismo, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.
- RAPOSO, I.** (2010), "Intervenção pública num bairro 'crítico', o Alto da Cova da Moura". *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, n.º 7. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 97-103 (resultante de comunicação em conferência de Julho 2009).

PREÂMBULO URBANÍSTICO

O REENCONTRO COM O TEMPO NO BAIRO DA COVA DA MOURA

MARIA TERESA CRAVEIRO

RESUMO

Este texto pretende fazer uma revisitação do Programa de Ações proposto em 1983 por uma equipa da Câmara Municipal da Amadora (CMA) criada para a avaliação e reconversão dos “bairros clandestinos”, entre os quais o Bairro da Cova da Moura e a sua singularidade aqui descrita. Reflete-se sobre as oportunidades perdidas de uma adequada intervenção urbanística e conclui-se lançando um desafio à operacionalização do Plano de Recuperação e Resiliência no município da Amadora.

PALAVRAS CHAVE

Cova da Moura, reconversão urbanística, coesão social, tempo de intervenção, Programa de Recuperação e Resiliência (PRR)

ABSTRACT

This text intends to revisit the Action Program proposed in 1983 by a team from the Municipality of Amadora (CMA) created for the evaluation and reconversion of the “clandestine neighborhoods”, among which the Cova da Moura neighborhood and its uniqueness here described. It reflects on the missed opportunities of an adequate urban intervention and concludes by launching a challenge to the operationalization of the Recovery and Resilience Plan in the municipality of Amadora.

KEYWORDS

Cova da Moura, urban reconversion, social cohesion, intervention time, Recovery and Resilience Program (PRR)

INTRODUÇÃO

O Bairro da Cova da Moura constitui hoje uma realidade socio-urbanística de dimensão bem diferente do que era em 1983, data em que a Câmara Municipal da Amadora (CMA) concluiu o Relatório¹ que inclui a análise da situação do Bairro e um programa de ações. Passados quarenta anos continua por cumprir a reconversão e recuperação deste Bairro, então com uma dimensão diminuta porquanto consistia, à data, num processo recente. O Relatório afirmava a necessidade de uma intervenção que extravasava o município da Amadora recentemente constituído²:

“E se os objectivos finais desse programa de acções visam a recuperação do bairro, é também através de uma intervenção decidida da Administração, entendida a todos os seus níveis: Central e Local que discipline e regre desactivando, a fase especulativa deveras preocupante que se vem delineando em torno desta ocupação e que deverão definir e implementar acções que a todo o custo evitem o nascimento de uma ‘nova Brandoa’” (ponto 8.2 da Proposta Conclusiva do Relatório, p. 98).

Por não terem sido implementadas as ações preconizadas, não obstante a intervenção no âmbito da Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos³, lançada posteriormente em 2005, por parte da Secretaria de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, foi-se assistindo ao desenvolvimento de um Bairro singular - resultado de uma ocupação de terrenos privados por populações migrantes⁴ -, com características próprias e até soluções construtivas criativas e onde reside uma forte comunidade multicultural. Todavia, neste Bairro as habitações plurifamiliares foram-se multiplicando, muitas delas carecendo de condições de habitabilidade e de segurança da construção. O quadro conceptual, a que se fazia referência em 1983, para a intervenção no Bairro, assentava no preconizado no Decreto-Lei nº 804/76 de 6 de Novembro, que afirmava (Artigo 2º, nº 1, c):

“serem aceitáveis, em significativa percentagem no conjunto da área, as construções existentes nos aspectos de solidez, segurança e salubridade ou serem susceptíveis de assim se tornarem através de obras economicamente justificáveis.”

Como se referia no Relatório de 1983, o aparecimento do bairro da Cova da Moura constituiu uma “situação ímpar” de ocupação de terrenos na Área Metropolitana de Lisboa que “se enquadra num fenómeno de ‘invasão’ que consiste numa apropriação de solo particular e sua transformação do uso agrícola ou expectante em residencial” (Craveiro *et al.*, 1983, p. 3). Este processo de ocupação, tem similitude na América Latina onde é frequente nos subúrbios e nas áreas periurbanas, surgirem bairros resultantes de “‘invasões’ organizadas de famílias [que] se instalam, repartem e parcelam o terreno, segundo um plano pré-estabelecido” (Craveiro *et al.*, 1983, p. 3, com base em Busquets, 1976-1999/2005).

Curiosamente o Relatório de 1983 identifica atas de reuniões da Comissão de Moradores de 1979 que fazem referência à distribuição de ‘lotes’, supervisionada pela freguesia da Buraca. Esta ocupação teve origem na apropriação e fracionamentos de uma propriedade privada, que tinha sido de produção cerealífera e que estava em ‘pousio expectante’, porque “na mesma época, a propriedade rústica na periferia da Grande Lisboa, deixou de ser rentável para agricultura e desvalorizou-se” (Rodrigues, 2010, p. 19). Os proprietários aguardavam provavelmente a sua transformação em loteamentos legais, fenómeno que

1 O Relatório “Cova da Moura. Câmara Municipal da Amadora”, começou a ser elaborado em 1981 por uma equipa multidisciplinar dos Serviços de Planeamento Urbanístico e Serviços Municipais de Habitação da Câmara Municipal da Amadora, ficando concluído em 1983 (Craveiro *et al.*, 1983).

2 O Município da Amadora foi criado a 11 de setembro de 1979.

3 Resolução do Conselho de Ministros nº 143/2005 de 7 de setembro de 2005 (DR nº 172, disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2005/09/172b00/54865488.pdf>), aplicada ao Bairro do Alto da Cova da Moura, com base no Decreto nº 53/2003 de 11 de Dezembro, Declaração da Área Crítica de recuperação e reconversão urbanística do Bairro da Cova da Moura (Disponível em: <https://files.dre.pt/1s/2003/12/285b00/83898390.pdf>).

4 Ao invés da afirmação de Rodrigues (2010, p. 20, alínea e), nº 19 da introdução e breve cronologia histórica) de que não tinha “conhecimento de que os ‘bairros clandestinos’ [em Portugal] tenham resultado da ocupação espontânea de terrenos alheios por parte das populações migratórias [...]”.

5 Lei nº 91/95 de 02 de setembro (alvo de sucessivas alterações). Disponível em: https://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=1240&tabela=leis

6 Decreto-Lei nº 44258/62 de 31 de Março, “Regime Jurídico anterior a que se submetem as construções clandestinas”, artigo 165º sobre a demolição ou embargo de obras sem licença.

7 Revogado pelo Artigo 18º do Decreto Lei Nº 804/76 de 6 de novembro.

8 Levantamento efetuado no atelier Conceição e Silva pelos geógrafos José Carlos Pinto e Maria Teresa Craveiro, como equipa de campo.

ocorria na periferia de Lisboa, onde se assistia a um *boom* construtivo, nos anos 60, 70 e 80 do século XX, nomeadamente na área do município de Oeiras, que transitou para o município da Amadora.

Apesar da singularidade encontrada na origem deste Bairro, o fenómeno mais lato em que se inscrevia, então designado de “bairros clandestinos” (Craveiro, 2010) e hoje de Áreas Urbanas de Génese Ilegal⁵ constituía uma preocupação crescente já desde antes do 25 de Abril, plasmada em diversos diplomas e nos seus respetivos preâmbulos que falam de: “construções clandestinas que deviam ser sujeitas a demolição, ou embargo de obras sem licença”⁶. Todavia, estes diplomas não impediram que o processo se fosse disseminando, com uma forte presença na Área Metropolitana de Lisboa, salientando-se a ineficácia da aplicação de multas.

A dimensão desta problemática extravasava os municípios, correspondendo a uma oferta de habitação, em muitos casos construída pelos próprios – “construção à multa” – nas décadas de 50, 60 e 70 do século XX, consequência do êxodo rural para a capital, onde havia oferta de empregos, nos serviços e indústria, disseminando-se posteriormente para a Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Entretanto, verificava-se uma demissão do poder público nestas matérias, tendo o fenómeno sido olvidado pelo regime anterior ao 25 de Abril, só vindo a sobressair, na sua verdadeira dimensão, em 1969, com a notícia da derrocada de um prédio em construção na Brandoa, que tinha deficiência da estrutura de betão armado, o que levou o Estado a assumir a problemática.

O alarme da situação leva à publicação do Decreto-Lei nº 278/71⁷ de 23 de junho, visando “conseguir desencorajar a prática da construção clandestina, que em especial nos arredores das grandes cidades, tem assumido aspetos de verdadeira praga” (preâmbulo). É curioso que este sucinto diploma estruturava a possibilidade de aproveitamento, por parte do Estado e das Câmaras, deste mercado ilegal, “para a redução do problema da habitação” (mesmo preâmbulo). Ao mesmo tempo remetia-se para o Fundo de Fomento da Habitação, a administração e conservação dos prédios, nos casos em que a iniciativa da expropriação tivesse pertencido ao Estado.

O Estado, a partir do 25 de Abril de 1974, assumiu o fenómeno e a dimensão dos “bairros clandestinos”, como mostra a criação, em 1977, do Comissariado do Governo para as Áreas Degradadas dos Clandestinos para a Região de Lisboa, Porto e Algarve, pertencente ao Ministério da Habitação e Obras Públicas. Este Comissariado deu origem a estudos e ações, de que se salienta o Levantamento dos Bairros Clandestinos na Área Metropolitana de Lisboa, Margens Norte e Sul⁸, bem como o respetivo Primeiro Inquérito Público, as Intervenções prioritárias na Brandoa e outros. Anteriormente, tinha sido efetuado, no Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, o primeiro levantamento sistemático dos “núcleos clandestinos”, com identificação dos respetivos loteamentos e tipologias construtivas (Salgueiro, 1977).

Simultaneamente, com a clarificação dos processos de loteamento, vai sendo produzida diversa legislação, com realce, em 1976, para o Decreto-Lei nº 804/76 de 6 de novembro. Posteriormente é criada a Portaria nº 243/84 de 17 de abril que estabelecia as “condições mínimas de habitabilidade” e que foi efetuada a partir de um estudo para a Brandoa, incentivado pela Câmara Municipal da Amadora.

O Poder Local que emerge do pós-25 de Abril, vai tentar ultrapassar as estratégias centralizadas de intervenção nos “bairros clandestinos”, por parte da Administração Central, tomando em mão a avaliação da dimensão do fenómeno nos seus concelhos. Nalguns casos são criadas as Associações de Proprietários ou Comissões de Moradores (ainda que não legisladas) desencadeando os Planos de Reconversão, a legalização das suas casas e até a colaboração com os municípios na execução das infraestruturas, como no caso da reconversão do Bairro da Serra da Silveira (Craveiro e Nunes da Silva 1984), em Sintra. Alguns municípios na margem Norte da AML, nomeadamente, Sintra, Loures e Amadora, efetuaram o levantamento dos bairros e iniciaram um processo de legalização dos que eram suscetíveis de reconversão, tendo como base o Decreto-Lei nº 804/76 de 6 de novembro que estabelecia três estratégias de intervenção, a saber: Legalização, Manutenção Temporária e Demolição. Estas estratégias podiam aplicar-se simultaneamente no mesmo bairro, dependendo das condições urbanísticas das malhas urbanas e das condições de solidez e de habitabilidade que as construções ofereciam. Este Decreto, como já o afirmámos (Craveiro 2010), foi fundamental para que alguns municípios da AML delineassem estratégias de intervenção numa perspetiva de aproveitamento do grande quantitativo de oferta de habitação que constitui este processo. Este era o enquadramento legislativo da intervenção a fazer nestes Bairros, no concelho da Amadora. Não obstante a origem diversa do Bairro da Cova da Moura, considerou-se, em 1983, que seria possível aproveitar as experiências entretanto a decorrer noutros bairros, nomeadamente na Brandoa, Moinhos da Funcheira e Casal da Mira, seguindo o referido quadro conceptual legislativo.

O RELATÓRIO DE 1983

Recentrando-nos no Relatório de 1983 (Craveiro *et al.*), sobre a Cova da Moura, que foi efetuado por uma equipa pluridisciplinar, este não constituiu uma exceção, antes se insere numa abordagem mais lata que pretendia efetuar propostas de políticas de intervenção no fenómeno do “clandestino” no município da Amadora, acabado de ser criado (a 11 de setembro de 1979), com áreas territoriais provenientes do município de Sintra e Oeiras e onde já havia uma intervenção no Bairro da Brandoa efetuada pelo Comissariado dos Clandestinos.

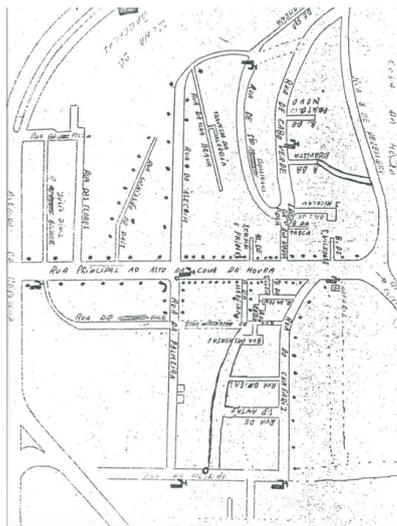
Com o município da Amadora constituído, procede-se à avaliação da dimensão do fenómeno neste município, tendo-se identificado então, no seu território: (i) nove bairros designados de “bairros clandestinos”⁹, resultantes de loteamentos e de construção não licenciada; (ii) vinte e quatro “bairros degradados”, com predomínio de construção precária, progressivamente transformada em alvenaria, acompanhando o aforro das poupanças, os quais ocupavam terrenos maioritariamente do domínio público, como servidões municipais e militares (estradas) (Craveiro *et al.*, 1983, p. 3). A Cova da Moura e a Quinta da Lage surgem, excecionalmente, da ocupação ilegal de propriedades privadas, para a autoconstrução de habitação, seguindo uma diversidade de tipologias.

Ainda hoje alguns daqueles “bairros degradados” existem, não tendo sido objeto de intervenção do Programa Especial de Realojamento (PER), criado em 1993¹⁰, o que constitui uma

⁹ Hoje em parte designados de Áreas Urbanas de Génese Ilegal (AUGI), de acordo com a Lei nº 91/95.

¹⁰ O Decreto-Lei nº 163/93 estabelece o Programa Especial de Realojamento nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto. Em: <https://dre.pt/dre/legislacao-consolidada/decreto-lei/1993-34461375>.

FIGURA 1 – Planta de arruamento do bairro elaborado em 1979 pela Comissão de Moradores. Fonte: Craveiro et. al. (1983, p. 21)



oportunidade perdida. Este Programa PER foi dirigido sobretudo às Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e teve como objetivo principal proporcionar aos municípios abrangidos, um meio que lhes permitisse “erradicar as barracas”, então em número elevado, e realojar os seus habitantes em alojamentos de custos controlados. A contextualização da entrada de Portugal na União Europeia pesou no aparecimento deste Programa, como atestam as notícias da imprensa na altura e o reconhecimento de que o fenómeno das ‘barracas’, como então ainda chamadas, não devia fazer parte do novo patamar a que Portugal se propunha com a entrada na Europa.

Em 1983, não foi possível efetuar a total reconstituição da origem do Bairro da Moura. O Relatório (Craveiro *et al.*, 1983, p. 3 e 8) refere a existência de um primeiro núcleo, datado de 1960, constituído por “barracas de madeira” de antigos trabalhadores agrícolas, junto à Quinta do Outeiro, após a desativação da exploração agrícola. Estes trabalhadores, desalojados das casas da quinta, teriam tido a permissão do proprietário do terreno de as construir nas imediações.

Seguiu-se a ocupação com hortas, por parte das populações vivendo nas imediações, às quais se iam acrescentando outros abrigos de madeira de apoio às hortas, até ao 25 de Abril. É a partir de 1974 que, de acordo com o mesmo estudo, se dá o seu principal crescimento com a vinda de população das ex-colónias incluindo um grande contingente de cabo-verdianos. Como consequência, consolidou-se desde então todo um conjunto de edificações com um novo tipo de ocupação de alvenaria:

“este tipo de construção expande-se de um e de outro lado da faixa de barracas de madeira e atinge um ritmo tal que, em Janeiro desse ano, numa tarde, chegavam a descarregar material 7 camions, e num fim de semana apareciam novas casas”¹¹.

¹¹ Relatório/Estudo efetuado para a Câmara Municipal de Oeiras em 1977 (Craveiro *et al.*, 1983, p. 10).

Em 1978, é criada a primeira Comissão de Moradores visando a consolidação e controle do crescimento do Bairro, a qual apresenta como primeiras reivindicações as infraestruturas primárias e efetua em 1979 o próprio plano de arruamentos (Craveiro *et al.*, 1983, pp. 15 e 16).

Com a criação do município da Amadora em 1979, a Comissão de Moradores e a Junta de Freguesia da Buraca têm um papel importante na gestão do terreno e no controle da dinâmica construtiva. A Comissão de Moradores procedia ao “loteamento do terreno, constituindo ‘lotes’ em tudo idênticos aos dos ‘bairros clandestinos’ e recebia inscrições de famílias com necessidade de habitação às quais distribuía as parcelas de acordo com prioridades” (Craveiro *et al.*, 1983, pp. 16-17). A Comissão de Moradores teve também um papel

12 De acordo com o Decreto-Lei n.º 275/76, de 13 Abril, os municípios podiam tomar posse administrativa, por meios simples e expeditos, dos terrenos onde se iniciavam obras “tendentes ao loteamento ilegal” (n.º 4 do Preâmbulo). Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/29242/decreto-lei-275-76-de-13-de-abril>.

na mediação em diversos conflitos, procurando simultaneamente evitar o “agravamento das condições de habitabilidade” (conforme ata da reunião da Comissão de Moradores de 13 novembro de 1981) (Craveiro *et al.*, 1983, p. 17) e de solidez dos edifícios, provocada pelas constantes ampliações das construções existentes.

Este processo de atribuição de terrenos era oficializado pela Junta de Freguesia da Buraca (Craveiro *et al.*, 1983, p. 17) ainda que se continuasse a desconhecer a propriedade dos terrenos, que inicialmente se pensava serem públicos, hipótese corroborada pelos ocupantes dos terrenos. Apenas em fevereiro de 1976, a Câmara Municipal de Oeiras consegue confirmar a origem privada da propriedade, tendo deliberado tomar posse administrativa em maio de 1976¹². A tomada de posse não se concretizou devido a um erro de tramitação, tendo o processo sido enviado indevidamente para a Polícia Judiciária, em outubro de 1976.

Entretanto, a partir de agosto de 1977, inicia-se a instalação da energia elétrica e, em 1979, inicia-se a consolidação do processo das infraestruturas (águas e esgotos e arruamentos), zelando-se ainda pela manutenção de terrenos devolutos para a instalação de equipamentos. Só em 1982 (Craveiro *et al.*, 1983, pp. 19 e 27), a Câmara Municipal da Amadora, no âmbito do objetivo de reconversão deste Bairro, pretende avançar para a expropriação, uma vez que os proprietários dos terrenos, entretanto identificados, tinham apresentado em 1979 um “requerimento de licença de loteamento” com uma densidade na ordem dos 250 hab/ha, sem ter em atenção a ocupação existente ou a salvaguarda dos interesses das populações instaladas.

Em 1981, a Câmara Municipal da Amadora aprova uma “metodologia de abordagem” interdisciplinar para a “recuperação da área denominada Cova da Moura” que inclui a “análise sumária das características dos edifícios, suas condições de segurança e de habitabilidade” (Craveiro *et al.*, 1983, p. 27), a qual deu origem ao relatório concluído em 1983. O Bairro da Cova da Moura apresentava então uma diversidade de *standards* construídos que iam desde a moradia unifamiliar tipo vivenda em alvenaria, a edifícios plurifamiliares em escassa percentagem, até às situações de maior precariedade, então chamadas de “barracas”, algumas pré-existentes que se mantinham em madeira e outras convertidas em construções de alvenaria, mas que no conjunto oferecem condições de habitabilidade que não atingiam os “*standards* mínimos” (Craveiro *et al.*, 1983, p. 58). Naquela data, a percentagem de habitação multifamiliar era pouco significativa tendo-se acentuado à medida que se densificava a habitação unifamiliar, o que dependia da capacidade de aforro das famílias, dando origem a um processo de arrendamento ou venda de habitação sem as devidas condições de habitabilidade.

“Verifica-se que os edifícios existentes estão a ser acrescentados em altura, sobrecarregando a estrutura inicial, sem que esta esteja preparada para tal sobrecarga. Se do ponto de vista social, foi e é tolerável a consolidação desta 1ª fase (autoconstrução-casa própria), o mesmo não o será relativamente a uma 2ª fase de especulação que se vem delineando, pelo que se entende que só uma intervenção integrada – construção, apoio à construção (1ª fase) e oferta de terrenos e de projectos – poderá permitir ao Município um controle efectivo da situação, garantindo simultaneamente um mínimo de qualidade.” (Craveiro *et al.*, 1983, p. 30)

FIGURAS 2 E 3 - Dois tipos de quarteirão identificados em 1983. Fonte: Craveiro *et. al.* (1983, p. 78A)



O estudo de 1983 identificou duas abordagens distintas de modelação das malhas urbanas, reflexo da origem e vivência da sua população, a que chamou de “quarteirão africano” e “quarteirão europeu” (Craveiro *et al.*, 1983, p. 78). Naquele a que chamou de “quarteirão africano” observava-se uma densificação do espaço: à casa inicial foram-se juntando anexos, por vezes sem condições de habitabilidade e com salubridade precária. Na rua, que funcionava como o prolongamento da casa, as atividades domésticas ou de lazer iam-se desenvolvendo, como a preparação de alimentos, arranjo de roupas, jogos ou zonas de estadia. Por sua vez, no que se designou de “quarteirão europeu” manifestavam-se outros padrões de cultura que se traduziam numa malha mais ortogonal onde o alinhamento das casas dava lugar à rua para carros e peões.

O Bairro ocupava uma área de cerca de 16,3ha, onde residiam, em 1983, cerca de 3.600 habitantes, com diferentes origens e proveniências (tabela 1), vivendo em 836 edifícios, de características diversas (tabela 2) (Craveiro *et al.*, 1983, contracapa)..

TABELA 1. Dados populacionais em 1983

HABITANTES	SITUAÇÕES	%
Naturalidade	Cabo Verde	55,00
	Angola	8,00
	Portugal	35,50
Local de residência anterior	AML	78,40
	PALOP's e Brasil	13,50
	Portugal	6,80
Condições de habitação anterior	sublocação	39,90
	'barracas'	34,70
	prédios	25,40
Tempo de permanência no Bairro	instalados entre 1977/1982	76,90
	instalados a partir 1982	4,40
Atividade Profissional da população ativa	Sector secundário	54,60
	Sector terciário	39,10
	Desempregados	6,30

Fonte: Craveiro, *et al.* (1983, p. 35-45; 49-50)

TABELA 2. Dados habitacionais em 1983

CASAS	TIPOS	%
Estatuto de ocupação da casa	casa própria	99,00
	casa arrendada	1,00
Processo de construção	próprio	51,30
	próprio e familiares	34,00
	próprio e profissionais	10,30
Como vivem	edifício de alvenaria	47,00
	edifício “abarracado”	43,00
	“barracas”	10,00
Tipo de habitação	unifamiliar	78,20
	“bifamiliar”	20,20
	plurifamiliar	1,60

Fonte: Craveiro, et.al. (1983, p. 30-32; 58-66)

Atendendo a que, em 1983 o processo de ocupação já se apresentava consolidado, concretizar a expropriação do terreno privado consistia no passo fundamental da intervenção, atendendo a que os proprietários do terreno, não tinham conseguido zelar pelos seus interesses, mostrando uma ineficaz gestão do terreno. Pretendia-se que a Câmara Municipal da Amadora dirigisse o processo de ocupação para simultaneamente o “estancar” e resolver e, acima de tudo, poder enquadrar uma nova abordagem que promovesse a autoconstrução à semelhança de alguns processos no quadro do Programa SAAL¹³.

Já nessa altura se tinha consciência da defesa do “direito ao lugar”¹⁴, ou seja, pretendia-se então, como se preconiza hoje, que, em vez de expulsar as populações, se encontrasse uma solução de realojamento no local, ou nas imediações, capaz de fazer com que a comunidade já instalada se mantivesse no Bairro com as devidas condições de habitabilidade. Considerava-se todavia que não seria possível fazer a reconversão dos “bairros clandestinos” sem uma criteriosa fiscalização das condições de habitabilidade e solidez das edificações, principalmente no que se refere à habitação plurifamiliar que começava a emergir. Pretendia-se construir uma metodologia de “planeamento como um processo” (Craveiro 2000), em conjunto com os moradores, apesar dos potenciais interesses diferenciados que tendem a surgir entre habitantes/construtores/proprietários dos edifícios e os inquilinos que se previa viessem a aumentar. Para implementar o programa de ações proposto, incluindo medidas cautelares e ações piloto, considerou-se como prioritário: formalizar o pedido de área crítica, negociar os terrenos, elaborar um plano de loteamento para autoconstrução, com base num estudo quarteirão a quarteirão, e reforçar o Gabinete Técnico Local, criado em 1981, no início do estudo sobre a Cova da Moura, o qual havia sido encerrado por falta de pessoal (Craveiro *et al.*, 1983, pp. 99-100).

¹³ Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL). Disponível em: <https://dre.tretas.org/dre/227731/despacho-DD4630-de-6-de-agosto>.

¹⁴ Esta noção tem ganho recentemente mais relevância. Ver em: <https://www.forumdascidades.pt/content/carta-aberta-pelo-direito-ao-lugar> e <https://socius.rc.iseg.ulisboa.pt/cricity/carta-aberta-pelo-direito-ao-lugar.html>

NOTAS CONCLUSIVAS

O Relatório de 1983 propunha a expropriação dos terrenos privados e a negociação do terreno público que, juntamente com a avaliação das malhas urbanas e das respetivas construções, constituíam a base para se poder desenvolver um Plano de Reconversão do Bairro que trouxesse um novo desenho urbano, com metodologias advindas nomeadamente do Decreto-Lei nº 804/76 (Craveiro *et al.*, 1983, p.28), não obstante a sua localização em grande parte em terrenos privados. No nosso ponto de vista, a principal razão do fracasso das propostas de 1983 e posteriormente da Iniciativa Bairros Críticos, do novo milénio, foi a não concretização da expropriação dos terrenos, por falta de convergência de ação na sua priorização.

Era também necessário lançar convenientes infraestruturas e equipamentos públicos, bem como proceder à avaliação da estabilidade das construções, a ser efetuada pelo LNEC, à semelhança do que fora feito na Brandoa na década de 1970. Todavia, só em 2008, esta abordagem de avaliação da estabilidade das construções do bairro da Cova da Moura foi desenvolvida pelo LNEC, no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos (IBC) promovida pelo Governo e implementada em três bairros.¹⁵ Com efeito, a situação no bairro extravasa a dimensão do Poder Local, como já havíamos preconizado em 1983.

Por outro lado, desde 1983, a “permissão” de construção de edifícios de habitação plurifamiliar, sem as devidas condições estruturais e em relação às quais tardou uma atuação pedagógica, agravou a situação do bairro. Faltou, ontem como hoje, uma vontade política e uma criteriosa seleção das habitações com condições de habitabilidade e solidez e a promoção de realojamento *in loco* dos moradores que viessem a ter de ser desalojados. O Decreto-Lei nº 804/76 (alínea c) explicitava que no aproveitamento das construções existentes (referido no Artigo nº 2) se poderia considerar “a progressiva beneficiação das construções, salvo se houver justificado receio de perigo para os ocupantes ou para o público”.

Posteriormente ao levantamento do LNEC de 2008, foi iniciado em 2010 o Plano de Pormenor que atendia a este levantamento, pretendendo encontrar alternativas com novas malhas urbanas, as quais todavia não foram consensualizadas pelas associações do Bairro de modo a encontrar uma “solução concertada”.

Entretanto, as associações foram identificando as problemáticas existentes e os estrangulamentos, organizando-se para as resolver e para que se instalassem mais equipamentos públicos e ações imateriais no Bairro, procurando adquirir melhorias no seu “habitat” e na sua qualidade de vida e bem-estar. No Artigo 14.º n.º 1 da nova Lei de Bases da Habitação¹⁶, o conceito de “habitat” - a operacionalizar na reconversão e recuperação definitiva do Bairro - é entendido como:

“[...] o contexto territorial e social exterior à habitação, em que esta se encontra inserida, nomeadamente no que diz respeito ao espaço envolvente, às infra-estruturas e equipamentos colectivos, bem como ao acesso a serviços públicos essenciais e às redes de transporte e comunicações.”

Refira-se adicionalmente a atual riqueza multicultural do Bairro, que conta com um grande número de nacionalidades e que tem vindo a ganhar uma dinâmica de comunidade intercultural, a qual tem projeção significativa na AML e até internacional, pelas ofertas

¹⁵ Ver nota 4. A Iniciativa Operações de Qualificação e Reinserção Urbana de Bairros Críticos, comumente designada de Iniciativa Bairro Críticos, foi aplicada em três bairros piloto: para além do Bairro da Cova da Moura, o Bairro do Lagarteiro no Porto e o Vale da Amoreira na Moita.

¹⁶ A nova Lei de Bases da Habitação, Lei nº 83/2019, de 3 de setembro, entrou em vigor a 1 de outubro de 2019 tendo sido objeto de um grande debate parlamentar. Em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/83-2019-124392055>.

gastronómicas e culturais (música e filmes, etc.) que têm vindo a transformar a Cova da Moura num potencial Pólo Cultural como ‘património imaterial’ de grande atratividade. O bairro tornou-se um enclave enquanto “plataforma de acolhimento” de correntes migratórias em Portugal. O Estado ‘fechou os olhos’ à problemática porque, indiretamente, resolvia e resolve o alojamento, ainda que de forma precária, a populações que demandam trabalho na cidade de Lisboa e na AML. Assim considera-se que o insucesso da reconversão do Bairro não esteve na aplicação da Iniciativa Bairros Críticos à Cova da Moura, mas sim no interregno entre essa Iniciativa e o programa de ações planeado pelo município em 1983, marcado pela desarticulação entre a Administração Local e Central, tratando-se de uma problemática que extravasa a dimensão do município.

Até hoje, não se viu uma verdadeira vontade política entre a administração central e o poder local para olhar para este bairro de uma forma evolutiva, por etapas, a partir do entendimento da “coesão social” (Conselho Europeu de Urbanistas, 2003), da comunidade e das questões técnicas urbanísticas do Bairro, que permitisse concretizar um urbanismo negociado. Ou seja, tem faltado uma abordagem técnico-política que envolvesse verdadeiramente a população na construção de uma solução viável e realista de um Plano de Reconversão com ações programadas na perspetiva de um urbanismo sustentável.

O urbanismo, não sendo uma ciência exata, pelas suas premissas técnicas para o ordenamento, o planeamento do território e a programação de ações, requer a discussão com os proprietários, os residentes atuais e futuros. A construção de um triângulo de decisão entre técnicos, população e políticos constitui um grande desafio e exige uma grande concertação de todas as partes para enquadrar a “participação propositiva das populações” (Craveiro e Nunes da Silva, 2000) e preparar “a decisão final” dos políticos.

A coesão social é um objetivo fundamental no urbanismo, daí o recurso e procura de uma “terceira solução” (Costa Lobo, 1997, p. 117) com os moradores, que não podem estar dissociados do trabalho técnico/político, ultrapassando-se desencontros e construindo uma comunicação democrática. O Poder Local envolve a procura da melhoria das condições socio-urbanísticas e da qualidade de vida e bem-estar das comunidades.

Neste novo ciclo de Políticas Habitacionais, com o recurso ao Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)¹⁷ no bloco das vulnerabilidades sociais, surgem identificadas intervenções ao nível da Habitação e das Respostas Sociais, para além do Serviço Nacional de Saúde, a serem suportadas pelo Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027. Neste quadro, o desenvolvimento do Programa Municipal de acesso à Habitação poderá dar cumprimento ao Artigo 65º da Constituição, em articulação com o Governo. Esta intervenção, a contemplar na Carta Municipal da Habitação,¹⁸ requer a sua articulação com a revisão do Plano Diretor Municipal a decorrer, de forma a lograr incluir, no município, a comunidade da Cova da Moura que soube criar fortes laços de vizinhança com largo significado cultural, que permitiram consolidar o Bairro.

¹⁷ PRR – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro Plano de Recuperação e resiliência, 22/Abril/2021, Ministério do Planeamento. Em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/programas-de-acao-governativa/plano-de-recuperacao-e-resiliencia>.

¹⁸ Ver Lei de Bases da Habitação, 2019, Artigo 22º, nº1. Em: <https://dre.pt/dre/detalhe/lei/83-2019-124392055>.

BIBLIOGRAFIA

- BUSQUETS I GRAU**, Joan (2005, 1ª ed. 1999/1976), *La Urbanización marginal*, Barcelona: Edicions UPC (Universitat Politècnica de Catalunya) (reedição dos 3 volumes publicados em 1976 pela ETSAB, Escola Técnica de Arquitetura de Barcelona, a partir da tese “*Las Coreas de Barcelona: Estudio sobre a Urbanización Marginal*”, defendida em 1974).
- CONSELHO EUROPEU DE URBANISTAS** (20 novembro 2003, edição portuguesa), *A Nova Carta de Atenas 2003: A Visão do Conselho Europeu de Urbanistas sobre as Cidades do séc. XXI*, Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU) e Associação de Urbanistas Portugueses (AUP).
- CRAVEIRO**, Maria Teresa (2010), “Do ‘Bairro Clandestino’ às Áreas Urbanas de Génese Ilegal’: Um problema que permanece em Portugal”. Em Lúcia Bógus, Isabel Raposo e Susana Pasternak (coords), *Da irregularidade fundiária urbana à regularização: análise comparativa Portugal-Brasil*, São Paulo, Observatório das Metrópoles, EDUC, Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 33-61.
- CRAVEIRO**, Maria Teresa (maio 1990), “O Plano-Processo no Planeamento Estratégico”, *Revista Sociedade e Território*, 12, Porto: Afrontamento, pp. 11-25.
- CRAVEIRO**, Maria Teresa; Nunes da Silva, Fernando (2000), “A Participação Pública na Operacionalização do Planeamento Municipal”, *Revista Urbanismo*, 6. *Preparação para as VIII Jornadas da AUP, Operacionalidade dos Planos*, Lisboa: Associação dos Urbanistas Portugueses, pp. 32-36.
- CRAVEIRO**, Maria Teresa; Nunes da Silva, Fernando (1984), “Serra da Silveira: urbanizar com a população”, *Revista Sociedade e Território*, 1, Porto: Afrontamento, pp. 61-68.
- CRAVEIRO** Maria Teresa; Pinto, Ana; Antunes, João; Ferreira, João; Pereira, Mª Isabel; Viegas, Mª José; Guimarães, Mª Margarida (setembro 1983), “Comunicação. Câmara Municipal da Amadora: Moinhos da Funcheira, Casal da Mira, Brandoa, Cova da Moura”, *Novas Jornadas sobre Loteamentos Ilegais*, Vila Nogueira de Azeitão.
- CRAVEIRO**, Maria Teresa; Pinto, Ana; Carou, João; Pereira, Mª Isabel; Guimarães, Mª Margarida; Carmona, João; Costa, Mário (1983), *Cova da Moura (Relatório). Câmara Municipal da Amadora*, Amadora, Câmara Municipal da Amadora, Serviços de Planeamento Urbanístico e Serviços Municipais de Habitação.
- LOBO**, Manuel Costa (maio 1997), “Provedor do ambiente e da qualidade de vida urbana: uma experiência inédita”, *Revista Sociedade e Território*, 24, Porto: Afrontamento, pp. 116-125.
- RODRIGUES**, António J. (2010), *Loteamentos ilegais - Áreas Urbanas de Génese Ilegal* – AUGI, Coimbra: Editora Almedina, Coleção Legislação Anotada. Disponível em: <https://www.almedina.net/loteamentos-ilegais-reas-urbanas-de-g-nese-ilegal-augi-1563793254.html>.
- SALGUEIRO**, Teresa Barata (1977), “Bairros Clandestinos na periferia de Lisboa”, *Finisterra*, Vol. 12, Nº 23, pp. 28-55. Disponível em: <https://doi.org/10.18055/Finis2281> (1ª edição de 1972 pelo Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa)

ARTIGOS

ENSAIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BAIRRO DA COVA DA MOURA: O GESTUAL EM 'INTERAÇÃO DIALÓGICA' COM A COMISSÃO DE BAIRRO PARA A QUALIFICAÇÃO DO LUGAR

ISABEL RAPOSO

RESUMO

O texto apresenta o quadro teórico e empírico dos primeiros anos de um ensaio de extensão universitária da Faculdade de Arquitetura através do Gestual (Grupo de Estudos Socio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local do CIAUD/FAUL), junto da Comissão de Bairro do Alto da Cova da Moura, na procura dos caminhos para a sua qualificação. A (auto)reflexão apresenta: referências teóricas e caminhos profissionais que antecederam e se coproduziram ao longo deste ensaio, onde se forjou o Gestual; e alguns momentos fundadores e estruturantes da 'interação dialógica' estabelecida com a Comissão de Bairro, marcados pela formação e extinção da Iniciativa Bairros Críticos. Restituem-se diferentes visões e interesses sobre o lugar, entre a qualificação e a renovação, entre o valor de uso e o valor de troca, bem como a complexidade das relações entre associações locais, universidade e atores públicos.

PALAVRAS CHAVE

extensão universitária; Faculdade de Arquitetura/
Gestual; Comissão de Bairro do Alto da Cova da Moura;
interação dialógica; qualificação das margens urbanas

ABSTRACT

The text presents the theoretical and empirical framework of the first years of an essay of university extension conducted by the Faculty of Architecture through Gestual (Socio-Territorial, Urban and Local Action Study Group of CIAUD/FAUL) near the Alto da Cova da Moura's Neighborhood Commission, searching for the ways for its qualification. This (self)reflection presents: theoretical references and professional paths that preceded or were coproduced throughout this essay, in which Gestual was forged; and some founding and structuring moments of the 'dialogic interaction' established with the Neighborhood Commission, marked by the formation and extinction of the Critical Neighborhoods Initiative. Different visions and interests on the district are restituted, between qualification and renovation, use value and exchange value, as well as the complexity of relations between local associations, university and public actors.

KEYWORDS

University extension; Faculty of Architecture/
Gestual; Alto da Cova da Moura's Neighborhood Commission;
dialogic interaction; qualification of urban margins

INTRODUÇÃO

1 Nessa data, eram ministradas duas licenciaturas em urbanismo: Arquitetura do Planeamento Urbano e Territorial (APUT) e Arquitetura da Gestão Urbanística (AGU).

2 Em debates com doutorandas africanistas do Gestual, para ultrapassar a visão etnocêntrica das noções hegemónicas de ilegal e informal, convocámos a noção de 'autoprodução', revisitando o debate na DNH/INPF em Maputo, na década de 1980, a noção de 'produção do espaço' de Lefebvre (1974) e colocando o foco no modo predominante de produção dos lugares, em vez da referência à sua (in)adequação às normas vigentes (Raposo, 2012).

3 Optei pela escrita na primeira pessoa quando me refiro à minha experiência pessoal e no coletivo quando me refiro à experiência do grupo da Faculdade e do Gestual.

4 O Projeto África Habitat (AH) "Da sustentabilidade do habitat à qualidade do habitar nas margens urbanas de Luanda e Maputo" articulou a reflexão sobre estas cidades africanas com a pesquisa-ação e extensão universitária realizada pelo Gestual em bairros da Área Metropolitana de Lisboa, com comunidades em grande parte de origem africana, como o Bairro da Cova da Moura. O Projeto AH teve como instituição coordenadora a FAUL, seis instituições parceiras em Lisboa, Luanda e Maputo, e financiamento da FCT-AKDN. Ver em: <http://africahabitat.gestual.fa.ulisboa.pt/>.

5 O Gestual, Grupo de Estudos Socio-Territoriais, Urbanos e de Ação Local, integra o Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD), da FAUL. Ver em: <http://ciaud.fa.utl.pt/index.php/pt/grupos-e-lab-s/grupos-de-investigacao/gestual>.

Numa visita de estudo de camioneta, em novembro de 2003, à zona industrial da Amadora, uma aluna indicava-me: "Era sobre aquele bairro que devíamos estar a trabalhar em Projeto". Vislumbrei uma rua popular com algumas pessoas sentadas na soleira das suas portas, em cavaqueio ao sol. Tratava-se do Bairro do Alto da Cova da Moura, bem às portas de Lisboa. Despertou-me curiosidade.

Uns meses depois, no Vº Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, na sessão onde apresentava uma pesquisa sobre o habitar nas margens de Luanda e Maputo, assisti a uma reflexão sobre o turismo étnico no Bairro da Cova da Moura (Costa, 2006). Surgia assim a oportunidade de me integrar numa visita ao bairro, em setembro de 2004, onde conheci a Associação Cultural Moinho da Juventude. Através do contacto com uma das suas ativas líderes, a psicóloga e moradora Godelieve Meersschaert, abria-se a possibilidade de escolher o bairro como local do Projeto do 5º ano de APUT e AGU¹, do ano letivo 2004-2005, na Faculdade de Arquitetura da então Universidade Técnica de Lisboa (FAUTL, atual FAUL).

Lecionava esta disciplina desde 2002, tendo abordado com os estudantes algumas margens em transformação do município de Lisboa (zona Ribeirinha Oriental, Alto do Lumiar e coroa Norte, de Carnide à Ameixoeira), ao fim de um percurso de 28 anos a pesquisar a transformação do habitat popular de aldeias de Portugal, de povoações dispersas e concentradas de Moçambique, bem como de bairros das margens de Lisboa, Maputo e Luanda. No quadro da urbanização acelerada planetária, este tema permanece central para uma visão crítica da prática hegemónica do urbanismo competitivo e para a procura de práticas alternativas centradas nos habitantes. Nesta perspetiva, as periferias urbanas suburbanizadas e em grande parte autoproduzidas², constituem um laboratório de excelência para desenvolver as capacidades de finalistas de urbanismo, conhecedores das normativas, mas também atentos a uma visão socio-espacial, integrada e inclusiva do território e a uma abordagem interativa com moradores e associações locais.

Este enquadramento da chegada ao Alto da Cova da Moura, em 2004, serve de ponto de partida para esta reflexão³ sobre a 'presença' de um grupo académico no bairro, em estreita articulação com a sua Comissão de Bairro. Com base na releitura de obras teóricas de referência, de documentos empíricos arquivados e no resgate de memórias pessoais, estas linhas indagam se esta experiência académica constituiu um ensaio de extensão académica. O seu propósito é servir de base a futuras reflexões coletivas sobre o tema e o bairro e, em última instância, no quadro do Projeto África Habitat, para a leitura de experiências similares nas margens de Luanda e Maputo⁴. Tratando-se de um relato pessoal não pretendi, por ora, enriquecê-lo com outros testemunhos, o que requereria uma pesquisa adicional e, na linha da abordagem de Paulo Freire aqui convocada, um tempo suplementar para forjar um ensaio de escrita 'co-laborativa'.

O texto está organizado em três pontos. No primeiro, revisito teorias, noções e vivências subjacentes à minha prática de ensino, pesquisa e extensão universitária nas margens urbanas de Lisboa desde início do milénio, bem como outras depois forjadas no seio do grupo da Faculdade de Arquitetura, nomeado em 2007 de Gestual⁵, e retomo as linhas de orientação de pesquisa-ação do grupo, fazendo referência ao pensamento de Paulo Freire e Henri Lefebvre. No segundo ponto, resgato os primeiros anos de uma década de

interação e de grande aprendizagem deste grupo académico com a Comissão de Bairro, a qual está estreitamente ligada à criação da Iniciativa Bairros Críticos (2005) e à sua extinção (2012-2013). Restituo as diferentes visões e interesses sobre o lugar, norteadas pelo valor de uso, ou pelo valor de troca, sublinhando a complexidade das relações entre associações locais e atores públicos, colocando o foco nas perspetivas e interrogações do grupo académico e, especificamente, nas pessoais. No terceiro ponto, assinalo apenas alguns dos momentos de maior interação do Gestual com o bairro entre 2007 e 2014.

NOÇÕES NORTEADORAS DE UMA EXPERIÊNCIA OUTRA DE ENSINO, PESQUISA-AÇÃO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. A GÊNESE DO GESTUAL E SUAS LINHAS DE ORIENTAÇÃO

Em 1974, tive um primeiro contacto com o método de alfabetização de adultos do educador brasileiro Paulo Freire que apliquei em 1975 e 1976, junto de um grupo de moradores do lugar do Catujal (Unhos, Loures), trabalhadores migrantes do interior de Portugal e imigrantes de Cabo Verde. A visão libertadora de Paulo Freire, veiculada então em Portugal em obras como a *Pedagogia do oprimido* (Freire, 1975 [1972]) em que defende a “prática de uma pedagogia humanizadora” e emancipadora, contra a “educação como prática da dominação” (*id.*: 77 e 94), inspiraram desde então a minha abordagem, como a de tantos outros, ao nível do ensino, da pesquisa e da ação.

Para a construção de uma educação libertadora, Freire defendia a construção de uma “relação dialógica” entre educador e educando, ambos “simultaneamente educadores e educandos” e similarmente “sujeitos” de um (re)conhecimento crítico da realidade, uns e outros se educando entre si, “mediatizados pelo mundo”, o educando (re)conquistando o seu direito “de dizer a palavra” (*id.*: 77, 84, 97, 113). Freire defendia uma educação “problematizadora”, reflexiva e crítica, assente num trabalho em equipa interdisciplinar, na construção de uma “relação de simpatia e confiança mútuas”, numa “observação compreensiva” da realidade e numa investigação “dialógica”, pontuada por uma avaliação coletiva, por educadores e educandos, como base para a programação da formação ou da ação (*id.*: 96, 146-147, 150, 152). Entendendo o “quefazer” para transformar o mundo, como práxis, ao mesmo tempo teoria e prática, reflexão e ação, Freire formula a sua “teoria dialógica da ação”, que considera o encontro, o diálogo e a intercomunicação entre os sujeitos – educadores e educandos, lideranças e povo – como a base para a transformação do mundo em “co-laboração”, para a sua “libertação permanente” e sua “humanização” (*id.*: 174-179, 223, 235-237).

A abordagem percursora de Freire, na procura de uma educação popular libertadora das “estruturas de opressão”, inscrevia-se nos ensaios de uma práxis outra, associada aos movimentos sociais urbanos que eclodem na década de 1960, em vários lugares e campos disciplinares. Ao nível da habitação popular e do urbanismo das margens urbanas, pouco ou nada urbanizadas, diversos arquitetos e cientistas sociais ensaiaram formas de intervir mais interativas, ‘dialógicas’ e mais adequadas aos anseios e usos locais. Esta nova abordagem é apropriada em Portugal pelo arquiteto Nuno Portas, que, enquanto Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo nos três primeiros Governos Provisórios (16 maio 1974 a 26 março 1975), a corporiza no desenho de um “corpo técnico especializado”

6 Tive a oportunidade de participar, entre 1974 e 1976 em duas equipas do Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL), uma na Amadora e outra em Loures.

7 Despacho de 31 de julho de 1974 (Diário do Governo, I Série, N.º 182, de 6 agosto de 1974).

8 Entre 1979 e 1989 trabalhei em Moçambique na Direção Nacional de Habitação / Instituto Nacional de Planificação Física (DNH/INPF), onde fui responsável pelo Centro de Formação de técnicos básicos e médios de planeamento físico e participei em diversas pesquisas sobre o habitat rural e as periferias de Maputo.

experimental, o “Serviço de Apoio Ambulatório Local” (SAAL)⁶, organizado no Fundo de Fomento da Habitação (FFH).

O Despacho que cria o SAAL⁷ é um texto incisivo estruturado em oito pontos, de que enfatizo aqui, o apoio às iniciativas organizadas de “populações mal alojadas” (ponto 1), com vista à consolidação ou reconstrução dos bairros, o papel das autarquias no controle urbanístico e fundiário e no financiamento da infraestruturação, com comparticipação estatal (pontos 2 e 3), o apoio técnico das equipas SAAL, multidisciplinares, em forte “interação dialógica” com os moradores e seus representantes, com quem ensaiam um novo tipo de prática arquitetónica, novos modelos urbanos, tipos de casa, tecnologias e sistemas construtivos. Sublinho o foco na questão fundiária (ponto 6, alínea a) e no direito ao lugar: “a principal justificação desta política está na apropriação de locais valiosos pelas camadas populares nele radicadas sob forma marginal” (ponto 7). Pioneiro em Portugal de uma abordagem emancipatória e horizontal, assente nas iniciativas locais, o SAAL favoreceu fortes dinâmicas de auto e cogestão e de reivindicação popular. Talvez por isso, apenas durou dois anos. Contra a vontade das equipas e dos moradores, foi desmantelado em outubro de 1976, pelo I Governo Constitucional, de democracia representativa e parlamentar, que substitui a democracia direta e o contexto revolucionário que permitira a criação do SAAL.

Tive a oportunidade de consolidar estas abordagens em Moçambique, entre 1979 e 1989, nas instituições públicas DNH e INPF⁸, que constituíram nos seus primeiros anos sob direção do arquiteto José Forjaz, um laboratório intenso de experimentação de um ensino emancipador de técnicos básicos e médios de planeamento físico, bem como de ações inovadoras e participadas e de pesquisa empírica conduzidas em bairros e aldeias por equipas interdisciplinares. Algumas experiências foram particularmente pioneiras e mantêm-se como uma referência para a construção de uma sociedade mais justa. Todavia, nesse período, o país foi também palco de formas de intervir burocráticas e autoritárias, que participaram na desestruturação da sociedade costumeira e no esmorecer do sonho da independência, a construção de um ‘novo país’.

Para compreender o alcance e os limites dos ensaios alternativos de produção do espaço e a expressão espacial da violência simbólica ou física resultante da imposição de uma racionalidade tecnocrata e urbana à racionalidade popular e rural ou suburbana, a teoria urbana de Henri Lefebvre constituiu um suporte decisivo. Ressalto três das suas obras, *Production de l'espace* (1974), *Révolution urbaine* (1979[1970]) e *Le Droit à la ville I* (1968) e sublinho algumas das suas noções estruturantes para um pensamento crítico e alternativo sobre a produção do espaço e o processo de urbanização: (i) a noção do “espaço (social) como um produto social” (1974, p. 35) mas também como instrumento de reprodução do sistema ou da sua transformação; (ii) a percepção da então emergente “urbanização completa da sociedade” (1979 [1970], p.7), hoje cada vez mais concentrada e estendida à escala planetária (Brenner, 2014); e (iii) a sua noção transformadora de Direito à Cidade, a uma centralidade renovada como lugar de encontro, regida pelo valor de uso, de direito à cidade como obra perpétua dos habitantes mobilizados, de Direito à Obra, à atividade participante e à apropriação (1968, pp. 153, 155, 161). Seguindo Lefebvre (1974, pp. 481-482, 485) e como antes sublinhei (Raposo, 2017, p. 30), a produção de ‘outro espaço’ mais justo e democrático, requer uma ‘sociedade outra’ e requer a produção de ‘contra-projetos’

ou 'contra-planos', resultantes da "intervenção ativa e massiva dos 'interessados'" capazes de os discutir com as 'autoridades' e de defender a sua concretização para que se tornem o "suporte de uma vida quotidiana metamorfoseada, aberta a possibilidades múltiplas". Cruzando a reflexão de Lefebvre e de Freire, a criação de 'outro espaço' será em primeira instância obra dos seus habitantes e lideranças com o suporte de técnicos com os quais estabelecem uma relação dialógica.

Ao nível da academia, estas noções são centrais na procura de uma "outra forma de ensino para um outro arquiteto-urbanista, com 'ânsia de ação' na coprodução de um 'outro espaço'" (Raposo 2017, p. 38) e nortearam a origem e o percurso do Grupo de Estudos Gestual. Embora os princípios expressos no texto fundador do Grupo não façam referência explícita a Paulo Freire, o seu pensamento permeia as suas principais linhas orientadoras: (i) o Gestual coloca o foco na investigação-ação ou ação-investigação, num processo iterativo entre a investigação e a ação, a teoria e o empírico, a reflexão e a prática, na linha da 'reflexividade' de Anthony Giddens na sociologia e de François Ascher e Nuno Portas no urbanismo, ou do 'quefazer' da práxis, de Paulo Freire na educação; (ii) aposta na produção social de conhecimento já advogada por Paulo Freire em 1968; (iii) defende a 'restituição' dos resultados da investigação, não apenas à comunidade técnico-científica, mas também às comunidades dos territórios estudados, através da animação de debates públicos, para facilitar o direito à palavra pública - ou o "direito a dizer a palavra" como expressa Freire (*idem*) -, criando situações de interação, com um propósito epistemológico de conhecimento e verificação dos resultados, mas também deontológico, de devolução pelo investigador do conhecimento produzido e sua discussão com os interessados, para reforço da capacidade de reflexão local e inserção da pesquisa na dinâmica e no processo local de tomada de decisões (Raposo, 1999, p. 465); (iv) advoga uma interação estreita entre os investigadores e os agentes do território, ou uma 'relação dialógica' parafraseando Paulo Freire, configurando uma observação participante e o envolvimento simultâneo na prática e na teoria.

Ao nível do projeto, plano e/ou intervenção no território, a abordagem crítica do Gestual inspira-se em Lefebvre e outros teóricos críticos da cidade capitalista, ou em profissionais reflexivos que procura(ram) intervenções alternativas e inclusivas por uma 'cidade outra', com mais qualidade de vida e mais justiça espacial. Tendo subjacente o direito à habitação, o direito ao lugar e o Direito à Cidade, no sentido emancipador de Lefebvre (1968), reforçado por Harvey (2008), a escolha primeira é a (re)qualificação dos lugares, buscando as soluções e os novos caminhos possíveis, explorando a legislação, investindo na investigação, na capacitação local, na escuta e no empoderamento e emancipação dos habitantes. Procuram-se no campo urbano, alternativas à destruição criativa capitalista e neoliberal, marcada pela urbanização à escala planetária, concentrada e extensiva (Brenner, 2014). Privilegiando-se a dimensão processual e sociopolítica do urbanismo, ensaia-se um urbanismo de proximidade e alternativo ao sistema dominante, um urbanismo partilhado, ou 'dialógico' entre as práticas e saberes comunitários de auto ou coprodução, os movimentos dos cidadãos e os agentes exteriores; em suma, um processo promotor de emancipação, de uma sociedade mais democrática e construtor de uma cidade mais inclusiva e justa. O Gestual juntou alguns docentes da FAUL, mas sobretudo bolseiros, estagiários, mestrandos, doutorandos, pós-doutorandos e colaboradores externos, que agregaram os seus

9 As atividades descritas neste ponto são anteriores à criação do Gestual (2007), mas fazem parte da sua gênese, sendo marcos importantes na procura de um outro ensino e uma outra investigação e no esboço de uma prática de extensão universitária.

10 O Centro Social e Paroquial da Buraca, com o Centro Infantil S. Gerardo localizado no bairro, também integrava a Comissão de Bairro e participou em vários atividades.

11 Programa Integrado de Qualificação das Áreas Suburbanas da Área Metropolitana de Lisboa, aprovado para a Brandoa em 2002.

contributos práticos e teóricos. Destaco o contributo de colegas brasileiros que se cruzaram com o Gestual, pelo seu amadurecimento reflexivo sobre a noção e a prática da extensão universitária. Sublinho a relevância do relatório de pós-doutoramento na FAUL de Juliana Demartini, desenvolvido no Gestual, o qual reconhece a práxis deste grupo como um exemplo de extensão universitária. A autora invoca o pensamento de Paulo Freire e o seu papel numa visão da extensão universitária no Brasil como uma prática emancipadora, promotora de “interação dialógica” e de troca de saberes técnico/académico e popular, desconstruindo as práticas elitistas hegemónicas de reprodução acrítica do saber (Demartini, 2019, p.12, 15-16). No Brasil, a extensão universitária - graças à sua institucionalização já desde 1968 e ao seu reconhecimento na Constituição Federal de 1988, como indissociável do ensino e da pesquisa, - recebe recursos financeiros públicos e faz parte dos créditos curriculares. Em Portugal, onde novos grupos académicos surgem com propósitos idênticos ao Gestual, urge apostar no reconhecimento da extensão universitária como uma componente fundamental do ensino.

GRUPO EMERGENTE DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA⁹ DA FACULDADE DE ARQUITETURA, EM RELAÇÃO DIALÓGICA COM A COMISSÃO DE BAIRRO DA COVA DA MOURA NOS ENSAIOS PARA A QUALIFICAÇÃO DO LUGAR

Nos primeiros anos de docente na Faculdade, em que lecionei a disciplina de Projeto do 5º ano, em torno do tema das margens urbanas, assumi como lema a interação com os atores públicos envolvidos e as lideranças locais, na ótica de prestação de serviço à comunidade, tendo-se ensaiado a restituição dos trabalhos finais a esses atores em sessões de discussão pública. Apesar deste processo interativo, as relações criadas com os locais não tiveram continuidade. Em contrapartida, o trabalho académico desenvolvido no ano letivo 2004-2005, sobre o Bairro da Cova da Moura, inaugurou um novo tipo de interação - uma ‘relação dialógica’ (Freire, 1975) ou interação dialógica (Demartini, 2019) -, entre o grupo da Faculdade (embrião do Gestual) e algumas organizações do bairro organizadas na Comissão de Bairro de que destaco três¹⁰: a Associação Cultural Moinho da Juventude, com quem interagimos desde a primeira hora, pela afinidade e a riqueza das suas referências e “traves mestras”, mas também a Associação de Moradores e o então Clube Desportivo (convertido em 2006 em Associação de Solidariedade Social) do Alto da Cova da Moura. Nesse ano letivo, escolhi como tema de intervenção para os estudantes, a requalificação de bairros de gênese ilegal e, como território de referência, o município da Amadora, pela complexidade que a temática aí assume, permitindo reconhecer a diversidade de situações de periferias urbanas populares e a diversidade de intervenções e de instrumentos ensaiados e disponíveis para a sua urbanização. Seleccionei três bairros distintos: o Alto da Cova da Moura, um bairro autoproduzido em terreno maioritariamente privado; os Moinhos da Funcheira, uma área urbana de gênese ilegal (AUGI) em processo de reconversão; e a Brandoa, um loteamento clandestino em processo de urbanização e qualificação (Proqual¹¹).

Partiu-se de um reconhecimento geral do município - documentação, cartografia, visitas, escuta de especialistas - e do esboço de estratégias para o seu desenvolvimento por todos os estudantes. Apesar da pressão contrária, mediática e académica, mais de um terço dos

FIGURAS 1 (ESQ) E 2 (DRT) – Município da Amadora e Freguesia das Águas Livres; Bairro do Alto da Cova da Moura. Fonte: google earth, editado por Gomes (2019)



estudantes (18 em 43), escolheu a Cova da Moura para os exercícios a aprofundar a três escalas: área envolvente do bairro (esboço de plano de urbanização); bairro (esboço de plano estratégico e de estrutura para a sua requalificação urbana); e quarteirão (projeto de reabilitação habitacional e de espaço público, com realojamento pontual *in loco*). A pesquisa base para a fundamentação das propostas incluiu técnicas de reconhecimento e análise do lugar e o ensaio de uma investigação dialógica, incluindo encontros e reuniões com associações locais, técnicos municipais e consultores e conversas com moradores, para reconhecimento crítico da realidade, entendimento das diferentes visões, interesses e anseios e discussão das melhores soluções de requalificação.

No final do ano letivo, a 18 junho de 2005, no dia da festa anual caboverdiana Kola San Jon dinamizada pela Associação Cultural Moinho da Juventude, esta organizou um seminário aberto para discutir com associações locais e moradores, a qualificação do bairro: “A requalificação do Bairro é possível se a gente quiser”. A associação convidou dois especialistas (a professora e socióloga Isabel Guerra e o arquiteto brasileiro Manoel Ribeiro) e convidou o nosso grupo da Faculdade a apresentar uma reflexão sobre os trabalhos académicos realizados. Um grupo de estudantes e dois estagiários entusiasmaram-se com o desafio preparando uma síntese do diagnóstico e das propostas académicas. Foi uma oportunidade de restituir à comunidade o trabalho e contribuir para animar o debate público local sobre o ‘quefazer’ ao lugar.

O seminário recebeu a visita do Presidente da República, Jorge Sampaio, convidado pela Associação para conhecer o bairro, a festa e o seminário. A sua comitiva incluía o novo Secretário de Estado de Ordenamento do Território e Cidades (SEOTC), Professor João Ferrão, que participou no debate sobre a qualificação do bairro. Dois meses depois, em agosto de 2005, o SEOTC lançava a “Iniciativa Qualificação e Inserção Urbana de Bairros Críticos”, ou Iniciativa Bairros Críticos (IBC)¹², e, em novembro, selecionava como um dos três casos piloto, o Bairro do Alto da Cova da Moura¹³.

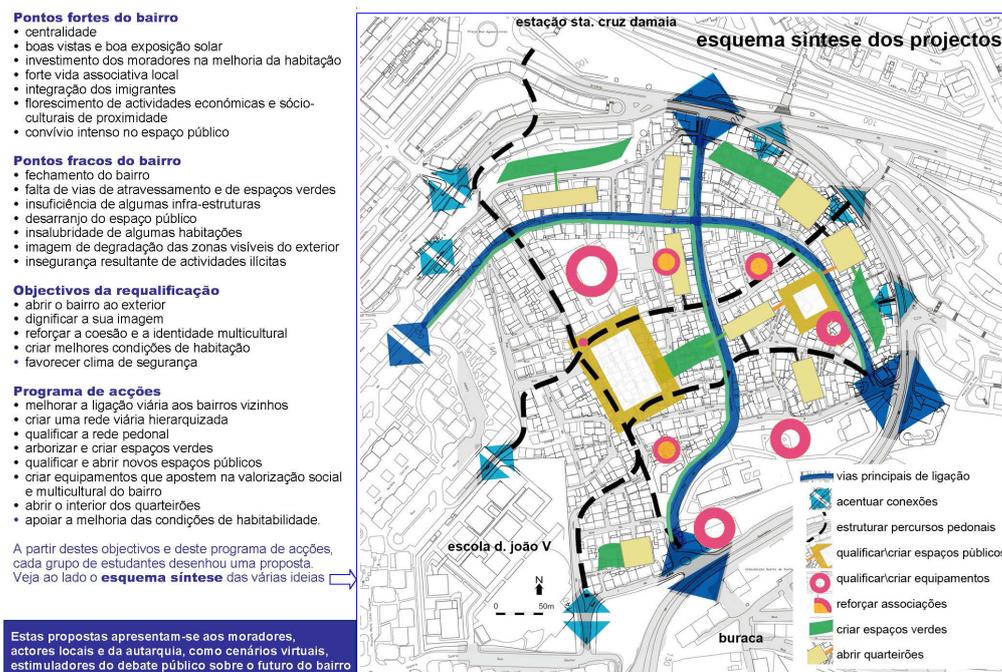
As diferentes visões e interesses sobre o ‘quefazer’ quanto à transformação do bairro ganharam expressão. As lideranças associativas, representantes dos habitantes, defendiam a qualificação colaborativa do lugar, privilegiando o seu valor de uso, como local de residência, de serviços e comércio de proximidade, de sociabilidade e entreaajuda, de cultura e festa, consolidado ao longo de quarenta anos de ocupação e autoprodução, com forte entreaajuda e com algum apoio do executivo municipal sobretudo de finais de 1970 a princípios de 1980¹⁴. Subjacente estava o direito dos residentes ao lugar e à Cidade. A

¹² Resolução do Conselho de Ministros 143/2005, de 7 de Setembro.

¹³ A IBC foi também implementada no Vale da Amoreira (Moita) e no Bairro do Lagarteiro (Porto).

¹⁴ Desde a sua criação em 1979, o município da Amadora foi liderado por um executivo comunista, passando a ser desde 1997 governado por um executivo socialista. Para uma visão das iniciativas municipais no bairro (questão fundiária e redes de infraestruturas), de finais de 1970 a princípios de 1980, ver: Craveiro *et al*, 1983; o texto da mesma autora neste número; e a cronologia do bairro compilada pelo Gestual com a Comissão de Bairro, em 2013.

FIGURA 3 – Estratégia de requalificação do Bairro da Cova da Moura. Síntese das propostas elaboradas para este bairro por 18 estudantes da Disciplina de Projeto do 5º ano (2004-2005) com apoio de dois estagiários, João Miranda e Marc Latapie. Fonte: folheto produzido pelo grupo da FAUTL.



IBC tornava este sonho uma utopia realizável, mas requeria a solução prévia da questão fundiária e urbanística.

Por sua vez, contrariamente ao anterior executivo favorável à reconversão do bairro, o executivo municipal em funções desde 1997 defendia a sua renovação, na ótica de um desenvolvimento competitivo municipal, passando a privilegiar o valor de troca do lugar, pelas suas vistas panorâmicas, a sua centralidade e a sua localização estratégica crescente para o mercado imobiliário. Como mostrara o plano desenhado em 2002, por encomenda municipal, pelo Gabinete Vasco da Cunha, a visão da renovação traduzia-se na tábula rasa de grande parte do aglomerado e na gentrificação da maioria da população. Esse plano foi muito contestado localmente, tendo estimulado a aliança e organização em Comissão de Bairro, em prol da defesa da qualificação do lugar, das três associações locais e do Centro Paroquial, apesar das diferenças dos seus objetivos e percursos.

A complexidade da situação não constituiu um obstáculo para as duas jovens finalistas, Ana Teresa Soeiro e Helena Campos, que haviam decidido fazer o seu estágio académico sobre o bairro, com a Associação Cultural Moinho da Juventude, sob orientação de Godelieve Meersschaert e minha supervisão¹⁵. As duas estagiárias mergulharam na problemática da qualificação do bairro, em forte interação com a Comissão de Bairro, a qual reforçou o seu papel no contexto do lançamento da Iniciativa Bairros Críticos. Graças à ação deste pequeno grupo da Faculdade, embrionário do Gestual, passamos de um ensino sobre as margens do urbano, para o ensaio de uma interação dialógica da academia com os agentes de territórios à margem do urbano, esboçando um exercício de extensão universitária nas franjas do sistema.

A atividade que desenvolvemos no bairro levou a configurar desde 2006, um projeto de pesquisa-ação “Cova da Moura, que desígnio, que desenho: olhares académicos”, que visava aglutinar os contributos dos sucessivos integrantes do Gestual, tendo dado início a uma publicação de divulgação que não chegou a ser concluída. A urgência do quotidiano sobrepôs-se à reflexão escrita sobre a prática, que todavia teria sido crucial para um maior amadurecimento da práxis. O Gestual enquanto grupo de pesquisa-ação não teve o suporte financeiro necessário a uma maior estabilidade dos colaboradores e melhor organização do trabalho. O meu primeiro ensaio reflexivo sobre o bairro surgiu na sequência de um workshop académico no quadro de um Seminário de Verão da FAUTL (Raposo,

¹⁵ José Maria Nobre fez também parte do seu estágio com a Associação Cultural Moinho da Juventude, tendo ‘co-laborado’ o projeto e acompanhado a obra de reconversão de uma garagem em Centro de Formação, Biblioteca António Ramos Rosa, Centro de Documentação S. Tomkiewicz, concluída em março 2006 e desde então em funcionamento.

2010), tendo sido seguido de outros com uma reflexão teórica sobre os paradigmas de intervenção na cidade autoproduzida (Raposo, 2012) ou que cruzaram a situação com Maputo. Faltou uma reflexão escrita sistematizada, 'co-laborada' com as lideranças locais sobre o processo, que corporizasse o debate interno, que foi intenso.

Com efeito, as várias questões com que nos confrontámos, ao nível da qualificação do bairro bem como do papel da academia e sua articulação com as associações, foram sendo objeto de reflexão persistente nas reuniões da Comissão de Bairro, em reuniões internas do grupo académico, no cruzamento com outros lugares e projetos e através de suportes teóricos. Qual o papel de um grupo universitário maioritariamente 'feminino', no campo disciplinar da arquitetura e do urbanismo dominado por interesses hegemónicos, num território em tensão com a administração local, num lugar estratégico em processo de destruição criativa capitalista, onde se configurava uma luta pelo espaço, ou, parafraseando Rolnik (2015), uma "guerra dos lugares"? Como preencher os objetivos de aprendizagem das estagiárias, dialogar com todos e servir os interesses da comunidade que nos acolhia, apoiando as suas lideranças com as quais tecêramos forte interação dialógica e de quem recebíamos grande ensinamento? Como colocar a arquitetura e o urbanismo ao serviço da qualificação de lugares e comunidades à margem? O 'quefazer', como fazer e como interagir eram inquietações permanentes.

Alguns princípios eram claros para o grupo da Faculdade e incorporavam ensinamentos de Paulo Freire: a construção de uma "relação de simpatia e confiança"; a capacidade de escuta, o respeito e o apoio mútuo entre 'academia em formação' e lideranças associativas experientes; a reflexão e avaliação crítica coletiva da situação do bairro, da ação da Comissão e da IBC; a troca de saberes entre uns e outros; a construção partilhada do conhecimento; a co-organização de assembleias e outros momentos de interação com os moradores; e a "co-laboração" para a programação coletiva dos trabalhos e ações. Estes princípios articulam-se com as 'traves mestras' e com as abordagens inovadoras que norteavam a práxis da Associação Cultural Moinho da Juventude, em parte também inspiradas em Paulo Freire, persistentemente defendidas por Godelieve Meerschaert e hoje pelas novas lideranças desta Associação. Entre essas abordagens, destaco, pelo impacto que teve no grupo da FAUL¹⁶: (i) o trabalho em *tandem*, ou em simbiose entre técnicos com formação académica e 'peritos de experiência', agentes com potencial de resiliência e empoderamento, a partir da reflexão sobre a sua vivência (Meersschaert, 2004), ou, como reforça um jovem líder da Associação (entrevistado em outubro 2021), o "trabalho em conjunto"; (2) e as metodologias participativas de análise e intervenção urbana, das quais o '*planning for real*', ou planeamento urbano participado, implementado em 1996 num quarteirão do bairro, deixou memória forte nos participantes (sublinhado na mesma entrevista).

Também a ação da Comissão de Bairro (CB) se pautou por uma abordagem participativa. Nas suas reuniões semanais, em que o nosso grupo teve a oportunidade de participar regularmente, a CB procedia à gestão dos conflitos internos e externos, ao reforço da dinâmica associativa em prol dos objetivos comuns da qualificação e ao apuramento e fortalecimento do seu papel na Iniciativa Bairros Críticos (IBC). Assente na rotatividade da coordenação e dos locais de encontro entre as quatro organizações integrantes da Comissão, estes momentos constituíram uma escola local de democracia participativa. Os

¹⁶ Com menor relação com a nossa abordagem, mas sublinhado pelos representantes da ACMI pela sua relevância para a práxis da Associação ao nível educativo, importa assinalar, desde final do milénio, a 'Comunicação não violenta' de Marshall Rosenberg e a 'Teoria de interligação' considerada a 5 níveis: consigo e seu corpo, com os outros e suas emoções, com a sociedade e sua cultura, com a matéria e com a natureza e o ciclo de vida.

FIGURA 4 – Reunião de preparação do lançamento do inquérito aos moradores em 2006, organizada pela ACMJ e Comissão de Bairro com a Faculdade de Arquitetura e amigos do bairro e da ACMJ. Este inquérito co-produzido, constituiu uma importante ação deste período, pela sua dinâmica participativa, pela sua análise e conclusões e pela restituição à comunidade. Será apresentado em maior detalhe noutro texto. Foto do Gestual.



nossos contributos técnicos atentos às práticas locais, eram co-concebidos, discutidos com as associações e co-produzidos. No final do estágio académico, face aos bons resultados da forte interação dialógica construída com o grupo da Faculdade e para responder às expectativas criadas pela IBC, as associações candidataram-se ao Instituto de Emprego e Formação Profissional para obter dois estágios que permitiram dar continuidade, por mais um ano, até julho de 2007, ao trabalho das duas estagiárias e a esta persistente interação. O primeiro ano de estágio (2005-2006) coincidiu com o primeiro ano da IBC que promoveu forte dinâmica entre múltiplos atores públicos e da sociedade civil, incluindo associações e moradores, a qual foi estimulada pela primeira equipa técnica da IBC (Malheiros, J.; Vasconcelos, L.; *et al.*, 2006). As expectativas da Comissão de Bairro em relação à qualificação do bairro levaram-na a ser pró-ativa e antecipar as ações da IBC, desenvolvendo diversos trabalhos em estreita interação com o grupo da Faculdade. Destas ações destaco, em 2006, as mais importantes ao nível do contributo do nosso grupo académico: (i) lançamento de um Inquérito a 70% dos moradores, sobre perceções e aspirações em relação ao bairro, às habitações, ao espaço público, às infraestruturas, equipamentos e serviços, cuja análise (com o suporte de Jorge Ribeiro, professor da FAUL), mostrou que, nessa data, 80% dos moradores eram proprietários e aspiravam continuar a residir no bairro, contrariando perceções exteriores hegemónicas; (ii) construção de um diagnóstico SWOT e eixos de intervenção para o bairro, a partir do que fora elaborado pelos estudantes em 2004-05, servindo de base para a discussão do que foi posteriormente realizado no quadro da Iniciativa Bairros Críticos; (iii) definição de critérios para a qualificação do espaço urbano do bairro; (iv) identificação de espaços livres e edifícios devolutos para congelamento da construção; (v) elaboração de um Programa imediato de pequenos melhoramentos, incluindo uma planta de ações e uma planta de circulação para o melhoramento do bairro a curto prazo (Campos e Soeiro, 2006).

No segundo ano de estágio (2006-2007), que constituiu um período de menor dinamismo da IBC, as estagiárias realizaram, entre outras ações ¹⁷, uma proposta de termos de referência para um plano de pormenor de qualificação do bairro. Elaborada em estreita interação com as associações, serviu de base para os termos publicados pelo município, em 2009, para lançamento do Concurso público para o Plano de Pormenor do bairro.

Este primeiro ensaio de extensão universitária no Bairro da Cova da Moura, assente na forte interação dialógica construída entre o grupo académico e as lideranças do bairro e, nalguns momentos, com os moradores, constituiu uma oportunidade de mútua aprendizagem, de produção social do conhecimento, de conceção partilhada de um espaço outro, apesar do impacto muito pontual no território. Colaborou também para a transformação

¹⁷ Destaco também pela sua importância atual, o projeto para o estúdio de som da Associação Cultural Moinho da Juventude, que se tomou um espaço de formação e promoção de jovens artistas. O estúdio foi construído e tornou-se num importante lugar de encontro e criatividade de jovens artistas, o qual foi recentemente requalificado, com apoio da atual direção da Associação, com apoio material da Sony, com financiamento de *crowdfunding* e gestão pelos artistas utentes do espaço.

de cada um daqueles que se envolveram na imaginação coletiva da qualificação do bairro. Todavia, seguindo Freire, uma 'verdadeira transformação da realidade', requer a co-laboração por comunidades e lideranças de uma 'teoria dialógica da ação' (1975, pp. 260-261), o que supõe disponibilidade de tempo, bem como comunidades conscientes e ativas e lideranças sólidas. Ora, como acima referido, neste tipo de processos, retidos no fazer, nas alienações e nas urgências do quotidiano e nas tensões internas e externas, tende a perder-se a simultaneidade da prática com a teoria, a práxis. Por outro lado, na sociedade capitalista neoliberal, as relações sociais complexificam-se: se alguns trabalhadores, lideranças e técnicos ganham maior consciência das situações de injustiça e desigualdade e se envolvem na luta pela sua transformação e superação, outros são cooptados pelo sistema dominante, absorvidos pela sociedade de consumo, pelas malhas do poder económico, político ou ideológico e pela competição crescente, que se sobrepõem aos valores e práticas de solidariedade e entreatajuda comunitária.

A noção de 'arena social', explorada por Olivier de Sardan (1995) e outros autores, favorece uma melhor compreensão das interações e dinâmicas dos diferentes grupos e indivíduos, condição para a sua transformação. Olhar um território concreto, como o Bairro da Cova da Moura como uma arena social, um palco de lutas sociais e políticas, onde interagem e se confrontam diferentes 'intervenientes internos' (os residentes e as suas lideranças) e 'intervenientes externos' (atores exteriores que intervêm no local), permite ter em conta as diferentes e mutáveis visões, interesses, posições, motivações, ideologias, racionalidades e estratégias, capacidades, habilitações, recursos e comportamentos, que configuram o fazer e refazer de alianças e conflitos. Como refere Brenner (2014, p. 8), o espaço urbano já não é apenas arena social e um palco de lutas; o urbano, pelas mais valias que oferece aos promotores, tornou-se um dos principais interesses em disputa.

Neste âmbito, o nosso grupo de extensão universitária, para além de constituir uma 'arena social' *per se* (questão aqui não explorada), apresenta-se como um ator social de outras arenas, estabelecendo alianças na defesa de visões comuns. O alinhamento nestes primeiros anos de extensão universitária, do nosso grupo com as aspirações de qualificação do lugar, partilhadas por lideranças e moradores, não favoreceu uma relação de maior proximidade com o executivo municipal, então defensor da sua renovação. Em todo o caso, desde a conclusão dos primeiros estágios, em julho de 2007, a interação dialógica com o bairro diminui de intensidade. Prosseguiu nos anos seguintes, até abril de 2014, mas de forma mais intermitente e menos imersiva, traduzindo-se sobretudo na (co)realização de diversos trabalhos académicos e de extensão universitária com foco na qualificação do lugar. Apontam-se de seguida apenas alguns desses momentos de maior interação, importantes para a reflexão sobre este processo de extensão universitária em construção.

APONTAMENTOS DA INTERAÇÃO DO GESTUAL COM A COVA DA MOURA ENTRE 2007 E 2014

Em agosto de 2007, com a aprovação pela FCT de um projeto de investigação internacional, que coordenei, sobre os bairros de génese ilegal, com foco na Área Metropolitana de Lisboa, criámos (com a equipa da Faculdade que integrou este novo Projeto) o Gestual, todavia só reconhecido oficialmente pela FAUL em 2013.

FIGURAS 5 E 6 -
Melhoramento da entrada sul do bairro. Proposta final de Filipa Verol (estagiária da ACMJ) com apoio de António Pinto (ACMJ). (2º prémio da Trienal de Arquitetura de 2013).
Fonte: Filipa Verol e ACMJ



No mesmo ano, lancei uma disciplina optativa sobre os subúrbios habitacionais, prossequindo o ensino e investigação sobre as margens do urbano, de promoção pública, de génese ilegal e autoproduzidas. O bairro da Cova da Moura continuou a ser escolhido como local para o ensaio de propostas académicas de qualificação urbana de bairros autoproduzidos, de génese ilegal ou de promoção pública. As visitas ao local no quadro da disciplina estimularam alguns estudantes a realizar o seu estágio sobre o bairro, no quadro do Gestual. Foi o caso, entre outros, de Hugo Lorenzi e Alessandro Colombo, que, em 2012, realizaram um esboço participado de melhoria da entrada sul do bairro (ver Colombo neste número).

No contexto das novas dinâmicas resultantes da inserção do Bairro da Cova da Moura na IBC, o concurso Universidades 'Falemos de Casas' lançado em 2010 pela Trienal de Arquitetura de Lisboa escolhe este bairro como local de intervenção para a disciplina de Projeto das escolas de arquitetura do país, seis anos depois do exercício que lançáramos em 2004. Alguns professores da então FAUTL levam os seus alunos a pensar o bairro. Uma destas finalistas, minha co-orientanda, Filipa Verol, decidiu em 2012-2013, já mestre, fazer um estágio com a Associação Cultural Moinho da Juventude (ACMJ). Entre outros trabalhos, deu continuidade ao esboço de melhoramento da entrada sul do bairro (ver texto de Colombo neste número), com o apoio do construtor António Pinto da ACMJ e em fevereiro submeteu a proposta a uma bolsa no quadro da Trienal de Arquitetura de Lisboa de 2013. Tendo ganho o segundo lugar, a obra foi implementada pela ACMJ¹⁸, sendo finalizada em dois meses e inaugurada a 22 de junho na festa do Kola San Jon.

Entretanto, em maio de 2010, a Faculdade de Arquitetura, por iniciativa do Gestual e em resposta à solicitação da Comissão de Bairro, decide submeter uma candidatura ao Concurso Público para elaboração do Plano de Pormenor da Cova da Moura. A equipa associou profissionais experientes de duas instituições da Universidade de Lisboa (FA e IGOT), integrou dois membros da primeira equipa da Iniciativa Bairros Críticos e, para trabalhos de especialidade, envolveu duas empresas privadas de referência, mas que encareceram o orçamento apresentado.

O concurso foi ganho pelo consórcio liderado pelo Gabinete Vasco da Cunha, Estudos e Projetos que apresentava um orçamento mais baixo e tinha a confiança do executivo municipal: fora este gabinete que elaborara, sob encomenda desse executivo, o plano de renovação de 2002, que propunha a demolição de 80% do edificado, o que estimulava a resistência organizada da comunidade. A Comissão de Bairro, com apenas um membro no júri, defendeu a proposta apresentada pela equipa coordenada pela FAUTL. Esta apostava em reforçar a interação dialógica com as associações e em estendê-la aos atores públicos (LNEC, IHRU, município), visando a co-construção da melhor solução de qualificação do bairro, integrando os princípios da IBC. Em contrapartida, a postura externalizada e tecnocrata do consórcio da Vasco da Cunha e a sua abordagem tinham como premissa, tal como em 2002, a demolição da maior parte do edificado, contrapondo-se aos desígnios dos moradores, o que voltou a motivar forte resistência crítica das associações. Com a mudança

¹⁸ Sobre o processo participado de construção ver: <http://www.moinhodajuventude.pt/index.php/administrativo/qualificacao-do-bairro/59-qualificacao-do-bairro/222-concretizacao-de-trabalhos-na-entrada-sul>

19 A ação do Gestual no bairro engloba então os dois projetos coletivos de pesquisa-ação referidos “Cova da Moura, que desígnio, que desenho: olhares académicos” (de 2006, coordenado por Isabel Raposo) e “Espaço relacional e direito à cidade” (de 2012, coordenado por Júlia Carolino), para além dos projetos individuais dos seus vários membros.

do governo central, em abril de 2012, a gestão da IBC, transita do IHRU para o município e poucos meses depois, em 2013, face à incapacidade de integração dos anseios locais, ao fim do financiamento da IBC e à crise económica, o plano é interrompido e a IBC é encerrada. Desde 2010, para além de estagiários, algumas mestrandas e doutorandas ligadas ao Gestual, escolhem o bairro como caso de estudo, reforçando o debate sobre o mesmo. É o caso de uma pós-doutoranda em antropologia (Carolino, 2013), que apresenta em 2012, à FCT, uma candidatura a um projeto de pesquisa, “Espaço relacional e direito à cidade”, que toma como caso de estudo o bairro da Cova da Moura. Sendo aprovado, nele se envolvem três das doutorandas do Gestual as quais colaboram num exercício académico experimental no Largo de Santa Filomena, em forte relação interativa com os moradores, todavia gerador de dissenso entre a visão académica e os interesses de alguns residentes (Lages *et al.*, 2017; e artigo de Lages neste número).

Com a interrupção em 2013 da gestão municipal da Iniciativa Bairros Críticos e da elaboração do Plano de Pormenor para o bairro, as associações da Comissão de Bairro em interação com o Gestual¹⁹, decidem, em conjunto, organizar um seminário, para debater sobre as lições da IBC e sobre o futuro do bairro. Realizado a 6 de abril de 2013, com a participação de vários intervenientes da Iniciativa Bairros Críticos e de outros especialistas conhecedores do bairro, o seminário favoreceu um debate público profícuo, apesar da ausência da Câmara Municipal da Amadora que, embora convidada, não compareceu. Na sequência deste debate e das reuniões internas que se seguiram, a Comissão de Bairro, com o apoio do Gestual, decidiu investir no melhoramento do espaço coletivo.

A proposta de melhoramento foi elaborada a partir da apresentação e discussão pública do projeto final de mestrado da Nádía Fernandes (dezembro 2013), realizado sob minha orientação. Este integrava o conhecimento acumulado do Gestual sobre o bairro, resultante da sua interação mais ou menos dialógica de anos com as associações locais e dos trabalhos realizados desde 2005, em particular do ‘Programa imediato de pequenos melhoramentos’ (Campos e Soeiro, 2006). O projeto de Fernandes (2013) serviu de base a uma forte dinâmica colaborativa de reflexão e imaginação coletiva dos melhoramentos desejados, forjada por uma equipa conjunta do Gestual e da Comissão de Bairro. Entre dezembro de 2013 e abril 2014, a Comissão de Bairro e o Gestual realizaram várias sessões para preparação e co-conceção de quatro oficinas para restituição e discussão com os moradores da proposta de melhoramento do bairro, as quais tiveram lugar a 11 de janeiro, 15, 22 e 23 de março de 2014. A reflexão realizou-se em torno de uma planta de melhoramento do espaço coletivo do bairro a vários níveis - espaços coletivos de intervenção prioritária, circulação viária e pedonal, estacionamento, arborização e hortas, fachadas, recolha de lixo) – e de duas maquetas (uma de todo o bairro e outra de um dos espaços de intervenção prioritária). Estes instrumentos favoreceram a animação de debates públicos entre os membros das associações e os moradores. A maqueta de todo o bairro foi cortada a laser e montada na FAUL, sendo a localização das casas concluída de forma interativa com os habitantes, em diferentes zonas do bairro, em momentos que constituíram outras oportunidades de partilha, interconhecimento e discussão sobre o bairro.

Na sequência das oficinas, a maqueta finalizada foi oferecida à Comissão de Bairro e, com base nos resultados dos debates, o Gestual procedeu ao redesenho das três plantas de melhoramento do espaço coletivo do bairro nos três aspetos discutidos e considerados prioritários (espaços de intervenção prioritária, circulação, espaços verdes).

FIGURAS 7,8,9,10,11 E 12 – Oficinas para discussão da proposta de melhoramento do espaço coletivo do bairro com as associações e residentes: debate entre associados em torno de planta da proposta e da construção coletiva da maqueta do bairro, envolvendo moradores. Fotos do Gestual



FIGURAS 13 (ESQ), 14 (CNT) E 15 (DRT) – Proposta de melhoramento do espaço coletivo do Bairro do Alto da Cova da Moura: Planta de espaços de intervenção prioritária; Planta de melhoramento da circulação; Planta de espaços verdes. Fonte: Gestual e Comissão de Bairro. Desenho final de Camilo Castel Branco, mestre FAUL/Gestual (Maio 2014), com base em: planta de Fernandes (2013); decisões coletivas nas oficinas e reuniões (coord. Isabel Raposo); e atualização da planta do bairro (Domingues Pereira, Associação de Moradores).



Estas plantas da proposta consensualizada localmente, pretendiam servir de base à implementação de alguns melhoramentos pelas associações, a curto prazo, enquanto não se voltassem a reunir as condições para a regularização da situação fundiária²⁰ e da reconversão urbanística do bairro.

A proposta foi entregue para apreciação, à nova Presidente da Câmara Municipal da Amadora, a 14 de maio de 2014, em reunião na sede da Associação de Moradores, mas não teve resposta apesar da repetida solicitação da Comissão de Bairro nomeadamente por carta em julho seguinte. Em reunião a 29 de julho do mesmo ano, a Presidente da autarquia informou que tinha sido indeferido pela segunda vez o pedido da Associação Cultural Moinho da Juventude de construção de uma creche de raiz (apesar de a ACMJ já ter anteprojecto de arquitetura ecológico, garantia de financiamento e aprovação do Ministério de Educação), em substituição da existente, instalada em antigos contentores em degradação. Em compensação, a Presidente disponibilizou para instalação das salas da

²⁰ A questão fundiária não foi tida em conta nesta proposta de melhoramento a curto prazo, tendo sido aprofundada na dissertação de mestrado mais recente de Rui Gomes (2019).

21 Todavia, a transferência da Creche e Jardim de Infância da ACMJ prevista para Setembro de 2015, só se viria a efetivar oito anos depois, em fevereiro de 2023, tendo permanecido até essa data em contentores.

22 A relação do Gestual com cada uma das Associações e mesmo com a Comissão de Bairro persistiu desde então mas de forma pontual, reflexão que não será aqui abordada.

Creche e Jardim-de-Infância da ACMJ, grande parte do edifício da Escola Básica do bairro²¹. Na mesma ocasião, a autarquia concedia à Associação de Moradores, a responsabilidade pela fiscalização das obras no bairro e pela realização de pequenos melhoramentos na rede viária. Estas duas decisões, um ano depois da suspensão das atividades municipais da IBC, tiveram como impacto o afrouxamento da coesão da Comissão de Bairro, forjada em torno do sonho comum e do envolvimento coletivo na (re)qualificação do bairro. Neste contexto deixou de justificar-se o papel contínuo do Gestual junto a esta Comissão²².

BREVES NOTAS FINAIS

Este texto inicia uma (auto)reflexão (em curso) sobre um ensaio de extensão universitária conduzido por um grupo da Faculdade de Arquitetura, que em 2007 designámos de Gestual e que se consubstanciou ao longo de dez anos entre 2004 e 2014, plea estreita interação com a Comissão de Bairro da Cova da Moura. Cruzando memórias teóricas com experiências profissionais, articulando a investigação com o ensino e a extensão universitária, o texto questiona processos e paradigmas de intervenção e regista alguns dos momentos mais importantes neste percurso individual e coletivo. O texto não incorpora uma reflexão coletiva atualizada com os membros do Gestual nem com as lideranças do bairro, nem procedeu à análise das expressões espaciais do processo. É um diálogo de memórias que pretende servir de base a uma posterior reflexão coletiva mais aprofundada sobre o bairro e numa perspetiva comparada com outras experiências em Lisboa, em Luanda e em Maputo, tecendo pontes com a mais consolidada experiência brasileira de extensão universitária.

As principais referências teóricas de base aqui convocadas de Paulo Freire e Henri Lefebvre, datando dos finais da década de 1960, período de fortes e globais manifestações anti-sistémicas, continuam pertinentes nos questionamentos atuais. A experiência de práticas contra hegemónicas, no SAAL, entre 1974 e 1976, ou em Moçambique na DNH/INPF, entre 1979 e 1989, foram possíveis pelo contexto revolucionário em Portugal ou de transição socialista em Moçambique. Neste milénio, o ensaio de um programa público emancipador e participado como foi a Iniciativa Bairros Críticos, beneficiou da lucidez de um Secretário de Estado e da sua equipa, mas no caso da Cova da Moura, no contexto neoliberal dominante, não houve a capacidade de resolver as duas questões basilares, fundiária e urbanística, face às visões dicotómicas sobre o que fazer ao bairro, face às pressões imobiliárias, face à densificação da ocupação e face ao complexo jogo de forças e de interesses em presença. Por outro lado, a IBC gastou muito tempo em ações imateriais e na animação de um processo participativo externalizado, não se alicerçando como ponto de partida nas dinâmicas associativas locais. Nomeadamente, a longa experiência participativa do Moinha da Juventude, configurando uma práxis reflexiva, inovadora e transformadora, não foi valorizada pelos atores técnicos e políticos da IBC.

O ensino de projeto sobre intervenção urbanística nas periferias urbanas, em interação com intervenientes locais, que ensaiei desde a chegada à Faculdade em 2002, ganhou novo sentido na interação com o Bairro da Cova da Moura pela força associativa local e pela congregação de forças locais na luta contra a ameaça de demolição do bairro, que

o plano de 2002 de encomenda municipal expressava. Mas a construção de uma interação dialógica com as lideranças e o início de um exercício de extensão universitária foi despoletado com o Seminário sobre a qualificação do bairro, organizado pela Associação Cultural Moinho da Juventude, em 2005, e do convite que a sua direção nos endereçou para apresentar as propostas dos estudantes realizadas durante esse ano letivo, o que configurou uma ação de restituição e de colaboração na animação do debate público. Foi esta capacidade local de ação, que aliciou três jovens finalistas a desenvolverem nessa associação o seu estágio académico.

Dois desses estágios acompanharam a Comissão de Bairro nos dois primeiros anos da Iniciativa Bairros Críticos. Esta iniciativa criou grande expectativa local reforçando a coesão desta Comissão e o seu trabalho persistente que durante algum tempo contou com o apoio técnico permanente do grupo da Faculdade. A relação de confiança que se forjou com estas lideranças, o encontro quotidiano e as reuniões semanais permitiram desenvolver uma análise crítica e uma avaliação coletiva permanente do processo da IBC, na perspetiva local e enquanto a ação se desenrolava, discutindo-se como fazer e o 'quefazer', procedendo a uma programação conjunta das ações e trabalhos realizados pelo grupo da Faculdade em interação e discussão com a Comissão de Bairro, discutindo-se normativas vigentes e ensaiando-se uma nova prática profissional.

A interação entre o grupo da Faculdade e a Comissão de Bairro, depois destes dois primeiros anos intensos (2005-2007) e fundadores de uma relação de confiança, prosseguiu de forma mais intermitente, até 2014, respondendo a solicitações locais ou a objetivos académicos, atraindo para o grupo universitário, novos membros, novos modos e novas dinâmicas. Para além dos ensaios académicos, as ações de apoio à Comissão de Bairro no contexto da IBC e após o seu término, as pequenas obras realizadas, o seminário de balanço da IBC co-organizado em 2013 e o plano de melhoramento do espaço coletivo do bairro 'co-laborado' em 2014 permitiram dinâmicas de forte aprendizagem académica e associativa, embora o seu impacto no território tenha sido limitado. A relação entre os múltiplos intervenientes, suas alianças e conflitos, inserem-se num tempo acelerado, num espaço cada vez mais urbanizado, disputado e dualizado e numa sociedade burocrática e competitiva. Oito anos depois do fim da presença assídua do Gestual no bairro, as memórias e solidariedades perduram mas são as associações que permanecem no bairro e forjam o seu quotidiano de resistência e luta coletiva pela sobrevivência, agudizada nos tempos de pandemia.

A extensão universitária nas margens urbanas lisboetas de menores recursos, como uma possibilidade emancipatória e uma prática contra-hegemónica de construção de uma práxis outra e de outro espaço, tem um longo caminho a percorrer. Entre os objetivos de aprendizagem académica e de contribuição para a qualificação das margens urbanas, colocam-se questões de recursos, de competências e saber-fazer, de continuidade da ação e de margem de manobra para uma intervenção contra-hegemónica. A interrogação sobre outras experiências, em Lisboa, em outras paragens portuguesas ou também brasileiras, dado o conhecimento acumulado deste país neste campo, pode contribuir para avanços no delinear de um caminho outro. Em Luanda e Maputo, a extensão e complexidade das suas margens urbanas pode facilitar a emergência de soluções inovadoras e emancipadoras, mas o seu impacte, embora promissor, mantém-se reduzido. Estamos ainda longe da utopia de Lefebvre de coprodução de outro espaço, a uma escala alargada, por uma 'sociedade outra'. Urge sobretudo fortalecer redes de diálogo académicos, técnicos e comunitários

que promovam a reflexão crítica e a disseminação das experiências mais transformadoras como condição para a construção e consolidação de caminhos alternativos.

BIBLIOGRAFIA

- BRENNER**, Neil (2014), "Teses sobre urbanização", *e-metropolis*, n.º 19, vol. 5, pp. 6-26 (1ª ed. *Public Culture*, n.º 25, vol. 1, pp. 86-114).
- CAMPOS**, Helena; Soeiro, Ana Teresa (2006), "Relatórios de estágio. Qualificação de Áreas Urbanas Críticas. Bairro do Alto da Cova da Moura", Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- CAROLINO**, Júlia (março 2013), "Contribuições de um enfoque antropológico no lugar para a temática da requalificação habitacional. O caso da Cova da Moura", em *Atas do Segundo Congresso Internacional da Habitação no Espaço Lusófono*, Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.
- COSTA**, Francisco Lima (2006), "Turismo Étnico, Cidades e Identidades: O Projecto 'Sabura – África, aqui tão perto! Uma viragem cognitiva na apreciação da diferença", *Revista Turismo & Desenvolvimento*, n.º 5, pp. 95-112.
- CRAVEIRO**, Maria Teresa (coord.); Pinto, A.; Carou, J.; Pereira, Mª I.; Guimarães, Mª M.; Carmona, J.; Costa, M. (1983), "Cova da Moura (Relatório)". Amadora: Câmara Municipal da Amadora, Serviços de Planeamento Urbanístico e Serviços Municipais de Habitação.
- DEMARTINI**, Juliana (outubro 2019), "Extensão universitária. Interações dialógicas Brasil-Portugal", Relatório de pesquisa de pós-doutoramento, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa.
- FERNANDES**, Nádía S. Silva (dezembro 2013), "Qualificação urbana como valorização da imagem da cidade. Contributo do espaço público para a inserção socio-urbanística", Dissertação de Mestrado em Arquitetura com Especialização em Urbanismo. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.
- FREIRE**, Paulo (1975 [1ª ed. port. 1972; 1ª ed. brasileira 1974]), *Pedagogia do oprimido*, Porto: Ed. Afrontamento (escrito em 1968).
- GESTUAL E COMISSÃO DO BAIRRO (2013)**, "Cronologia de um bairro autoproduzido" documento policopiado e painel expositivo apresentado no *Seminário Cova da Moura, que desígnio, que desenho*, Lisboa: Gestual, Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa
- GOMES**, Rui F. Monteiro (março 2019), "Reconversão e qualificação de bairros autoproduzidos. O caso da Cova da Moura", Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura com Especialização em Urbanismo, Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa
- HARVEY**, David (2008), "The right to the city", *New Left Review*, n.º 53, pp. 23-40.
- LAGES**, Joana P.; Wildemeersch, D.; Carolino, J.; Braga, J.; Veiga, I. (2017), "Sobre o dissenso. Considerando o laboratório 'Este Largo Podia ser Assim', no Bairro da Cova da Moura", *Intervir no local. Revista Espaços vividos e espaços construídos*. Estudos sobre a cidade, n.º 5, vol. 1, Lisboa: CIAUD-FAUL, pp. 54-63.
- LEFEBVRE**, Henri (1979 [1ª ed. fr. 1970]), *La Révolution urbaine*, Paris: Gallimard.
- LEFEBVRE**, Henri (1974), *La production de l'espace*, Paris: Éd. Anthropos.
- LEFEBVRE**, Henri (1968), *Le Droit à la Ville I*, Paris: Éd. Anthropos.
- MALHEIROS**, Jorge; Vasconcelos, Lia; Alves, Francisco; Figueiredo, Patrícia; Mascarenhas, Ana (2006), "Relatório de diagnóstico. Síntese de Caracterização do Bairro do Alto da Cova da Moura", Lisboa: Iniciativa Bairros Críticos, Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana.
- MEERSCHAERT**, Godelieve (2004), "Uma reflexão sobre o contributo da PARCERIA Perit@s de Experiência / Técnico@s no processo do 'empowerment' e na construção de resiliência", Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE). Curso de Pós-Graduação 2003-2004 "Gerir Projetos em Parceria".

- OLIVIER DE SARDAN**, Jean-Pierre (1995), *Anthropologie et développement. Essai en socio-anthropologie du changement social*, Paris: Karthala.
- RAPOSO**, Isabel (2017), "Intervir nas margens do urbano: o papel da academia", *Intervir no local. Revista Espaços vividos e espaços construídos*. Estudos sobre a cidade, nº 5, Lisboa: CIAUD-FAUL, pp. 29-39.
- RAPOSO**, Isabel (2012), "Bairros de génese ilegal : metamorfoses dos modelos de intervenção", in Mendes *et al.* (org.) *A cidade entre bairros*. Casal de Cambra: Caleidoscópio, pp. 107-119.
- RAPOSO**, Isabel (2010), "Intervenção pública num bairro 'crítico', o Alto da Cova da Moura", *Cadernos da Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, Arquitectura e Cosmologia*, n.º 7. Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 97-103 (a partir de comunicação de 2009).
- RAPOSO**, Isabel (1999), *Urbaniser villages et maisons: projets politiques et réalités sociales*, Tese de doutoramento em urbanismo, Paris: Institut d'Urbanisme de Paris, Université de Paris XII.

AGIR ENTRE PLANOS. A INICIATIVA "ESTE LARGO PODIA SER ASSIM" COMO EXEMPLO DE UMA INTERVENÇÃO *LIMINAR*

JOANA PESTANA LAGES

RESUMO

Este artigo ocupa-se da iniciativa *Este Largo Podia Ser Assim*, que decorreu no âmbito do projecto Espaço Relacional e Direito à Cidade, pesquisa exploratória orientada pela ambição de diminuir o hiato entre as noções mais abstractas do direito à cidade e as iniciativas concretas dos actores sociais no terreno. Detendo-se sobre um processo que já foi discutido em artigos anteriores, este texto acrescenta uma perspectiva simultaneamente descritiva e problematizadora das oficinas no contexto alargado dos processos de requalificação urbana em lugares auto-produzidos, como é exemplo a Cova da Moura.

PALAVRAS CHAVE

territórios autoproduzidos; Direito à Cidade; participação; investigação-acção; intervenção liminar

ABSTRACT

This article takes issue with the initiative *This Square Could Be Like This*, developed in the context of the exploratory research *Relational Space and The Right to the City*, which aimed at shortening the gap between more abstract notions of the right to the city and the concrete undertakings of social actors on the ground. Looking again at a process that has already been discussed in other publications, the text describes with more detail and interrogates the initiative's workshops in the wider context of urban upgrading in self-produced places, as it is the case of Cova da Moura.

KEYWORDS

Self-produced areas; Right to the City; participation; research-action; liminal intervention

1 Projecto Espaço Relacional e Direito à Cidade. Laboratório Experimental na Cova da Moura. Coordenação: Júlia Carolino e Joana Pestana Lages. Oficinas: Joana Pestana Lages, Joana Braga, Inês Veiga, Sofia Borges, Teresa Sá, Arménio Brito dos Santos. Consultores: Isabel Raposo, Danny Wildemeersch, Eric Hirsch. Avaliação e Monitorização: Ana Valente. Design Gráfico: Inês Veiga. Documentação Visual: Sofia Borges, Walter Fortes, Celso Lopes, Ana Valente. Colaboradores locais: Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura; Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura; Associação Cultural Moinho da Juventude. Este trabalho foi financiado por fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto com a referência EXPL/ATP-EUR/1772/2012.

INTRODUÇÃO

Este artigo ocupa-se da iniciativa *Este Largo Podia Ser Assim*, que decorreu no âmbito do projecto *Espaço Relacional e Direito à Cidade* (doravante ERDC), pesquisa exploratória de curta duração (15 meses) desenvolvida em 2013-14 e orientada pela ambição de diminuir o hiato entre as noções mais abstractas do direito à cidade e as iniciativas concretas dos actores sociais no terreno.¹ A investigação realizou-se no Bairro do Alto da Cova da Moura, resultando simultaneamente da articulação entre quatro projectos de investigação de doutoramento/pós-doutoramento, então em curso, e do diálogo estabelecido, pelo GESTUAL – Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, com a Comissão de Bairro da Cova da Moura que, desde 2002, reúne as associações do bairro, no quadro do processo de qualificação socio-espacial da Cova da Moura.

Este processo foi já discutido em artigos anteriores, nomeadamente versando o tema da interdisciplinaridade da equipa e do dissenso (Lages *et al.* 2017), a metodologia escolhida e implementada na iniciativa ‘Este Largo Podia Ser Assim’ (Lages 2015), ou ainda a articulação desta iniciativa com o Direito à Cidade numa perspectiva lefevbvrena (Wildemeersch & Lages 2018). Do mesmo modo, e tal como referido no enquadramento do projecto, duas teses de doutoramento centram-se igualmente neste processo: ‘À Conquista de Justiça Espacial. Intervenções Liminares em Territórios Autoproduzidos na Área Metropolitana de Lisboa’ (Lages 2017) e ‘Indiscipline. Social design principles and practices: how designers work in this realm’ (Veiga 2020)

Neste sentido, acrescenta este texto uma perspectiva simultaneamente descritiva e problematizadora das oficinas no contexto alargado dos processos de requalificação urbana em lugares auto-produzidos, como é exemplo a Cova da Moura. Ao longo do texto que se segue, e após uma breve perspetivação teórica e uma referência ao contexto empírico que as enquadraram, apresentam-se cronologicamente e analisam-se as etapas da iniciativa *Este Largo Podia Ser Assim*. Em concreto, o Evento “Outros Largos”, as oficinas participativas de “escuta” e “jogar” e, finalmente, a oficina de projecto, na qual a proposta preliminar preparada pela equipa (arquitetura) lançou o debate entre e com os habitantes. Menção é feita, ainda, às ferramentas de comunicação concebidas no âmbito da iniciativa e do projecto ERDC, com destaque para um Jornal de Parede.

ESTE LARGO PODIA SER ASSIM: PROPOR “ENTRE PLANOS”

Tratando-se de um território produzido na margem da matriz reguladora do Estado (Craveiro 1983, Jorge & Carolino 2019) no contexto da rápida expansão urbana que se opera em Lisboa na segunda metade do séc. XX, estão por resolver na Cova da Moura, entre outros aspectos, questões cruciais relativas à regularização da situação fundiária, urbanística e habitacional.

As políticas de habitação do século passado, extensivamente analisadas por Antunes (2018) deram respostas pouco satisfatórias às problemáticas dos territórios autoproduzidos. Se por um lado o Plano Especial de Realojamento (PER) nunca conseguiu o propósito enunciado de ‘erradicar as barracas’, também a chamada Lei das AUGI (Lei nº 91/95, Regime

excepcional para a reconversão urbanística das áreas urbanas de génese ilegal) não alcançou de forma efectiva a reconversão, arrastando-se por sucessivas décadas (Raposo 2011). O facto de a Cova da Moura ter sido edificada em terreno maioritariamente privado tornou o processo de reconversão ainda mais moroso e complexo, afastando-a do PER e da integração na 'Lei das AUGI'. Das seis parcelas que compõem o bairro, uma pertence à Fazenda Nacional, sendo que as restantes pertencem quase na totalidade à mesma família. Hoje, a centralidade resultante da expansão urbana desde a década de 1960 e das acessibilidades entretanto criadas (IC19, CREL e CRIL), valorizaram os seus terrenos, exercendo forte pressão urbanística, colocando em confronto as expectativas dos proprietários dos terrenos, habitantes da Cova da Moura e poder local.

É ainda de salientar a dualidade em que a Cova da Moura se situa: entre a narrativa mediática dos 'bairros problemáticos', o estigma da insegurança, das comunidades pobres e racializadas (Alves 2021) e o reconhecimento de uma existência cultural forte, expressa, entre outras, pela prática performativa cabo-verdiana *Kola San Jon*, inscrita no Inventário Nacional de Património Cultural Imaterial (Lopes 2020; Lopes & Carolino 2020).

Tal levou a que se combinassem, na investigação, duas dimensões principais. Por um lado, a realização de oficinas de micro-urbanismo participado, estabelecendo uma dinâmica de laboratório, que passou pela permanência da equipa no bairro e o planeamento e realização de actividades em estreita colaboração com os interlocutores ali encontrados (habitantes, organizações). Por outro lado, através de um enfoque teórico no espaço relacional e na co-constituição de pessoas e lugares, procurou-se compreender o entrelaçar das dimensões materiais e socio-simbólicas da apropriação do espaço na Cova da Moura. Essa compreensão foi mobilizada para a descoberta de modos concretos de incorporação na qualificação de noções do espaço como recurso para os que o habitam. Neste quadro mais alargado, a iniciativa *Este Largo Podia Ser Assim* propôs-se ensaiar o recurso ao desenho como ferramenta de pesquisa sobre modos de qualificar no contexto do que Lages (2017) designou por intervenções liminares, ou agir entre planos. O desenho, usado como metodologia de pesquisa ('research by design') foi já abordado também no contexto de projectos de investigação participados em territórios autoproduzidos, alvo de processos de intervenção urbana (Lages 2015). De igual forma, o desenho/projecto faz emergir não só as lógicas internas dos lugares, bem como os seus conflitos, podendo estabelecer um meio entre investigadoras e investigados, tentando anular visões de etnocentrismo académico na linha de Smith (2012).

A intervenção no território com vista à resolução dos problemas socio-urbanísticos em territórios autoproduzidos, tem implicado mecanismos de planeamento existentes demasiado longos e burocráticos. Coloca-se a questão de *como* agir, num tempo que seja útil e centrado nos habitantes e não nos instrumentos. A proposta 'entre planos' propõe-se a intervir no liminar, agindo na interdependência necessária entre planear/programar/executar. Formula-se a hipótese que estas intervenções liminares possam ser utilizadas como ferramenta no desbloqueio de situações urbanisticamente complexas em territórios autoproduzidos, contribuindo para a construção de uma cidade mais justa e acolhedora da diversidade.

Estas intervenções combatem a ideia expressa por muitos habitantes de territórios autoproduzidos que aguardam intervenções urbanísticas de que 'nada avança', tentando

operacionalizar o conceito teórico do direito à cidade defendendo 'a transformação da cidade enquanto nos transformamos a nós mesmos' (Harvey 2008).

O conceito antropológico de liminaridade surge aqui enquanto referência temporal e espacial útil à compreensão e acção no contexto de processos como o que vem marcando a Cova da Moura. O interesse em explorar este conceito vem da dimensão antropológica e parte da problematização da sua ambiguidade, como refere Pina Cabral (2000) no excerto que traduz, "o que não está aqui nem ali: está no meio e entre", *betwixt* and *between*, na expressão usada por Turner (2000, p. 871). A noção de liminaridade é útil para incluir na leitura e compreensão dos processos de transformação urbanística dimensões que compõem o espaço enquanto realidade plural (Lefebvre 1991) mas permanecem pouco visíveis em tempo de implementação dos planos. "Entre planos", a realidade liminar permite redireccionar a atenção e agir num tempo centrado nos habitantes, explorando com mais liberdade as possibilidades abertas pela mútua implicação entre pessoas e lugares (ou o espaço como recurso social) e o papel que estas podem ter na concepção e execução do planeamento, usando o desenho como ferramenta para um diálogo dinâmico entre materialidade e imaterialidade.

IMAGINAR, ESCUTAR, EXPERIMENTAR, DESENHAR, DEBATER: AS OFICINAS PARTICIPADAS

A iniciativa *Este Largo Podia Ser Assim* focou-se naquele que foi já identificado como sendo, no Bairro da Cova da Moura, o espaço público com maiores potencialidades. Assim se afirma no diagnóstico produzido, em 2006, no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos:

"No bairro (...) a convergência de ruas (...) define alargamentos espaciais que foram apropriados como lugares de concentração de usos e práticas e nesta medida transformados em pequenas centralidades. O mais importante é o do entroncamento da rua de S. Domingos com a rua de Sta. Filomena, pela sua dimensão e pela concentração de equipamentos e actividades e que já se constituiu num tradicional lugar de encontro tanto nas festas populares como nos dias feriados."²

Resultando do espaço liberado por uma casa em construção, demolida pela Câmara Municipal da Amadora na década de 1980, o Largo de Santa Filomena localiza-se na confluência da Rua de Santa Filomena e da Rua São Domingos. Este alargamento não-planeado gerou um espaço com cerca de 560 m² que tem sido usado primariamente como parque de estacionamento.

Ali se promoveram um conjunto de oficinas de exploração, planeamento e concretização de melhoramentos com habitantes da Cova da Moura, antecedidas de e secundadas por pesquisa etnográfica atenta a práticas de apropriação socio-espacial no bairro. A equipa, multidisciplinar, cruzou as áreas da arquitectura e urbanismo com a antropologia, artes plásticas e design.

Tal articulação operou-se, desde logo, na escolha do lugar e modo de intervenção, assente não apenas nas razões acima apontadas, mas, também, numa escuta das preocupações e estratégias privilegiadas pelas associações locais, reunidas numa Comissão de Bairro e orientadas para a defesa dos interesses dos residentes. A equipa mobilizou igualmente,

² Malheiros, J. et al (2006), 'Caracterização Urbanística e Acessibilidades' in Relatório de diagnóstico. Síntese de caracterização do Bairro do Alto da Cova da Moura. Lisbon: Instituto Nacional de Habitação. [Consultado a 12 de Setembro de 2011]. Disponível em <http://www.portaldahabitacao.pt/pt/ibc>

FIGURA 1 (ESQ) – Este Largo Podia ser Assim em Junho de 2012, dia de Festa de *Kola San Jon*. Fotografia de Joana Pestana Lages



FIGURA 2 (DRT) – Outros Largos. Fonte: Projecto ERDC, 2013

³ Vide <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/InventarioNacional/DetailFicha/337?dirPesq=3>

para a escolha operada, uma atenção às práticas quotidianas que marcam a vida nos espaços públicos do bairro, enquanto locais chave da sociabilidade local. Para tal, foi essencial o facto de em Junho de 2012, um ano antes das actividades aqui descritas, duas investigadoras do projeto ERDC (Joana Lages e Júlia Carolino) terem, no âmbito da festa local de *Kola San Jon*³, lançado a dinâmica que designaram já, à época, *Este Largo Podia Ser Assim* (vide Figura 1). Ao longo do dia da Festa de *Kola San Jon*, os transeuntes foram convidados a contribuir com ideias sobre se e como se poderia melhorar a qualidade daquele largo. O desafio foi lançado através da instalação, no Largo, de plantas e outras ferramentas que suportaram um debate sobre a sua possível transformação. Os moradores que se aproximaram para participar foram convidados a dispor, nas plantas que representavam o Largo, árvores, mobiliário urbano e outros elementos que considerassem pertinentes. Desta primeira iniciativa, resultaram ideias, já muito concretas, quanto a possíveis caminhos para a qualificação do Largo, entre as quais se destacou o seu melhor aproveitamento enquanto espaço público vocacionado para o lazer.

Resultou ainda um debate útil, quer entre habitantes, quer com as autoras, pois os elementos reposicionáveis (bancos, lugares de estacionamento, árvores, canteiros), indicavam claramente opções: teriam de existir escolhas *projectuais*. Compreender isto pela prática, pela mão dos habitantes, abriu caminho ao projeto que se seguiu.

Um ano depois (Junho de 2013), lançado o projecto ERDC e em contraponto às referências feitas pelos habitantes na fase anterior, propusemo-nos expandir o espectro de possibilidades para a intervenção no Largo, através do evento que designámos, desta vez, por “Outros Largos”. Procurando escapar a uma “lição” onde “especialistas ensinam”, optámos pela projeção, no Largo, de um vídeo que apresentasse tanto referências arquitectónicas como artísticas, explorando novos usos e diferentes materialidades e técnicas de construção, acompanhada da presença da equipa para conversar com habitantes (vide Figura 2). A noite de verão ganhou um sentido festivo, que se sucedeu a uma longa tarde de preparativos que foi aproveitada, de forma não planeada, como espaço criativo de construção e usufruto com as crianças que residiam ali perto.

Nesse período, lançou-se igualmente um interface de comunicação do projecto: o jornal de parede, capaz de chegar geograficamente a todas as áreas da Cova da Moura com baixo custo e grande impacto, oferecendo informação sem impor um encontro físico. Cada edição do jornal de parede focou-se simultaneamente na acção precedente, apresentando resultados, e na acção seguinte, desafiando para a participação ou solicitando recursos (vide Figura 3).

Um mês depois, e a partir das aprendizagens feitas nas duas fases já descritas, realizámos a primeira oficina prática, que designámos “oficina de escuta” (vide Figura 4). Para a preparar, os carros foram retirados do Largo, assim se transformando de forma importante a própria experiência daquele espaço. A equipa construiu então um módulo expositivo, onde afixou as ideias anteriormente recolhidas. Ao longo de uma tarde, foram afluindo

FIGURA 3 (ESQ) – Jornal de Parede. Fonte: Projecto ERDC, 2013. Design de Inês Veiga

FIGURA 4 (DRT) – Oficina “escuta”. Fonte: Projecto ERDC, 2013



habitantes curiosos, consultando o exposto e dialogando com a equipa. Quem quis, pôde experimentar numa maqueta as mudanças que desejava para o largo. Cruzámos ideias e experimentámos vontades e necessidades diferentes. A tarefa da equipa foi sobretudo escutar o que os habitantes tinham a dizer sobre aquele lugar.

Complementar ao processo de escuta, houve uma preocupação crescente com o tipo de materiais que serviram de suporte ao projeto e, posteriormente, à discussão. Destacamos a execução de maquetas que replicavam as fachadas dos edifícios do Largo, produzidas a partir de fotografias. Enfatizar elementos com os quais os habitantes tinham uma relação próxima, relacional e emotiva, facilitou a participação ativa, interagindo, construindo e propondo opções nas maquetas.

Nesta fase, retivemos algumas ideias importantes. Os que viviam no largo, acharam importante não perder o sossego da sua zona, preocupando-se também com a sua limpeza. Outros, por sua vez, lembraram a falta que o bairro tinha de zonas de estar aprazíveis, em número e em área suficiente, ou falaram no desejo de contar com um espaço para as crianças brincarem, ou para realizar festas e encontros. A falta de zonas verdes e/ou de sombra para os dias de calor foi, também, repetidamente referida. De uma maneira geral, a maioria dos participantes considerou que o estacionamento ali existente era importante e que deveria ser mantida essa função. Poder-se-ia, ainda assim, torná-lo mais ordenado, permitindo uma melhor circulação.

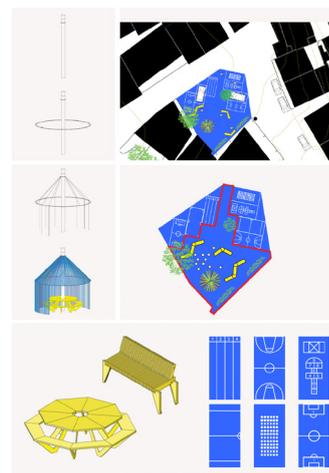
Tarde adentro, as crianças construíram as suas próprias maquetas do largo, com recurso a plasticina e materiais diversos. Sonharam com praias, escorregas com forma de girafa, geladarias, piscinas e outras tantas ideias - imaginadas, todas elas, com um objectivo: brincar no largo! Tal como os adultos, também as crianças desejaram ver surgir, no Largo, um parque infantil.

A partir destes encontros, e dos materiais recolhidos para reflexão, reuniu-se uma equipa com valências na arquitectura, no design e nas artes plásticas que, em conjunto, começou a trabalhar numa proposta de intervenção que resultasse na qualificação do Largo. Lançadas as ideias, optou-se pelo desenho de uma solução mista, que combinasse o estacionamento com a fruição do Largo através de actividades de lazer, como é o caso de jogos destinados às crianças. Em Outubro de 2013, realizou-se a oficina “Jogar”, envolvendo três grupos de crianças que frequentavam o pré-escolar em três das quatro associações existentes no bairro da Cova da Moura (vide Figura 5). As crianças testaram protótipos de jogos de pavimento à escala real. Por um dia, o Largo voltou a transformar-se num espaço de brincadeira, livre de carros.

FIGURA 5 (ESQ) – Oficina “jogar”. Fonte: Projecto ERDC, 2013



FIGURA 6 (DRT) – Oficina de projecto: a proposta de partida. Fonte: Projecto ERDC, 2013



Foi importante o teste à escala real (1:1) do conceito da proposta de arquitectura. Deste modo, pode aferir-se a adaptação dos jogos e das práticas pela experiência das crianças, ensaiando aquilo que seria a vivência destas no Largo.

Por fim, e a fechar os trabalhos, realizou-se em Janeiro de 2014 a “Oficina de Projecto”. Nesta oficina, os habitantes conheceram a proposta para o projecto de melhoramento do Largo que fora desenhada pela equipa; consistindo o desenho no ponto de partida para trabalhar colaborativamente uma proposta que espelhasse os desejos dos habitantes (vide Figura 6).

A partir dos resultados das oficinas realizadas no Verão de 2013 com os moradores do Largo e outros residentes na Cova da Moura, a equipa de arquitectura desenvolveu e apresentou uma primeira ideia, destinada a ser trabalhada entre todos os participantes nesta última oficina, conduzindo a um projecto final de melhoramentos que fosse dos habitantes. Neste, a visão do Largo como a oportunidade para criar um lugar de encontro quer para as crianças, quer para os mais velhos teve um lugar importante. A proposta apresentada na oficina nasceu, concretamente, da procura de um equilíbrio entre a salvaguarda de espaço para carros, cuja necessidade fora vincada por participantes nas oficinas anteriores, e de um espaço para pessoas. Propunha, assim, uma utilização partilhada, que mantivesse e organizasse o estacionamento existente e que criasse, simultaneamente, condições para que as crianças brincassem na ausência dos carros, através do desenho de jogos dentro dos lugares de estacionamento. Os lugares de estacionamento deixariam de ser uma área destinada exclusivamente aos carros e seus condutores. Um aspecto importante da proposta centrava-se em assegurar condições de segurança de modo a evitar potenciais acidentes. Uma zona para pessoas seria separada da área de circulação automóvel, podendo as crianças brincar com os jogos somente quando os carros não estivessem. A proposta seguia três princípios: a rápida construção, a facilidade de colocação em prática e a implementação barata, baseada na estratégia *Lighter, Quicker, Cheaper* (LQC) desenvolvida pela ONG *Project for Public Spaces*.

A condição urbanística do bairro, de ‘entre planos’, inibe a implementação de estruturas permanentes, e a equipa deixou claro desde o início que a proposta não teria elementos estruturais em betão/cimento e que não envolveria perfurar o pavimento, apenas fazer fixações mínimas. Como se lia no texto de apresentação da proposta durante esta oficina de projecto:

‘Apostou-se (...) numa proposta de grande impacto visual, assente na pintura do pavimento existente, oferecendo garantia na durabilidade da cor e adequado ao tráfego rodoviário e pedonal. Os jogos serão desenhados com tinta de marcação, a mesma usada nas passeadeiras, sendo que o asfalto existente se encontra em condições de receber a intervenção, sem necessidade de grandes obras. A

FIGURA 7 – Oficina de projecto: debate.
 Fonte: Projecto ERDC,
 2013



proposta para o mobiliário urbano prevê a utilização de contraplacado marítimo resistente com selagem de verniz poliuretano, cortado usando a tecnologia CNC, precisa e rápida. O sombreado terá apenas 1 ponto de fixação no solo, um poste metálico. A intervenção no pavimento dura apenas 3 dias e todos os outros elementos seriam fabricados fora do Largo, bastando montá-los no sítio escolhido. Prevê-se, portanto, uma transformação que dure 5 dias.’

Por último, e sendo a rua um contexto crucial nas vivências do bairro, a proposta incorporou mobiliário urbano inspirado nos itens que, à falta de estruturas públicas, os próprios moradores trazem de dentro de casa, instalando-se nas suas próprias cadeiras e bancos, nas proximidades das suas residências. Inspirada nestes objectos, a proposta apresentou um conjunto de bancos simples de construir e fáceis de manusear, que pudessem ser ocupados de formas diferentes. Os bancos continham também floreiras, aptas a tornar mais verde um espaço que não tinha nenhuma planta. Para a criação de sombra, propôs-se a colocação de árvores em vasos, sem perfurar o solo. A sombra do Largo abrigaria uma mesa e bancos, onde se poderia jogar cartas e o tradicional *uril* (jogo muito comum em Cabo Verde), ou conversar.⁴

Durante a oficina final de projecto, na discussão com os habitantes e associações, a equipa confrontou-se com as diferentes visões entre aqueles que queriam uma transformação do Largo como lugar público aberto e acessível, e quem vivia no Largo ou nas suas imediações inquietos com a perspectiva da perda de sossego e tranquilidade que um espaço público qualificado, daquelas dimensões, poderia trazer (vide Figura 7). Estes últimos pretendiam travar o processo, alegando igualmente que o estacionamento seria reduzido.

A contra-argumentação foi fundamentada por parte da equipa de projeto com a verificação do número de lugares durante um mês (média de 7, cerca de 90 m², para um largo com quase 600). Deste modo, ajudados pela sistematização realizada para aferir as necessidades, pode justificar-se a proposta apresentada com base do que era a vivência, aquela data, de um grupo de pessoas – a minoria que ali estacionava o seu automóvel. No entanto a narrativa do lazer e da fruição levantou questões relativas à gestão do espaço. No futuro, quem estaria encarregue da sua limpeza e da gestão? Quem poderia certificar que os espaços não se tornaram ponto de encontro dos muitos grupos de jovens do bairro, comportando, na perspectiva dos ocupantes das casas directamente adjacentes, o risco de disrupção do sossego local. Por um lado, neste discurso a juventude é estereotipada, associando-a a comportamentos desviantes (beber na via pública, ouvir música alto), por outro a efetiva escassez de espaços públicos qualificados dentro do bairro e uma recolha de lixo deficiente – falha apontada ao poder local – reforçam a complexidade da decisão sobre a transformação.

⁴ Vídeo do projecto disponível no endereço <https://vimeo.com/95164636>

Estas questões deixaram o projecto num impasse, do qual foi difícil sair. Na altura, o peso do inesperado fecho da Iniciativa Bairros Críticos – programa interministerial que tinha a Cova da Moura como um dos três casos piloto – gerou um vazio no caminho da reconversão que habitantes e associações locais perspetivavam para o bairro.

NOTAS CONCLUSIVAS

Tal como todos os projetos de reconversão, especialmente aqueles que têm lugar em territórios expectantes, a nível urbanístico, numa situação que poderíamos caracterizar como *limiar* – como a Cova da Moura – a transformação é lenta, mas não impossível. Neste caso, depois de 9 anos desde as primeiras discussões no Largo de Santa Filomena, o espaço permanece sem outra utilidade para além do estacionamento.

Numa altura em que se questiona a dependência dos combustíveis fósseis e a excessiva utilização do automóvel, com a chegada do Antropoceno e do colapso ambiental, num lugar com grande carência de espaço público qualificado, a manutenção dos automóveis indica os condutores como únicos beneficiários do espaço. Reforça-se a visão de muitos dos habitantes: o processo de reconversão está estagnado.

As questões da temporalidade são sempre marcantes nos processos de planeamento urbano, mas tendem a exacerbar desigualdades socio-espaciais nos lugares onde a exclusão é mais acentuada. Esta proposta, aqui apresentada como intervenção liminar (Lages 2017) nasce no seguimento de outras linhas de urbanismo que valorizam o papel do tempo nos processos: urbanismo temporário (Haydn & Temel 2006), urbanismo tático (Lydon 2015, Lydon *et al.* 2012, 2015), urbanismo insurgente ou de guerrilha (Hou 2010), *makeshift urbanism* (Tonkiss 2013), ou mesmo a proposta de acupuntura urbana sugerida por Jaime Lerner (Lerner *et al.* 2014). Estas concorrem para uma visão de cidade que age ‘entre planos’, longe dos grandes gestos e programas que marcaram o nascimento da disciplina do próprio Urbanismo.

Quanto ao projecto de ERDC, apesar não ter conduzido a concretizações imediatas que melhorem o bairro, a experiência de lidar “entre a realidade do dissenso e a possibilidade do consenso” (Merrifield 1997, p. 4) articulou-se com o conceito de direito à cidade de forma operativa através do desenho de um espaço público e das resistências que este gerou. O ensaio das oficinas participadas com a equipa de investigação e os habitantes, fundou-se em propostas de requalificação urbana assentes numa concepção de planeamento impulsionador de maior justiça espacial, dado que reconhece as práticas espaciais e modos de apropriação daqueles habitantes.

No que respeita a Cova da Moura, encontra-se ainda *betwixt* and *between*, mas viva e vibrante nas suas práticas e aspirações no que concerne a qualificação do espaço do bairro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. R. (2021), *Quando Ninguém Podia Ficar: Racismo, Habitação e Território*. Lisboa: Tigre de Papel.
- ANTUNES, G. (2018), *Políticas de habitação: 200 anos*. Lisboa: Caleidoscópio.
- CRAVEIRO, T. (1983), Caracterização do Bairro Alto da Cova da Moura. Amadora: Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal da Amadora.
- HARVEY, D. (2008), The Right to the City, *New Left Review*, 53, 23–40.
- HAYDN, F. & Temel, R. (2006), *Temporary urban spaces: Concepts for the use of city spaces*. Basileia: Birkhäuser.
- HOU, J. (Ed.) (2010), *Insurgent public space: Guerrilla urbanism and the remaking of contemporary cities*. Londres: Routledge.
- JORGE, S. & Carolino, J. (2019), Um lugar em produção: O caso da Cova da Moura, *Forum Sociológico*, 34 (1), 19–30. <https://doi.org/10.4000/sociologico.4980>
- LAGES, J. (2015), A pesquisa também desenha. Projectos de desenho participado em territórios autoproduzidos, *Estudo Prévio - CEACTION/UAL, Arquitecto | Investigação*(5/6).
- LAGES, J. P. (2017), *À Conquista de Justiça Espacial. Intervenções Liminares em Territórios Autoproduzidos na Área Metropolitana de Lisboa* [Tese de Doutoramento em Urbanismo]. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.
- LAGES, J. P., Wildemeersch, D., Carolino, J., Braga, J., & Veiga, I. (2017), Sobre o dissenso. Considerando o laboratório «Este Largo Podia ser Assim», no Bairro da Cova da Moura. *Espaços Vividos e Espaços Construídos: Intervir no local* (5), 54–63.
- LEFEBVRE, H. (1991), *The Production of Space*. Londres: Wiley-Blackwell
- LERNER, J., Margolis, M., Muello, P. & Daher, A. (2014), *Urban acupuncture*. Londres: Island Press.
- LOPES, A. (2020), *Sobre Adriças e Cabrestos: O Kola San Jon de Cova da Moura e as formas resilientes da tradição na diáspora africana em Lisboa-Portugal*. [Tese de Doutoramento Antropologia Social]. Pernambuco: Universidade Federal de Pernambuco.
- LOPES, A. & Carolino, J. (2020), Formas resilientes da tradição na diáspora africana em Lisboa: Kola San Jon e o Direito à Cidade, *Finisterra*, LV(114), 173–188. <https://doi.org/10.18055/Finis19629>
- LYDON, M. (2015). *Tactical urbanism*. Londres: Island Press.
- LYDON, M., Bartman, D., Garcia, T., Preston, R. & Woudstra, R. (2012), *Tactical urbanism (Vol. 2). The Street Plans Collaborative*. http://issuu.com/streetplanscollaborative/docs/tactical_urbanism_vol_2_final
- LYDON, M., Garcia, A. & Duany, A. (2015), *Tactical urbanism: Short-term action for long-term change*. Londres: Island Press.
- MERRIFIELD, A. (1997), Social Justice and Communities of Difference: A Snapshot from Liverpool. Em A. Merrifield & E. Swyngedouw, *The urbanization of injustice*. Chadwell Heath: Lawrence & Wishart Limited, pp. 200–222.
- RAPOSO, I. (2011), *Reconversão e reinserção urbana de bairros de génese ilegal. Avaliação socio-urbanística e soluções integradas de planeamento estratégico*. [Relatório final do projecto de investigação: PTDC/AUR/71721/2006]. Lisboa: Centro de Investigação em Arquitectura, Urbanismo e Design, FAUL.
- SMITH, A. N. (2012), Conflicto y distancia: Notas críticas de lecturas y trabajo de campo antropológico, *Latin American Research Review*, 47(3), 3–21. <https://doi.org/10.1353/lar.2012.0034>
- TONKISS, F. (2013), Austerity urbanism and the makeshift city, *City*, 17(3), 312–324. <https://doi.org/10.1080/13604813.2013.795332>
- VEIGA, I. (2020). *Indiscipline. Social design principles and practices: How designers work in this realm*. [Tese de Doutoramento em Design]. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa.
- WILDEMEERSCH, D. & Lages, J. P. (2018), The right to the city: The struggle for survival of Cova da Moura, *European Journal for Research on the Education and Learning of Adults*, 9(2), 193–210. <https://doi.org/10.3384/rela.2000-7426.ojs205>

POTENCIALIDADES E CONSTRANGIMENTOS PARA UM URBANISMO “COM OS PÉS NO CHÃO”. REFLEXÃO CRÍTICA A PARTIR DA REQUALIFICAÇÃO PARTICIPADA DA ENTRADA SUL, BAIRRO DA COVA DA MOURA

ALESSANDRO COLOMBO

RESUMO

O artigo considera o processo participado de requalificação da “Entrada Sul” no Bairro da Cova da Moura, desenvolvido em 2012 no quadro de um estágio de profissionalização na área do urbanismo. Visando ocupar-se da questão da participação dos cidadãos no planeamento urbano e de uma dinâmica colaborativa com as organizações da sociedade civil de base local, o processo tomou a forma do que o autor designa e descreve como um urbanismo “com os pés no chão”, dando conta do seu *modus operandi* e refletindo criticamente sobre o seu alcance e limites.

PALAVRAS CHAVE

Ação local, requalificação urbana, apropriação, práticas

ABSTRACT

The article considers a participated process concerning the upgrading of Bairro Cova da Moura’s “Southern Entrance”, undertaken in 2012 as part of a professional internship in the domain of urban planning. The process took issue with citizens’ participation in urban planning and collaborative undertakings with local non-governmental organisations. It took the form of what the author designates as urban planning “with the feet on the ground”. An account is provided of its *modus operandi*, followed by critical consideration of its outcomes.

KEYWORDS

Local action; urban requalification; appropriation; practices

INTRODUÇÃO

Neste texto consideramos o processo participado de requalificação da “Entrada Sul” no Bairro da Cova da Moura, desenvolvido em 2012 no quadro de um estágio de profissionalização realizado pelo autor no Grupo de Estudos Socio-Territoriais Urbanos e Ação Local (GESTUAL/CIAUD, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa). O estágio, realizado no Bairro do Alto da Cova da Moura, visava ocupar-se da questão da participação dos cidadãos no planeamento urbano, especificamente no quadro da requalificação de espaços públicos e de uma dinâmica colaborativa com as organizações da sociedade civil de base local.

O processo aqui relatado foi desenvolvido conjuntamente com Ugo Lorenzi, arquiteto belga que realizava, também ele, um período de estágio no GESTUAL/FA-UL. Chegados ao bairro, e após alguns meses de pesquisa exploratória, resolvemos adotar uma abordagem participativa, virada para a ação local, lançando projetos que, numa lógica de micro-intervenções, pudesse propiciar práticas urbanas a incorporar, mais tarde, num processo de requalificação urbana que, como defendido pelos nossos parceiros locais, deveria ocorrer “de baixo para cima”, a partir dos espaços vividos e de um envolvimento ativo dos cidadãos. Assim, o texto aqui apresentado relata criticamente, à distância de uma década, uma experiência humana e profissional que foi decisiva na formação do autor e na sua prática futura enquanto urbanista.

PRINCÍPIOS E ABORDAGEM PARA PRATICAR URBANISMO “COM OS PÉS NO CHÃO”

A disciplina urbanística está hoje numa fase de transformação sem precedentes, caracterizando-se por duas tendências distintas e raramente integradas, que respondem a princípios técnicos e pressupostos de ação diferentes entre si.

A primeira, prevalente, corresponde à *reafirmação* da disciplina urbanística como assente em necessidades de engenharia económica e alinhamento com as tendências de mercado (Palermo & Pasqui 2005). A segunda, em reconhecimento social e coletivo crescente, corresponde a *modificação* da disciplina urbanística de modo a desafiar os pressupostos da primeira tendência, aproximando o “projetista” (o urbanista) das experiências vividas nos territórios (Padovani 2007; Ostanel 2017; Padovani & Laino 2000).

É da segunda que este artigo trata, focando as possibilidades que dela decorrem em termos de oportunidades e constrangimentos para um urbanismo “com os pés no chão”. Neste entendimento, ocupar-se de urbanismo implica relacionar entre si diferentes competências, trabalhando num ambiente multidisciplinar, e desenvolvendo uma capacidade de orquestração, não apenas entre saberes diversificados, mas também entre os atores envolvidos num projeto ou programa (Forester 1999; Schön 1983; Roberts & Skyes 2000; Sousa 2008; Secchi 2000). Temos certeza, porém, de que é só isso o que está em causa?

O urbanismo é uma disciplina que tem que ser desenvolvida “com os pés”. Isto é, para visualizar e projetar um futuro desejado dos lugares na cidade é preciso “interagir” vezes sem conta com os “lugares”, ambos o espaço construído e os habitantes, em todas as fases de realização de um projeto. Isto implica aliar o conhecimento técnico ao conhecimento

da experiência vivida, o que se traduz em actividades exploratórias, no terreno, marcadas por uma constante preocupação relativamente à capacidade de lidar com as diferentes problemáticas que se apresentam no dia a dia (Portas, Domingues & Cabral 2007; Secchi 2000). É uma problemática complexa, que tem a ver com a perceção pessoal, antes que com a dimensão disciplinar, embora esta seja essencial, e tenha implicações também essenciais. Foi do encontro entre ambas que resultou o processo aqui relatado.

No caso que aqui nos ocupa, especificamente, as práticas relatadas implicaram considerar o saber quotidiano dos habitantes da Cova da Moura, envolvidos nos processos de construção do espaço urbano. Em regra, o habitante tem uma experiência multifacetada do território vivido, mas equaciona as questões espaciais numa óptica individual. As interpretações do técnico, por seu lado, não deixam também de ser "frágeis", porque consideram apenas marginalmente a dimensão vivida, preocupando-se sobretudo com os aspetos formais dos processos, mesmo nas disciplinas mais próximas das ciências sociais. (Schön 1983; Gelli 2002).

PRESSUPOSTOS DE AÇÃO NA COVA DA MOURA COMO TERRITÓRIO 'FRAGILIZADO'

O Bairro da Cova da Moura enquadra-se no que a Comissão Europeia define como "bairros desfavorecidos" (CE 2009), ou seja, lugares da cidade que apresentam cumulativamente um conjunto de problemas interdependentes e que, por isso, necessitam de uma intervenção 'integrada'¹. Como já foi amplamente descrito neste número, ao longo de décadas a Cova da Moura foi objecto de um conjunto de iniciativas de políticas públicas², dando lugar a uma realidade de ação marcada pela expertise técnica formalmente reconhecida (se bem que nem sempre), um terreno de conflitos decorrentes do próprio processo de requalificação e um amplo leque de atores potencialmente interessados nos impactos da intervenção, nomeadamente os residentes (mas numa dinâmica nem sempre inclusiva).

Neste contexto, que lugar tem o envolvimento inteiro do próprio urbanista em processos que interpelam não apenas os seus saberes técnicos, mas que se abrem igualmente aos saberes e perspectivas dos habitantes locais; às dinâmicas do lugar?

Urge considerar, continua e reflexivamente, o envolvimento do urbanista no próprio dia-a-dia de trabalho no terreno, sendo inevitável o desafio das fronteiras profissionais a que se habituou, e constante a interpelação pelas relações humanas e sociais que, mesmo no seu papel de técnico, constrói com os vários interlocutores.

Tal pode ser vivido, subjetivamente, sob a forma de uma pressão imprescindível e intransigente, que molda inclusive outros momentos da vida pessoal de um urbanista. Durante o longo do período de estágio, a imersão quotidiana no Bairro da Cova da Moura propiciou ao autor uma vivência destas dinâmicas na primeira pessoa, através de um forte envolvimento em colaborações de diferente matriz, com a população e com as instituições locais. É uma dessas colaborações que passamos, agora, a considerar.

¹ O conceito de 'integração' aqui refere-se a necessidade de articular tipologias de ação (materiais, imateriais, tangíveis, intangíveis), recursos (humanos, económicos, institucionais, etc.), atores (instituições públicas, cidadãos, organizações da sociedade civil organizada, etc.), políticas públicas (locais, centrais, etc.) e temporalidades diferenciadas (CE 2009).

² Como é o caso da medida de política pública experimental de iniciativa central Iniciativa Bairros Críticos (RCM n.º 143/2005).

QUALIFICANDO O ESPAÇO PÚBLICO “ENTRADA SUL”. INICIATIVA DE URBANISMO “COM OS PÉS NO CHÃO” NA COVA DA MOURA

Em Abril de 2013, a Iniciativa Bairros Críticos (doravante IBC. Vide Dores & Sousa, neste volume) é suspensa abruptamente. Em coerência com as posições tomadas ao longo do processo IBC, a Comissão de Bairro da Cova da Moura considerou então importante dar continuidade à sua visão sobre a requalificação do bairro “por quarteirões”, através de micro-intervenções e de forma colaborativa, envolvendo os habitantes. A ambição era a de demonstrar, pela prática, a possibilidade de um modelo de requalificação alternativo, a contrapor à lógica subjacente aos últimos estudos para o plano de pormenor que haviam sido apresentados no âmbito da IBC. A qualificação do espaço público surgiu como eixo prioritário de intervenção, levando a que Lorenzi e eu próprio focássemos a nossa atenção na qualificação de uma área adjacente ao Polidesportivo da Cova da Moura, correspondente a uma das entradas do bairro que, juntamente com um grupo de residentes que se envolveram nesta iniciativa, passámos a designar por “Entrada Sul”. Tratava-se de um espaço com grande visibilidade a partir do exterior do bairro, a que se aliava a necessidade, sentida localmente, de demonstrar o dinamismo do bairro e dos seus atores internos em relação à questão da sua qualificação. Por outro lado, preferia-se intervir num sítio cuja efetiva qualificação pudesse ocorrer em tempos relativamente curtos. Juntavam-se a estes objetivos gerais, também uma razão urbanística – um espaço público de dimensões relevantes, livre de volumes residenciais e colocado numa das entradas principais do bairro - e o fato de as relações de vizinhança serem ali de grande “densidade”, envolvendo famílias residentes no bairro desde a sua formação. Houve, por parte da Comissão do Bairro, a preocupação de aliar à recuperação física do espaço, instâncias de coesão social. Três eixos forneceram o quadro de referência da iniciativa, que foi designada por “Qualificação da Entrada Sul”: ter à disposição uma “caixa de ferramentas” que permitisse “sentir-se em casa” (as relações de proximidade com os habitantes); articular-se organicamente com a realidade do lugar e, a partir destas primeiras, dar origem a formas de projetar que pudessem ser depois transferidas para outros lugares do bairro. O urbanista e o arquiteto envolvidos, por sua vez, propunham-se pensar um projeto de cidade a partir da dimensão local dos fenómenos da cidadania e da diversidade de utilizações do espaço urbano. Concretamente, desejávamos uma lógica de ação local incremental (Fareri & Giraldi 2009; Lindblom 1984), que conferisse qualidade ao espaço por etapas distintas. Começámos por desenvolver pesquisa e investir na descoberta dos atores locais a envolver no processo. Focámo-nos seguidamente na identificação dos limites da intervenção, procurando conciliar ambições projetuais com o fato de se tratar de uma ação a realizar a curto prazo e sem recursos (financeiros e humanos) estabelecidos a priori. Procurando grande visibilidade junto dos habitantes, desenvolvemos workshops participativos, envolvendo os vizinhos e outros participantes no desenho e implementação dos mesmos. Tais workshops incluíram, por ordem: (i) ações de limpeza do lixo, (ii) reciclagem dos materiais encontrados, (iii) construção de elementos de mobiliário urbano. Na preparação de cada workshop, tivemos em conta três elementos principais: recursos materiais, recursos humanos (voluntários) e “eventos não previstos” (Gelli 2002), seguidamente descritos. Cada ação foi pensada para realização em dois dias sucessivos, sendo o primeiro de preparação do material e o

FIGURA 1 – Limpeza do espaço na Entrada Sul, Junho de 2012: “e então, o que falta agora?” “uma corda!” “quem tem uma corda para fazer o baloiço?” “o meu avô tem!” “poderias ir buscar a corda?” (Notas de campo de Ugo Lorenzi e Alessandro Colombo, Junho de 2012). Foto: Alessandro Colombo



segundo de ação na área que seria objecto de intervenção, envolvendo jovens do grupo *Bem Passa Ku Nos/Associação Cultural Moinho da Juventude*.

A 22 de Junho de 2012, em vésperas da festa local (cabo-verdiana) de *Kola San Jon*³ realizámos o workshop de construção de objetos de mobiliário urbano, contando com a colaboração de António Pinto (carpinteiro, Associação Moinho da Juventude), três estudantes das Belas Artes e Arquitectura da Universidade de Lisboa, uma amiga da Lituânia (também arquitecta), um jovem vizinho do espaço em questão (Rui Moniz) e, também, um conjunto de miúdos curiosos que encontrámos já na Entrada Sul, a jogar na rua.

Para além do desafio, principal, de encontrar pessoas a envolver nos trabalhos, era importante, também, encontrar os recursos materiais e experimentar previamente as modalidades de construção do mobiliário, em particular de um “banco para sentar”, construído a partir de duas paletes de madeira. No dia seguinte, a 23 de Junho, por ocasião da festa, construímos dois bancos com material reciclado e aplicámos um stencil na parede. As atividades começaram logo de manhã. Tudo se desenrolou, ao longo do dia, rápida e intensamente, com a ajuda de alguns vizinhos. Depois de acabado o primeiro banco, surgiu a vontade de construir um outro. Foi então que alguns meninos, ouvindo-nos a trabalhar, se aproximaram do banco já acabado que, da carpintaria, aguardava transporte para o seu destino final, na Entrada Sul. Por iniciativa própria, resolveram levar o banco até ao espaço da intervenção, ao mesmo tempo que diversas meninas se juntavam a um de nós, ajudando na limpeza da carpintaria.

Mais tarde, já no espaço de intervenção, o improvisado grupo de trabalho, que agora incluía também 15 crianças, propôs voluntariamente e com criatividade a realização de um baloiço, constituído por um pneu pendurado no ramo de uma árvore ali presente, realização esta precedida por uma atividade de limpeza do espaço (pedras) sob proposta das mesmas crianças. Pouco depois, juntaram-se a nós alguns vizinhos mais velhos, para ajudar na limpeza do espaço, e a atividade terminou pela hora do almoço, sendo o grupo de trabalho convidado a almoçar no Moinho da Juventude.

As dinâmicas e apropriações do espaço são, no entanto, contingentes. Logo depois do almoço, um vizinho veio dizer-nos que o espaço lhe pertencia: foi ele que ali construiu uma casa, que foi depois demolida, e que plantou a árvore que ainda hoje dá sombra ao espaço. O senhor matou um coelho à frente do grupo de trabalho, referindo que aceitava a nossa intervenção apenas para o dia de *Kola San Jon* e prometendo-nos destruí-la no

³ Vide <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI/Web/InventarioNacional/DetailFicha/337?dirPesq=3>

FIGURA 2 – Pintura da parede na Entrada Sul, Junho de 2012:
 “Acho mesmo que há coisas que se podem fazer sem grandes alterações, estou convencido que podemos fazer, o que é preciso é juntarmo-nos mais com os moradores, com particular atenção as novas gerações, através de mais ações de ruas.”
 (Ermelindo Quaresma, mediador informático e formador na Associação Cultural Moinho da Juventude. Entrevista, Março de 2014).
 Foto: Alessandro Colombo



dia seguinte. Uma vizinha, líder na Associação Moinho da Juventude, interviu para tentar resolver esta situação inesperada, conversando com o senhor. Perguntando-lhe se gostava de conviver, propôs-lhe que colocassem o seu nome na parede intervencionada, ao que o senhor, aceitando, mudou a sua postura. Assim, as atividades prosseguiram com a pintura de um banco e da parede, a que se seguiu a fixação do baloiço.

Esta iniciativa de qualificação da Entrada Sul deu resultados que merecem algumas considerações. Contando, de forma crucial, com moradores e com a Associação Moinho da Juventude, resultou na limpeza e pintura parcial do espaço, tendo-se construído dois bancos e feito um baloiço. Face ao que estava previsto (pinturas no chão, por exemplo), a intervenção ficou incompleta. Vários acontecimentos “acidentais” conduziram, no entanto, também a resultados inesperados, desde a mobilização de participantes até à definição, por eles mesmos, de novos equipamentos e utilizações do espaço.

Pela sua riqueza, a intervenção permitiu esclarecer não só as dinâmicas complexas da sua apropriação, mas também o que é precioso para a continuação do processo. Enquanto produto coletivo, cada espaço público caracteriza-se por lógicas de interação, uso e conflito específicas que determinam formas de espacialização e modalidades de apropriação da cidade cuja leitura raramente é imediata. O projecto de carácter espacial precisa por isso, obrigatoriamente, de responder a algumas questões, como *quem* vai usar o espaço e *como* será gerido. Ao longo das atividades desenvolvidas, foram-se explicitando as formas de apropriação em vigor até então, de forma implícita. O exemplo dado, do vizinho que destruiu os melhoramentos depois da festa de *Kola San Jon* é disso exemplo, tanto quanto de uma reconfiguração em curso, que veio sublinhar o carácter público e estratégico da “Entrada Sul”. O processo aqui descrito foi importante por estimular a vontade local de apoiar a qualificação do bairro, definindo colaborações locais e sublinhando a necessidade do envolvimento direto dos habitantes no quadro de uma visão comum. Tal

4 <https://www.publico.pt/2013/03/25/p3/noticia/as-ideias-anticrise-premiadas-pela-trienal-de-arquitetura-para-mudar-lisboa-1816706>.

materializou-se na reconfiguração material do espaço intervencionado, que passou a ser utilizado e mantido por mais vizinhos até hoje.

Por outro lado, o desenvolvimento participado da ideia de projeto, desde as primeiras discussões com vizinhos, às mesas redondas com os jovens do grupo *Bem Passa Ku Nos* e à participação espontânea à volta de eventos inesperados (como o que propiciou a construção de um segundo banco), assegurou o envolvimento de um grupo heterogéneo. Facto este que explica a continuidade de proposta, na forma de um projeto posteriormente promovido pela Associação Moinho da Juventude, sob responsabilidade da arquiteta Filipa Verol, que foi candidatado à Trienal de Arquitetura e vencedor de um prémio em 2013⁴, permitindo a realização de uma intervenção com materiais mais permanentes.

Atualmente, a Entrada Sul é respeitada pela comunidade, sendo gerida e mantida por esta, mas também utilizada por pessoas provenientes de bairros próximos, não se colocando ali o problema do vandalismo (uma questão muito colocada pelos habitantes). Por último, pela sua visibilidade a partir da Avenida da República, a intervenção final teve reflexos em termos do melhoramento da imagem do bairro.

UMA REFLEXÃO CRÍTICA A PARTIR DOS PROCESSOS E DOS RESULTADOS

As experiências aqui relatadas interpelaram a visão do autor quanto à realidade urbana com que estava a lidar, quer ampliando a percepção que tinha da contingência que a caracteriza, quer enriquecendo o seu significado, pondo à sua disposição novos esquemas interpretativos. Representou, também, uma parte fundamental de um processo de auto-crítica, gerado pela condição de urbanista referida no início deste artigo, que foi aproximando o autor cada vez mais de um paradigma colaborativo e atento à realidade vivida pelos habitantes dos territórios de intervenção.

Num período inicial, dedicámos muito tempo a construir relações entre nós, estagiários da Faculdade de Arquitetura, e com as pessoas que fomos encontrando no nosso caminho. A preocupação principal, nesta fase, foi a de legitimar a nossa presença junto dos moradores, frequentemente entendida como a de mais uns técnicos que estavam a estudar o bairro, à imagem de muitos outros que chegaram àquele lugar antes de nós e voltaram a partir sem chegar a resultados aparentes para seus interlocutores locais.

Este caráter de envolvimento integral e proativo do estágio, nalguns aspetos não-programado e difícil de gerir, veio confirmar o interesse académico e profissional de situações urbanas 'fragmentadas' nos seus significados, ou seja, de contextos de intervenção caracterizados por múltiplas dinâmicas entre atores, públicos ou não públicos (sociedade civil), com instancias diversificadas e frequentemente divergentes.

Trabalhar sobre um lugar como a Cova da Moura exige uma abordagem aberta à interação com as pessoas que se constituem como interlocutoras no processo de construção de etapas e tarefas. Por outro lado, as práticas que decidimos desenvolver têm que ser consideradas, em termos metodológicos, por relação ao contexto em que surgiu e ganhou espaço um trabalho como o que desenvolvemos, num preciso lugar e por um tempo curto bem definido, no quadro de um estágio académico que se associou à dinâmica colaborativa em curso entre o GESTUAL/Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa e a Comissão de Bairro que, na Cova da Moura, reunia três associações locais. Em jeito de balanço, o aspecto mais

problemático do estágio foi de natureza metodológica, decorrendo das próprias fragilidades da relação que liga, em termos formais, a Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa ao Bairro da Cova da Moura. Ao não permitir criar condições para a continuidade dos trabalhos a longo prazo, a própria contingência da relação entre a Faculdade e o Bairro também não levou a uma mudança real de paradigma quanto à forma como a colaboração desenvolvida poderia ser conceptualizada e avaliada. A mesma permanece, por isso, sujeita a uma avaliação a partir de parâmetros característicos de um olhar formal externo, alheio ao real alcance das experiências em curso e dos significados que elas têm para todos os envolvidos.

Embora tenha tido alguns resultados que não corresponderam às expectativas iniciais, o balanço da iniciativa foi, em termos gerais, positivo, demonstrado que é possível humanizar uma disciplina que, tendencialmente, tem formas e ferramentas rígidas e excessivamente tecnocráticas, fruto de um campo científico que por tradição não opta por este tipo de abordagem. Em termos concretos, na forma do projecto e do processo de requalificação da "Entrada Sul" do Bairro da Cova da Moura, a sua realização e continuidade demonstram que a co-produção, com os cidadãos, de conhecimento e expertise, não complexifica (quicá inviabilizando) necessariamente os processos. Pelo contrário, torna-os mais duradouros, por corresponderem a formas mais sólidas de criação de estratégias locais e de redes de colaborações entre os vários atores. Numa altura em que os processos urbanos e humanos se tornam cada vez mais complexos, precisamos de ter uma participação plena que não esqueça que antes de sermos um padeiro, carpinteiro, advogado, fotógrafo, jornalista, arquiteto ou estudante, somos todos animais urbanos.

Há simultaneamente uma necessidade pessoal e uma obrigação ética de trabalho no urbano e para o urbano, todos os dias e a todos os níveis. Arquitetura e planeamento urbano, a este respeito, devem ser usados para isso: juntar o lápis à palavra, tornar humanos os desenhos e animais as palavras, ou seja, resolver desafios de natureza coletiva.

CONCLUSÃO

Partindo da descrição de um processo, muito concreto, de transformação de espaço público no Bairro da Cova da Moura – a "Entrada Sul" – este texto debruçou-se criticamente sobre o *modus operandi* e os resultados a que chegou uma iniciativa que teve um impacto importante na maturação profissional do autor deste texto, um urbanista. Procurou dar-se conta, ao longo do mesmo, do papel fundamental que desempenharam nesse processo aspetos que são usualmente deixados de fora por visões do urbanismo que o concebem como uma disciplina mais estritamente técnica e distanciada. Designadamente, o investimento feito no estabelecimento de relações colaborativas com vizinhos do espaço intervencionado e outros habitantes locais; o envolvimento activo destes atores sociais em todas as fases do processo, desde a conceção à execução da intervenção e, por último, a capacidade de incorporar no processo os imprevistos, tornando-os constitutivos do mesmo. A este modo de proceder designámos "um urbanismo com os pés no chão"; prática que exige o envolvimento inteiro do urbanista, muito para lá da mobilização das suas competências mais puramente técnicas, num quadro colaborativo plural.

BIBLIOGRAFIA

- COMISSÃO EUROPEIA** (2009), *Meios para melhorar a abordagem integrada a favor dos bairros desfavorecidos*. Bruxelas: DG | Regio
- FARERI, P., Giraldi M.** (2009), *Rallentare. Il disegno delle politiche urbane*. Milão: Franco Angeli Editore.
- FORESTER, J.** (1999), *The Deliberative Practitioner*. Cambridge: MIT Press.
- GELLI, F.** (2002), *Politica e Politiche. Lo studio di caso? Una domanda di ricerca*. Milão: Giuffré.
- LEREBVRE, H.** (2019), *O direito à cidade*. Lisboa: Letra Livre
- LINDBLOM, C.** (1984), *The policy-making process*. New Jersey: Prentice Hall.
- OSTANEL E.** (2017B), Rigenerazione urbana e innovazione sociale. Per un diverso trattamento delle periferie, in Maurizio Carta e Paolo La Greca (eds.), *Cambiamenti dell'Urbanistica. Responsabilita' e strumenti al servizio del paese*. Roma: Donzelli.
- PADOVANI L.** (2007), La participation citoyenne. Le cas de la commune de Turin, en Italie. In C. Jacquier *et al* (eds.), *La place des habitants dans les politiques urbaines en Europe*, Paris: Profession Banlieue, pp. 47-65.
- PADOVANI L., Laino G.** (2000), Le partenariat pour rénover l'action publique? L'expérience Italienne. In *Pole Sud*, n. 12, pp. 27-46.
- PALERMO P.C., Pasqui G.** (2005), *Ripensando sviluppo e governo del territorio. Critiche e proposte*. Santarcangelo: Maggioli.
- PORTAS, N., Domingues, A., Cabral J.** (2007), *Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e oportunidades*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- ROBERTS, P., Skyes H.** (2000), *Urban Regeneration: A Handbook*. Nova Deli: Thousand Oaks.
- SCHÖN, D. A.** (1983), *The reflective practitioner: How professionals think in action*. Nova Iorque: Basic Books.
- SECCHI, B.** (2000), *Prima Lezione di Urbanistica*. Roma: Laterza.
- SOUSA, S.** (2008), Iniciativa Bairros Críticos: Uma experiência em torno de modelos de governança na gestão do território, *Cidades, Comunidade e Territórios*, 16, pp. 69-75.
- UNIÃO EUROPEIA** (2007), *Leipzig Charter on sustainable European Cities*. Leipzig: Informal Council Meeting of Ministers on Urban Development.

TESTEMUNHOS

Um olhar a partir da academia

AS ASSOCIAÇÕES DA COVA DA MOURA E SUAS CONTRIBUIÇÕES À LUZ DE UMA ABORDAGEM PROCESSUAL DA “LEGALIZAÇÃO DO BAIRRO”

JÚLIA CAROLINO

O ASSOCIATIVISMO NUM BAIRRO COM HISTÓRIA. GÉNESE E DESENVOLVIMENTO A PARTIR DE UMA ABORDAGEM PROCESSUAL DA “LEGALIZAÇÃO DO BAIRRO” NA COVA DA MOURA.

O Bairro da Cova da Moura cedo ganhou uma vida associativa dinâmica, que viria a revelar-se central na forma como o assentamento inicial se transformou numa comunidade urbana da Área Metropolitana de Lisboa. Este é o tema do presente texto, centrado na constituição e desenvolvimento de três das seis associações que actualmente operam no bairro. Sendo bastante diversas entre si, estas três associações têm em comum uma ligação embrionária ao processo histórico de constituição e consolidação do Bairro da Cova da Moura e o seu empenho na luta pela inscrição do bairro na cidade e sociedade mais vasta, envolvendo-se directamente no difícil e inacabado esforço de regularização da situação fundiária, urbanística e habitacional daquele lugar.

As associações são apresentadas neste texto, por ordem cronológica, tomando-se por referência a data da sua constituição: a Associação de Moradores do Bairro do Alto da Cova da Moura (AMBACM), constituída em 1977 (formalizada em 1988), a Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura (ASSACM), nascida em 1980 como Clube Recreativo, e a Associação Cultural Moinho da Juventude, formada em 1984 e formalizada três anos depois (1987). Excluídas deste artigo sobre o papel do associativismo no Bairro da Cova da Moura ficam três outras associações - o Centro Paroquial da Buraca, a Academia Johnson e a mais recentemente constituída Associação de Arte Urbana e Intervenção Social (AAUTS) - na medida em que a sua génese não se relaciona com o próprio processo de consolidação do bairro, que aqui nos interessa. Da mesma forma, não se envolveram em igual medida na longa luta pela chamada “qualificação”/“legalização” do Bairro da Cova da Moura (vide Horta 2008, Jorge e Carolino 2018).

O que localmente se chama “a legalização do bairro” foi, desde sempre, uma ambição dos que construíram habitação própria na Cova da Moura. Para o poder público, o bairro surge antes de mais como uma preocupação, não se dissociando até hoje das problemáticas da ilegalidade, precariedade habitacional e exclusão social. Este artigo desenvolve-se a partir de uma visão não-linear da interface gerada entre actores diversificados no decurso da intervenção pública com vista à “legalização”/“qualificação” do bairro, detendo-se no modo como as associações locais procuraram influenciar os enunciados que deram forma a esse processo (Healey 2006: 324, Clarke 2003). No contexto descrito e analisado, o “problema da Cova da Moura” institui uma arena social territorializada (Healey 2006), no âmbito das quais interagem actores institucionais diversos, como são o caso do poder local e serviços do Estado, os habitantes e suas organizações, os proprietários do edificado construído e do solo. Durante o período de trabalho de campo, a Iniciativa Bairros Críticos (vide Dores e

Sousa, neste número) desempenhou um papel incontornável na estruturação dessa arena. As associações entram, expressando capacidade de organização colectiva e com o intuito expresso de dar voz aos moradores. Como argumenta Horta (2008), para estas associações o espaço constitui-se como uma forma significativa de capital, reivindicado por diferentes actores sociais, que constituem as suas identidades diversas nessa mesma dinâmica. Neste texto interroga-se a Cova da Moura como um *lugar* resultante da (inter)acção entre os mesmos, num processo em que se vai negociando um sentido de identidade e coerência socio-espacial (Jorge e Carolino 2019).

As narrativas e análise que se seguem foram desenvolvidas a partir da observação participante desenvolvida pela autora junto das associações descritas, que incluiu o acompanhamento dos seus trabalhos na Comissão de Bairro entre Novembro de 2011 e Julho de 2014 (com uma periodicidade aproximadamente mensal) e fora dela, incluindo por ocasião das reuniões da Comissão Executiva e Comissão de Acompanhamento promovidas no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos (doravante IBC) até Abril de 2012. Seguiu-se, em 2014 e 2015, a realização de entrevistas com nove dirigentes/ex-dirigentes associativos e a consulta de documentação das associações. Após 2015, ano em que as associações já não mantinham uma colaboração sistemática no âmbito da Comissão de Bairro, duas das três associações entraram, por razões variadas, em novas fases das suas vidas institucionais, a que correspondeu, também, uma renovação geracional. Tal não é, já, objecto do presente texto.

Num primeiro momento, apresentam-se as três associações tratadas, dando relevo à sua génese, aos seus protagonistas e aos princípios que orientaram as suas iniciativas. Seguindo o fio cronológico dos acontecimentos, privilegiam-se os temas da geração e amadurecimento da própria associação descrita, numa lógica próxima da narrativa dos próprios actores entrevistados. Segue-se uma secção dedicada à cooperação interassociativa e, especificamente, à Comissão de Bairro, no âmbito da qual as três organizações conjugaram, ao longo de anos, esforços na luta pela “legalização” e “qualificação” do bairro. O texto conclui-se com referências à diversidade que, por outro lado, distingue as associações em causa.

Dedico este artigo aos dirigentes associativos que conheci num fim de tarde de Novembro, em 2011, debatendo entre si, afinadamente e com conhecimento de causa, o alcance e limitações que, na sua visão, caracterizavam os indicadores propostos pela equipa técnica responsável pela elaboração do Plano de Pormenor do Bairro da Cova da Moura (no âmbito da Iniciativa Bairros Críticos). Foram os primeiros a conquistar a minha admiração, num bairro onde muito se debate e se reflecte sobre as implicações políticas de acontecimentos e outras notícias que correm e informam conversas, dia a dia. Com eles aprendi muito.¹

A PRIMEIRA INSTITUIÇÃO: FORMAÇÃO DA COMISSÃO DE MORADORES

A primeira organização colectiva do Bairro da Cova da Moura surge em 1977, na fase em que a ocupação predominantemente agrícola dá lugar à construção de habitação.² Com o avanço das construções, os ocupantes confrontam-se com a acção dissuasora do poder

¹ Em memória de Ilídio Carmo, recentemente, e com agradecimentos a Emílio Teixeira e Domingos Pereira, Godelieve Meersschaert e Teodoro Santos, Mabilía Novais e Vanda do Carmo. Este texto beneficiou de financiamento de fundos nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do Projeto Estratégico com a referência UIDB/04008/2020 e da bolsa de pós-doutoramento com a referência SFRH/BPD/73654/2010

² O Bairro da Cova da Moura resulta da ocupação de propriedades agrícolas. É na década de 1970 que se dá de forma sistemática a construção de edifícios em alvenaria.

3 Guarda Nacional Republicana.

público, sendo regularmente abordados pela GNR³, obrigados ao pagamento de coimas ou mesmo, vendo demolidas as construções que não estivessem manifestamente habitadas. É neste contexto, e após um episódio marcante de demolição de dezasseis edifícios em construção, que um grupo de homens recém-chegados e a reorganizar as suas vidas em Portugal decide dirigir-se à Câmara Municipal de Oeiras, onde à data se incluía a então Freguesia da Amadora. Relata, a propósito, Ilídio Carmo, natural do Alentejo e na época chegado de Angola, onde vivera 10 anos e de onde regressara com a esposa e dois filhos ainda pequenos:

“(…) eles andavam a deitar casas abaixo, na altura, Oeiras dava ordens e vinham, com guarda e tudo, e as máquinas, deitavam abaixo. E a gente, que veio para aqui naquela altura, tínhamos receio. Vimos a situação, a minha primeira preocupação foi formar um grupo de pessoas e tentarmos ir falar com o Dr. Andrade Neves, o Presidente da Câmara, que a gente não sabia quem era! Mas pronto, fomos bem acolhidos, ele a partir daí deu-nos um apoio muito grande...”

Entrevista a Ilídio Carmo, dirigente associativo, fevereiro de 2012

Antes de o fazer, constituem informalmente uma Comissão de Moradores, representante dos interesses das famílias com casas em construção e a habitar já na Cova da Moura. O encontro da recém-constituída Comissão de Moradores com o Presidente da Câmara Municipal de Oeiras inaugura uma nova fase no crescimento e consolidação do bairro. Nos anos que se seguem, a Comissão de Moradores torna-se o grande interlocutor do município, no local. Até ao surgimento de outras associações, os seus dirigentes passam a operar o essencial das articulações entre os poderes públicos e os moradores.

Fazendo suas as preocupações públicas com a definição e imposição de determinados parâmetros construtivos, a Comissão de Moradores planeia e implementa um traçado de ruas, procurando garantir o alinhamento das casas e a relativa largura das vias, levando à disposição do edificado em construção por quarteirões.

Para conseguir implementar o traçado de ruas e o alinhamento dos edifícios, a Comissão insta os novos construtores a fazer um contacto prévio com a organização. Quando encontra resistência e, não obstante os seus esforços, as construções avançam fora do traçado definido, solicita a intervenção da Câmara Municipal, que chega a demolir alguns dos edifícios em questão. Criada esta interlocução com a Comissão de Moradores, a própria acção dissuasora do município parece reorientar-se para a ordenação do edificado emergente, mediada pela entidade local. A Comissão de Moradores, por sua vez, graças ao apoio municipal, obtém no bairro uma autoridade única, a partir da qual enfrenta diversos conflitos com moradores, na disputa pela apropriação de espaço para construção. Segundo um dos protagonistas, à época, natural de Cabo Verde e chegado em 1977 de São Tomé e Príncipe, onde fora um abastado comerciante:

“Nessa altura, [era preciso] ver as pessoas que estavam a construir casa, para não taparem as ruas. Porque você dava-lhes uma medida hoje, amanhã faziam outra. A gente tinha de estar ali com os olhos abertos, porque hoje a gente marcava um terreno, amanhã você vinha e já tinha entrado no espaço da rua um metro ou um metro e tal, você tinha de o fazer recuar. Tudo isso foi um trabalho longo.”

Entrevista a João Rocha, antigo dirigente associativo, agosto de 2015

A infra-estruturação da Cova da Moura avança também, com a Comissão a angariar fundos e mão-de-obra local que permitam captar a participação do município na realização dos trabalhos. Após eleita a sua primeira Direcção, sob supervisão da Junta de Freguesia da Amadora (Horta 2008: 241), a Comissão de Moradores obtém da parte do Município de Oeiras a colocação de redes de água e esgoto nalgumas ruas, bem como o asfalto da Rua Principal e a Rua do Vale (onde se situarão, mais tarde, “o Clube” e a escola pública). Neste processo, a Comissão de Moradores cria uma ‘ficha de morador’ por cada casa interessada na ligação à rede pública de saneamento e constitui um corpo de associados que representa, ainda hoje, parte substancial dos donos do edificado do bairro. A Comissão de Moradores assume em 1991 o estatuto de associação, contando então com 560 sócios, número que se mantém até hoje e a que corresponde igual número de edifícios do bairro.

A Comissão de Moradores realizara também os primeiros contactos com a EDP, conseguindo que a empresa estudasse o abastecimento com energia eléctrica e fizesse as primeiras ligações. Desde cedo, por outro lado, a Comissão afirma o propósito de fazer instalar no bairro uma escola pública e equipamentos desportivos, para os quais obtém o apoio da então Junta de Freguesia da Amadora e da Câmara Municipal de Oeiras. Reserva, para esse fim, uma área significativa no interior do bairro, onde impede a ocupação para construção de habitações. Em 1988, o governo central manda construir a Escola Básica da Cova da Moura. Em 1994 é ratificado o Plano Director Municipal (PDM) que inclui a Cova da Moura numa área estratégica de desenvolvimento municipal e em 2002, já sob governação autárquica socialista, são divulgados estudos para o Plano de Pormenor do bairro que apontam para a demolição de cerca de 3/4 do seu edificado (Raposo, 2009). A Associação de Moradores abandona então as suas expectativas de colaboração com a autarquia e une-se às outras associações do bairro numa Comissão de Bairro que, em oposição aberta ao município, lutará pelo direito ao lugar. Em 2004, apoia também cerca de sessenta moradores na preparação de processos judiciais de reivindicação da propriedade do solo por usucapião, obtendo apoio jurídico para os habitantes que avançam com os mesmos. Posteriormente (2014), fruto de novas conversações com o executivo municipal, a associação vem reasumindo localmente o papel de mediador entre moradores e município no que respeita à realização de obras de manutenção dos edifícios, dentro dos limites do compromisso de suspensão de obras para novas construções e ampliações, estabelecido em 2008 no quadro da Iniciativa Bairros Críticos (RCM 143/2005).

Nos seus estatutos, a Associação de Moradores aponta como objectivo prioritário, até aos dias de hoje, a recuperação e legalização do Bairro do Alto da Cova da Moura. Conta actualmente com dois funcionários, que se ocupam da limpeza das ruas, actividade que resulta do acordo estabelecido em 2008 com o município, no quadro da Iniciativa Bairros

Críticos. Para as funções administrativas, que junta às de representação, a associação conta exclusivamente com a prestação voluntária de alguns elementos da sua Direcção.

CONVÍVIO E DIVERSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL. A CRIAÇÃO DO CLUBE DESPORTIVO.

À medida que tanto o novo bairro como o seu território de pertença se consolidam, criando-se em 1979 o novo município da Amadora, o tecido associativo da Cova da Moura também se diversifica. Em 1980, os próprios dirigentes da Comissão de Moradores, cientes da vantagem em enriquecer a vida institucional do bairro, lançam uma outra organização associativa, vocacionada para o recreio, cultura e desporto.

A 13 de Fevereiro de 1980, reúnem os primeiros sócios, elegendo o nome ‘Clube Desportivo do Alto da Cova da Moura’ para a nova organização e escolhendo um emblema, bem como o número de associado a atribuir a cada um dos presentes. Designaram também uma Comissão Administrativa, dando início à angariação de sócios. Os primeiros corpos gerentes foram eleitos a 2 de Outubro de 1981. Pouco depois, o fundador Ilídio Carmo assume cargos de representação política na freguesia local e concelho da Amadora. A Direcção do Clube será, nos anos seguintes, assumida por José Arlindo Pereira, descendente de portugueses e natural de Angola, país onde ganhara experiência de liderança associativa no Sport Lubango e Benfica. Nas décadas de 1980 e 1990, é sobretudo a vertente lúdica que é valorizada por esta associação, com um perfil de actividades consonante com o dos sócios e utentes do Clube, que se identificam como portugueses provenientes das ex-colónias ou do norte e interior do país, assim se distanciando da identidade africana e negra afirmada em relação a outros moradores do bairro.

Entre vizinhos, os associados encontram-se dia-a-dia no bar da associação, onde organizam jogos e convívios, juntando esforços para angariar materiais e fundos que destinam à construção da sede do Clube Desportivo. Ainda em 1980, iniciam os trabalhos e, construídas as primeiras instalações cobertas, organizam equipas de futebol 11 e futebol salão (masculino e feminino), de atletismo e, também, um rancho folclórico. A associação formaliza a sua existência através de escritura pública a 3 de Março de 1983. Nos anos seguintes, a actividade do Clube Desportivo desdobra-se em participações em torneios desportivos, actuações e saídas do rancho folclórico e pela organização de festas locais, como é o caso da Festa de Carnaval, Santos Populares e Natal.

Em 1990, com a mudança de corpos sociais e o regresso de Ilídio Carmo à direcção, o Clube multiplica actividades, juntando-lhe por exemplo as festividades da Independência de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, em Julho. Tal é parte de uma redefinição da vocação do Clube, cujo perfil se aproximará mais daquele entretanto lançado pelo Moinho da Juventude, a partir de 1984, que referiremos mais tarde. Dá-se a aproximação ao então Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas e o início de uma fase de sucessivos projectos e participação em diferentes programas, que permitem responder às necessidades locais de tipo socio-económico e procuram envolver já toda a população. A partir de 2001, este colectivo altera os seus estatutos e obtém o estatuto de Utilidade Pública. Em 2003, é reconhecido como Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS). Em 2006, substitui a anterior designação de ‘Associação Clube Desportivo’ pela de ‘Associação de Solidariedade Social do Alto da Cova da Moura’ (ASSACM),

4 ACIDI - Alto Comissariado Para a Imigração e Diálogo Intercultural; ACM – Alto Comissariado para as Migrações

embora a associação continue, no bairro, a ser informalmente referida como ‘o Clube’. Progressivamente, a ASSACM cria um novo leque de actividades e serviços, que vai definindo com os técnicos da área socio-educativa integrados nos seus serviços. A realização de diversos estágios profissionais vem qualificar a acção da ASSACM. Gradualmente, lança o ‘Espaço Roda-Viva’, destinado a crianças com idades entre os 4 e os 13 anos, abre, a sua biblioteca de bairro, complementando-a em 2003 com uma Ludoteca apoiada pela Fundação Calouste Gulbenkian, promove iniciativas de formação e informação, dirigidas aos pais e aos jovens, proporcionando aos últimos a participação em intercâmbios internacionais de promoção da interculturalidade. A partir de 2003, as diferentes vertentes de trabalho que foi desenvolvendo são sistematizadas sob a figura de um Centro Comunitário, não logrando, no entanto, obter dos serviços de Segurança Social os ambicionados acordos de valência que lhe confeririam maior estabilidade financeira. Em 2007, com o apoio da Fundação Montepio, constrói o parque infantil ‘Nu Kre Brinca’. Desde 2009, a associação obtém do ACIDI (hoje ACM)⁴ a responsabilidade de funcionamento do Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes (CLAI) da Buraca, localizado nas proximidades do Bairro da Cova da Moura. Em 2015, a ASSACM contava com 907 associados e 30 colaboradores, dispondo de um orçamento anual de 250 a 300 mil euros.

‘UM OUTRO MUNDO É POSSÍVEL SE A GENTE QUISE’. A ASSOCIAÇÃO CULTURAL MOINHO DA JUVENTUDE

Ao longo da década de 1980 a dinâmica associativa do bairro complexifica-se, revelando o surgimento de novos protagonismos. A par dos trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Moradores, a que se junta no início da década de 1980 a dinamização cultural e desportiva trazida pelo Clube, surgem novas iniciativas noutra área do novo assentamento urbano e com outros habitantes, maioritariamente cabo-verdianos que não participavam nas dinâmicas associativas já descritas. Um grupo de vizinhos debate entre si a circunstância de viver sem água em casa e identifica as melhorias que urge levar a cabo. A 1 de Novembro de 1984, realizam a sua primeira reunião formal e, de seguida, requerem directamente à Câmara Municipal a instalação de infraestruturas na área em que habitam. Instados pelo município a preencher um conjunto de requisitos, listam num fim-de-semana 900 moradores da zona da antiga Quinta do Outeiro que precisam de água, bem como as contribuições (financeiras e/ou em mão de obra) que poderão ser dadas por cada família. Este primeiro sucesso, que resulta na colocação da rede de água em Janeiro de 1987, alimenta a dinâmica nascida entre vizinhos, que vai enriquecer-se e diversificar-se. A residência, nesta zona, de Lieve Meersschaert e Eduardo Pontes contribui para a dinâmica criada entre vizinhos. Isabel Marques, mais tarde Coordenadora da Direcção da associação, recorda a época em que estes novos vizinhos se instalaram perto da sua casa:

“Achámos estranho. Um casal de portugueses vir parar aqui à Cova da Moura. Porque não havia, não havia. Para nós aquilo era um ... ‘eh pá!, portugueses e ainda por cima uma estrangeira’. Eram mesmo portugueses-estrangeiros. E então, as crianças começaram a chamar tia, ‘Tia Lieve’, ‘Tio Eduardo’. (...) As crianças sabiam que sempre que fossem lá tinham qualquer coisinha saborosa [nozes, amendoins, castanhas] para comerem. E acho, também, que fizeram com que as crianças se interessassem pelos livros, por fazer desenhos, se interessassem por coisas que só as crianças

podiam fazer, porque eu ainda sou daquele tempo em que nós não tínhamos muito tempo para ser crianças. (...) Foram eles que trouxeram isso, essa cultura dos livros, essa cultura de sentirmos que precisávamos de fazer qualquer coisa como crianças.”

Entrevista a Isabel Marques, dirigente associativa, Julho de 2015

Afluência à casa de Lieve Meerschaert e Eduardo Pontes vai aumentando. O casal partilha com amigos portugueses, belgas e outros, notícias sobre a dinâmica em desenvolvimento com os seus vizinhos. Tais amigos, por sua vez, trazem livros para a biblioteca doméstica, que cresce rapidamente. Nasce assim a ideia de abrir a primeira biblioteca no bairro. Como sonhavam poder constituir-na no antigo moinho de vento, ainda hoje existente na Cova da Moura, designam a sua organização por Moinho da Juventude. Na prática, começam por funcionar em instalações cedidas pela Junta de Freguesia da Buraca, partilhando o espaço com a Comissão de Moradores, com a qual mantêm inicialmente relações próximas. Nessas instalações da Rua de São Tomé, juntam à biblioteca um espaço infantil, cursos de alfabetização e de corte e costura para adultos. Contam, desde logo, com apoio do Instituto Português da Juventude e da Segurança Social. A partir deste trabalho inicial, surgem candidaturas de maior alcance a programas de financiamento público, que permitirão à associação assegurar um funcionamento contínuo e aprofundar o trabalho comunitário. É nesta sequência que surge o trabalho cultural. Em 1989, surge o grupo de batuque *Finka Pé*, constituído por mulheres originárias da Ilha de Santiago, Cabo Verde. A partir de 1991, o Moinho promove a realização da Festa de *Kola San Jon*, ligada às ilhas de Barlavento (vide ‘Kola San Jon’ in <http://www.matrizpci.dgpc.pt>). Na década de 1990 lança também a iniciativa *Sabura*, promovendo percursos guiados no bairro que permitam a visitantes conhecê-lo para lá narrativas discriminatórias muitas vezes promovidas pelos media. De 1995 em diante, a associação aposta na formação de mediadores sócio-culturais, propondo um modelo de trabalho inovador. A associação elaborou posteriormente o perfil e o referencial do *Técnico da Experiência*, que intervém na qualidade de parceiro do ‘técnico académico’, como detentor de saberes igualmente cruciais, ambicionando a inclusão deste perfil no Catálogo Nacional de Qualificações em Portugal.

Ao longo dos anos, e a partir da dinâmica embrionária que descrevemos acima, o Moinho da Juventude lança a Creche Árvore e uma rede de amas de bairro (“creche familiar”), um Jardim-de-Infância e um Centro de Actividades de Tempos Livres (CATL), todos objecto de acordos de valência com a Segurança Social, facto que permite que a associação venha a reunir um total de quase cem colaboradores. Lança núcleos de informática e de apoio social, inserção socio-profissional e documentação e regularização dos imigrantes. Com os jovens, promove a auto-organização nas áreas da dança, música e desporto, lançando em 2010 o estúdio de produção musical ‘Kova M - O Céu é o limite’. O grupo inicial formaliza a Associação em 1987, adquirindo o estatuto de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) em 1989. Em 1998 o Moinho da Juventude é acreditado como Centro de Formação e em 2010 torna-se uma Organização Não Governamental de Desenvolvimento (ONGD). Em 2007, recebe do Parlamento Português o Prémio dos Direitos Humanos.

COOPERAÇÃO INTER-ASSOCIATIVA: A COMISSÃO DE BAIRRO

É tempo de nos determos agora sobre a cooperação entre associações, desenvolvida sobretudo em torno da questão do espaço enquanto recurso, que aqui tratamos na óptica da luta pela “legalização” de um bairro nascido da ocupação de terras devolutas para construção de habitação própria.

Anos depois de o Bairro da Cova da Moura se tornar, no quadro do Plano Director Municipal (1994), numa “área estratégica de desenvolvimento municipal”, são conhecidos estudos prévios que preveem a demolição de cerca de dois terços do seu tecido construído. Não obstante a disparidade de visões entre associações quanto a outros aspectos da vida local, os dirigentes associativos articulam então esforços, constituindo uma Comissão de Bairro e promovendo um abaixo-assinado de oposição às demolições e ao realojamento massivo. Em 2005, quando a Cova da Moura é escolhida para integrar a Iniciativa Bairros Críticos, as associações tornam-se um dos parceiros, participando nos trabalhos da Comissão Executiva da IBC/Cova da Moura a uma só voz, enquanto Comissão de Bairro. Colaboram na realização do diagnóstico participado que fundamenta e dará lugar ao Plano de Acção Local (PAL), embora expressando mais tarde desapontamento com a versão final do Plano. Depositam, mesmo assim, grandes esperanças nos dois primeiros eixos de acção ali definidos, focados na regularização da situação fundiária, urbanística e habitacional da Cova da Moura.

Em 2008, acompanham a equipa do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) no levantamento das condições do edificado do bairro, peça-chave para a definição de uma intervenção criteriosa (Ascensão 2013). Pouco depois, apoiadas tecnicamente pelo Grupo de Estudos Socio-Territoriais Urbanos e de Acção Local (Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. Doravante GESTUAL), as associações contribuem para a elaboração dos ‘termos de referência’ que informarão a realização do Plano de Pormenor. Na fase de concurso público para a adjudicação dos trabalhos, vêem derrotada a candidatura que defendem (liderada pela Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa). Adjudicada a elaboração do Plano de Pormenor, as associações procuram ser ouvidas na discussão dos critérios de intervenção que, segundo a metodologia escolhida pela equipa técnica do Plano, deverão presidir ao desenho urbano escolhido. Em 2012, recusam a pré-proposta apresentada pela equipa técnica, que consideram ignorar o essencial das suas contribuições e visão sobre o bairro. A Iniciativa Bairros Críticos é suspensa pouco depois, em Abril de 2012, para grande desapontamento da Comissão de Bairro, que procura manter a dinâmica entretanto consolidada entre si. Ao mesmo tempo que procura a interlocução com o titular da pasta do ordenamento, no governo, e que procura ser recebida pela Câmara Municipal, ensaia com o GESTUAL o planeamento de intervenções pensadas a partir do quarteirão e em diálogo com os habitantes. Surgem assim as oficinas participadas, dinamizadas pelo GESTUAL no início de 2014, de que resultam três cartas contendo propostas concretas para a qualificação do espaço público no bairro.

Em Julho de 2014, a Presidente da Câmara Municipal da Amadora visita a Cova da Moura, percorrendo as ruas com as associações e reunindo individualmente com cada uma delas. As frentes diversificadas e individualizadas de relação, que o município estabelece com as associações, dificultam a colaboração entre as organizações locais e, em Dezembro de 2014, os trabalhos da Comissão de Bairro são, também eles, suspensos.

CONCLUSÃO. DIVERSIDADE ASSOCIATIVA E MODOS DE INSCRIÇÃO DA COVA DA MOURA NA METRÓPOLE E NO MUNDO.

Fica patente, neste texto, que as três associações descritas, lançadas a partir de iniciativas de auto-organização de habitantes de um lugar que estava ainda em processo de consolidação, se caracterizam por diferentes concepções e *modus operandi*.

A primeira (Comissão de Moradores), nasce directamente da necessidade de enfrentar a incerteza e conflito associados à ocupação de terrenos para construção de habitação própria, na década de 1970. Ao criar uma interlocução institucional com os poderes públicos, a Comissão de Moradores inscreve com sucesso o caso da Cova da Moura no contexto mais amplo que favorece o entendimento da ocupação e construção clandestina como uma modalidade de inserção na cidade, na atmosfera política do pós-25 de Abril (Hibou, 2011: 3). Esta dinâmica prolonga-se com a criação de uma segunda instituição local, o Clube, que começa por afirmar-se predominantemente como uma organização de e para “portugueses” (leia-se brancos), alterando o seu perfil ao longo dos anos 90.

Estas entidades investem nas redes de relação interpessoal e política à escala municipal, valorizando a inscrição da Cova da Moura nas dinâmicas político-partidárias locais como via para obter benefícios para o bairro. Ao conseguirem o acordo informal do município quanto à edificação de habitação própria e infraestruturização, consideram confirmada a justeza da sua escolha estratégica. Ganham grande capacidade operativa nos últimos anos de 1970, tornando-se uma autoridade local, distribuindo lotes para edificação e procurando impor parâmetros construtivos com o objectivo, explicitamente enunciado, de favorecer a integração do bairro na cidade legítima.

Recusando filiações partidárias, a Associação Moinho da Juventude, por sua vez, nasce entre a população mais excluída, quase exclusivamente cabo-verdiana, contando com um forte envolvimento de mulheres e jovens. Perante os poderes públicos, é sobretudo reivindicativa e propositiva. Numa lógica que não compromete a afirmação desse tipo de autonomia enquanto organização da sociedade civil, o Moinho da Juventude é também a entidade que melhor consegue aceder a financiamentos públicos dirigidos ao terceiro sector, conquistando uma estabilidade que a distinguirá das outras. Tão ou mais importantes do que as interlocuções à escala municipal são, para esta associação, as colaborações com activistas sociais, criadores culturais e universitários de proveniências e a escalas geográficas diversas, amiúde designados, na associação, por “os amigos do Moinho” (Queirós 2018).

Em comum, as associações empenham-se na reivindicação do espaço como um recurso (Horta 2008). A questão da regularização fundiária, urbanística e habitacional da Cova da Moura constitui, desde a génese do próprio bairro, uma agenda pública que chama à colação um conjunto diversificado de actores, alguns deles com visões antagónicas sobre a via a seguir. É neste contexto que as três organizações aqui tratadas cooperaram ao longo dos anos numa luta pela “legalização”, reivindicando o reconhecimento do Bairro da Cova da Moura, com a sua história particular, como parte integrante da cidade metropolitana.

REFERÊNCIAS:

- ASCENSÃO, E.** (2013), Following engineers and architects through slums: the technoscience of slum intervention in the Portuguese-speaking landscape, *Análise Social*, 206, xlviii (1), pp.154-180
- CLARKE, A.** (2003), Situational Analysis: Grounded Theory Mapping After the Postmodern Turn, *Symbolic Interaction*, 26(4), pp.553-576.
- HEALEY, P.** (2006), Collaborative Planning: A Contested practice in Evolution, *Collaborative Planning. Shaping Places in Fragmented Societies*. New York: Palgrave, 315-338.
- HIBOU, B.** (2011), “O ilegal na cidade moderna”, em I. Raposo (coord.), *Urbanização de territórios de génese ilegal*. Relatório final do Projeto de investigação PTDC/AUR/71721/2006 (financiado pela FCT). Lisboa: Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa (CIAUD/Gestual), pp. 81-103.
- HORTA, A. P. B.** (2006), Places of resistance: Power, spatial discourses and migrant grassroots organizing in the periphery of Lisbon, *City*, 10(3), pp. 269–285.
- HORTA, A.P.B.** (2008). *A Construção da Alteridade. Nacionalidade, Políticas de Imigração e Ação Colectiva Migrante na Sociedade Portuguesa Pós-Colonial*. Lisboa: FCG/FCT
- JORGE, S. & Carolino, J.** (2019), Um lugar em produção: o caso da Cova da Moura, *Forum Sociológico* [Online], 34 URL: <http://journals.openedition.org/sociologico/4980>; DOI: <https://doi.org/10.4000/sociologico.4980>
- LONG, N.** (1992), From paradigm lost to paradigm regained? The case for an actor-oriented sociology of development, in N.Long e A.Long (Eds), *Battlefields of Knowledge. The interlocking of theory and practice in social research and development*. Londres: Routledge, pp.16-43.
- MASSEY, Do.** (2006), *For space*. Londres: Sage.
- QUEIROZ, C.** (2019) *Património Cultural Imaterial: políticas patrimoniais, agentes e organizações. O processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal*. (tese de doutoramento). retrieved from <https://run.unl.pt/handle/10362/61279>
- RAPOSO, I.** (2010), “Intervenção pública num bairro ‘crítico’, o Alto da Cova da Moura”. *Cadernos da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa*, n.º 7. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, pp. 97-103 (resultante de comunicação em conferência de Julho 2009).
- RAPOSO, I., Carolino, J., Crespo, J.L., Jorge, S., Pestana, J. e Valente, A.** (2012). Os Instrumentos Urbanísticos como Arena Social e a Percepção do Direito à Cidade: a Regeneração Urbana da Vertente Sul de Odivelas. comunicação apresentada no *VII Congresso Português de Sociologia – Sociedade, Crise e Reconfigurações*, Universidade do Porto, Junho de 2012

Olhares a partir da intervenção /prática
profissional: a Iniciativa Bairros Críticos

REFLEXÕES PROFISSIONAIS EM TORNO DA INICIATIVA BAIRROS CRÍTICOS: O CASO DA COVA DA MOURA

HELENA MIRE DORES E SUSANA SOUSA

O testemunho sobre a Iniciativa Bairros Críticos (IBC) na Cova da Moura poderá parecer deslocado numa publicação que se focaliza sobre “Olhares Académicos”. Com efeito, muitas das reflexões que podemos fazer em torno da Operação Cova da Moura nesse contexto decorrem de uma experiência de 6 anos (novembro de 2005 a abril de 2012) de trabalho coletivo envolvendo a esfera política, a administração pública central e local, a comunidade, através das suas organizações locais, e, também, a própria Academia.

O processo diferencia-se das intervenções desenvolvidas até então uma vez que, logo no diploma legislativo que a criou (RCM n.º 143/2005), se enquadra a Iniciativa como um processo experimental cujos resultados seriam levados em consideração na política de cidades que se pretendia executar. Neste sentido, sublinha-se no seu preâmbulo o desafio que representam as áreas urbanas críticas:

“Com efeito, pela concentração de problemas sociais, pelo desfavorecimento e menor capacitação das suas populações, pela concentração de grupos mais vulneráveis às diferentes formas de discriminação, pelo estigma social que lhes anda associado e pelo bloqueio de oportunidades, estes espaços, por um lado, constituem o mais urgente desafio em termos de promoção da cidadania e da coesão social e, por outro, representam um grande risco no que respeita a comportamentos que podem minar a qualidade de vida e a competitividade das principais aglomerações metropolitanas. Acresce que, por essas mesmas razões, estes são os espaços urbanos onde é mais complexa a intervenção, menos duradouros se apresentam os seus resultados e mais necessário se torna encontrar formas inovadoras de intervenção que assegurem um forte envolvimento local e resultem em maior capacitação das populações.”

Entende-se, assim, a abrangência e ambição da Iniciativa, ultrapassando em muito a reconversão/reabilitação/qualificação urbana sem, contudo, – em particular no caso da Cova da Moura – deixar de ter estes aspetos no centro do processo. Tratou-se, sobretudo, de uma aprendizagem de trabalho coletivo e de capacitação das organizações, tanto públicas como privadas, para a resolução conjunta dos problemas sentidos localmente. Sabia-se, à partida, que a qualificação urbana da Cova da Moura não seria concluída no tempo de vigência da IBC, mas a consolidação de práticas de co-construção da ação e de partilha de responsabilidades permitiria, a médio-longo prazo, cumprir esse desígnio.

Na fase inicial, em sede de concertação do Plano de Ação, foi possível negociar a elaboração de um plano de pormenor por parte de uma entidade externa, respeitando os seguintes pressupostos:

- a. a entidade seria selecionada por meio de concurso público;
- b. o júri que analisaria as propostas integraria, para além de técnicos da Câmara Municipal da Amadora, um técnico da Comissão de Bairro e um técnico do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), a entidade coordenadora da IBC;

¹ O LNEC foi responsável pelo levantamento e caracterização do edificado da Cova da Moura.

- c. a elaboração dos termos de referência para o procedimento concursal teria de ser consensualizada pelos parceiros;
- d. os termos de referência a elaborar deveriam privilegiar:
 - a manutenção no bairro e a permanência de todos os moradores que lá quisessem continuar, independentemente de ter a sua situação regularizada;
 - o respeito pela tipologia de habitação existente por forma a preservar a manutenção dos modos de vida no desenho do futuro bairro;
 - os dados resultantes do levantamento do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC)¹ para a fundamentação da solução urbanística;
 - a discussão alargada a todos os parceiros.

Importa destacar que, num ambiente de grande tensão e desconfiança mútua entre os dois principais parceiros envolvidos nesta ação – a Autarquia, com responsabilidades na gestão do território, e a Comissão de Bairro, como representante dos interesses de moradores e proprietários dos edifícios –, esta base de trabalho constitui, por si só, um esforço de parte a parte para criar condições com vista a uma solução o mais ajustada possível aos diversos interesses em presença.

Importa ter presente que a Cova da Moura é um bairro de génese ilegal que cresceu sobre terrenos que são propriedade privada, o que coloca, à partida, a necessidade de resolução da questão fundiária para permitir a legalização urbanística do parcelamento efetuado. Entre algumas soluções possíveis, considerou-se que aquela que melhor respondia aos interesses da autarquia e dos moradores e proprietários dos edifícios seria a transferência da posse dos terrenos para a Câmara Municipal (aquisição ou expropriação) e posterior concessão em direito de superfície aos beneficiários finais dos lotes a constituir. Esta solução, que aparentemente permitiria à Câmara Municipal controlar eventuais especulações imobiliárias sem deixar de dar aos proprietários dos edifícios a segurança necessária de um prazo de concessão dilatado, acabou por se revelar um elemento de tensão, uma vez que nunca foram completamente esclarecidos os termos da concessão do direito de superfície (mesmo que genéricos), contribuindo para aumentar os sentimentos de insegurança e mesmo de desconfiança.

Os atuais residentes do bairro têm perfis e aspirações muito diferentes. Por um lado, temos os “construtores” originais, proprietários de um ou mais edifícios que, nesta segunda hipótese, recorrem ao aluguer. Neste grupo temos ainda proprietários de edifícios ausentes (alguns há largos anos), que mantêm os edifícios em aluguer ou vagos. Por outro lado, temos um vasto conjunto de residentes, não proprietários de edifícios, que vivem em casas e partes de casa alugadas ou cedidas. Nenhuma das situações é regular, uma vez que nem os edifícios têm registo predial (embora sujeitos a IMI), nem a maior parte das situações de aluguer ou cedência são documentadas. Acresce o facto de, em qualquer das situações genericamente tipificadas, existirem certamente indivíduos e agregados sem capacidade de investimento na legalização e, porventura, sem possibilidade de acesso a eventuais programas específicos de apoio à legalização e qualificação habitacional (devido a situações de ilegalidade de permanência no país, insolvência, etc.). Neste sentido, facilmente se compreende a complexidade do problema.

Ao nível especificamente do tecido construído, uma boa parte do edificado da Cova da Moura – de acordo com a análise do LNEC – apresenta deficiências construtivas graves

ou muito graves. Ainda que se pudesse perspetivar um regime de exceção para a legalização, a maior parte dos edifícios precisa de intervenções, algumas muito pesadas. Independentemente de uma qualquer decisão externa para demolição, estamos em crer que os próprios proprietários se confrontariam com essa opção, dado que a manutenção nos termos legalmente exigíveis (ainda que com flexibilidade) seria incomportável.

Face ao conjunto de questões acima tipificadas, o Plano de Pormenor – mero instrumento de ordenamento urbano e de gestão – teria de ser suportado por uma clara e sólida estratégia de intervenção e por um consistente programa local de habitação, o que implicaria que todos os intervenientes – políticos, técnicos, proprietários, representantes locais – pudessem discutir em profundidade e serenamente possibilidades, soluções, consequências e impactos. Tal nunca aconteceu.

O tempo/os tempos jogaram a desfavor. Se é certo que os termos de referência para o concurso do Plano de Pormenor acabaram por ser consensualizados na Comissão Executiva com relativa brevidade, já o processo burocrático/administrativo na Câmara Municipal arrastou-se por quase dois anos por razões que se prendem com alterações legislativas, processos eleitorais, mudança de tutelas. Com ou sem razão, estes atrasos foram entendidos pelos parceiros como desinteresse e possível expediente para não avançar com o processo, abrindo campo para futuras soluções não condicionadas pelo acordo de parceria. Estes receios justificam tomadas de posição da Comissão de Bairro que acabaram por perturbar ainda mais o processo.

Do nosso ponto de vista, a reconversão/reabilitação/qualificação da Cova da Moura, no âmbito da IBC, foi uma oportunidade desperdiçada. Poderia ter sido um processo inovador e exemplar de intervenção em áreas urbanas críticas e – não custa sonhar – vir a ter projeção internacional e interesse académico como caso de estudo.

Difícilmente, num futuro próximo, voltarão a estar reunidas as condições que existiram durante a IBC para uma discussão alargada e participada sobre o modelo de integração urbana da Cova da Moura. A discussão centrou-se em torno da manutenção ou demolição do bairro, quase como posições redutoras e extremadas, tirando-se o foco das soluções intermédias, mistas e tecnicamente fundamentadas e discutidas.

Melhorar substancialmente a qualidade do ambiente urbano e as condições de vida da população residente, no respeito pela tipologia existente e preservando os modos de vida específicos e enraizados, encontrar as soluções técnicas, financeiras, economicamente viáveis e socialmente justas para que tal aconteça, são desafios que porão à prova competências técnicas e académicas na procura de abordagens e resultados necessariamente inovadores. Um desafio também à vontade política de resolver uma questão “impopular”. O processo IBC foi interrompido abruptamente no final de abril de 2012, a mais de um ano e meio do seu término previsto. Ficaram por consolidar os processos iniciados, mas fica-nos a certeza de que é possível desenvolver novos paradigmas de intervenção.

Na nossa opinião, a experiência da IBC demonstra/demonstrou que, de um modo geral, as instituições – as públicas e as não governamentais – talvez não estivessem suficientemente preparadas para abarcar a “flexibilidade” que uma medida política desta natureza implica. Foi um processo de aprendizagem coletiva, que talvez demonstre que a IBC, enquanto política, foi prematura no seu tempo. Um exemplo claro deste desfasamento temporal, a título ilustrativo, é o facto de, perante uma interrupção abrupta, antecipada e unilateral

² RCM 189/2007, de 31 de dezembro.

³ Cova da Moura; Vale da Amoreira (Moita) e Lagarteiro (Porto).

(à margem da legislação em vigor à data, que prorrogava a IBC até dezembro de 2013² e do protocolo de compromisso coletivamente subscrito e homologado), as diferentes entidades que se coresponsabilizaram pela intervenção não terem exigido outro tipo de resposta por parte de quem coordenava a intervenção e assumiu o seu fim antecipado.

Se desde cedo se percebeu que as expectativas de resolução da questão da Cova da Moura no prazo previsto na Iniciativa foram demasiado ambiciosas (talvez mesmo irrealistas), o agravar da situação de crise económica em que mergulhou o nosso país tornou esses prazos completamente inexequíveis. Contudo, em momento algum, tornaria impossível a prossecução do sentido desta intervenção. Pelo contrário, caso fosse assumido de forma transparente a necessidade de recalendarização da intervenção, a Cova da Moura estaria agora (face ao desenho do novo quadro comunitário) numa posição privilegiada (face a muitos outros territórios) para prosseguir o plano inicialmente previsto no protocolo. Foi um momento desperdiçado no sentido de melhorar a qualidade de vida de quem habita o Bairro!!!!

Mas, se ao nível dos resultados objetivos (face ao plano de ação desenhado) a IBC pode ter falhado, dois anos após a saída do território (deste e dos restantes onde a IBC interveio³) pode considerar-se que esta política experimental cumpriu uma parte relevante do seu desígnio: o de funcionar como espaço de reflexão sobre os problemas que se colocam à intervenção em “áreas urbanas críticas”.

Deste processo de aprendizagem, resulta claro que a existência de uma forte capacidade de auto-organização das comunidades não pode ser vista apenas como um fator de sucesso de uma intervenção territorial integrada, pois a necessidade que, ao longo do tempo, “obrigou” as entidades a auto-organizarem-se de forma autónoma, torna frequentemente mais morosos os processos de concertação de posições e de construção de uma ação coletiva, por tornar mais difícil entender a posição do “outro lado” e encontrar plataformas mínimas de consenso.

Fica igualmente claro que a existência de um histórico de “conflito” entre diferentes atores coletivos, territorialmente contextualizado, fundamenta a necessidade de uma forte presença de entidades politicamente empenhadas na resolução da questão, mas, em simultâneo, que não tenham um histórico de relação com aquele território, por forma a que possam funcionar como elementos de facilitação neste processo de construção de consensos. Neste caso, este papel foi desempenhado pela administração central através da coordenação atribuída ao IHRU.

Sublinha-se a necessidade de estruturas de animação territorial e interinstitucional que constantemente motivem e façam convergir para o território os diferentes atores e recursos, mas também de atender aos riscos, sobretudo em contextos territoriais de forte conflitualidade interinstitucional, de uma comunicação menos transparente ou mais parcial. Exatamente por haver um percurso de vários anos de desconfiança, a clarificação/fundamentação atempada do que cada entidade não consegue cumprir, nos prazos acordados, deve ser sempre explicada, bem como deve ser fundamentada e assumida, de forma clara, a necessidade de tomadas de posição aparentemente contrárias às previstas. Não obstante a permanente atenção a esta questão, o processo da Cova da Moura está marcado por inúmeros mal-entendidos e falhas de comunicação, decorrentes da forma excessivamente fechada que marca os nossos sistemas organizacionais. O sentimento de desconfiança de

partida, que marcava a intervenção na Cova da Moura, implicava uma maior disponibilidade de todas as entidades para assumirem de forma séria a partilha das dificuldades e de facilitação da informação, porque a ausência de informação transforma-se rapidamente em reinterpretações.

Por um lado, ressalta a necessidade de constante demonstração do envolvimento e proximidade política, como forma de dar confiança ao processo, sobretudo nos momentos de impasse, ou seja, a criação de condições (desde o nível local ao nível ministerial) para a consolidação da confiança e empatia nos processos. Por outro lado, há que ter consciência de que, mais do que a existência de linhas de financiamento específicas, intervenções desta natureza implicam um acreditar e um efetivo envolvimento político!!!!

Importa destacar ainda que, embora a intervenção na Cova da Moura não se limitasse à reabilitação física do bairro, a verdade é que esta dimensão impossibilita ou condiciona a disponibilidade dos vários atores para as restantes ações, caso não avance de forma célere. Não obstante as questões menos conseguidas, dois anos volvidos da saída do Bairro, continuamos a acreditar que modelos de intervenção em áreas urbanas críticas (e não só) terão de passar por modelos similares e, nesse contexto, a experiência e aprendizagens da IBC poderiam/poderão ser um enorme potencial a incorporar nos instrumentos nacionais que irão viabilizar a Estratégia Europa 2020. A intervenção da IBC de algum modo antecipou/preconizou o que vieram a ser as orientações da UE: abordagens territoriais integradas (saibam os novos contextos de governação central e local, mobilizar o capital de aprendizagem gerado)! Abordagens deste tipo, e porque obrigam a abordagens intersectoriais e interinstitucionais, implicam um forte alinhamento político e uma forte disponibilidade da administração central para, no que são as especificidades/responsabilidades de cada sector, potenciar a flexibilização territorial das suas medidas de política (ou como comumente se designa: a territorialização das políticas públicas), mas implicam também assumir uma política clara (e uma tutela clara) que valorize o território e, mais especificamente, conduza a uma política de cidades que teve, no contexto do XVII governo constitucional, condições/competências de exceção após a qual entrou num processo de desinvestimento sucessivo, sendo atualmente praticamente inexistente.

Se se acredita que a Cova da Moura estaria, no próximo quadro comunitário, melhor posicionada para retomar o processo interrompido (pela orientação de um plano de intervenção assente numa abordagem territorialmente integrada como a preconizada pela Estratégia 2020), reconhece-se que será muito difícil (e se calhar pouco legítimo) pedir a uma comunidade que volte a acreditar (e a envolver-se) num processo similar.

Tendo presente esta perceção e embora nos fique a certeza de que é possível desenvolver novos paradigmas de intervenção assentes em processos de envolvimento das comunidades e de corresponsabilização dos parceiros, há duas tensões que processos desta natureza têm de resolver (e equacionar):

- os impactos negativos ao nível da expectativa das comunidades, quando processos desta natureza terminam abruptamente (e os reflexos que isso pode ter na recuperação da confiança das comunidades para projectos futuros);
- a criação de mecanismos que garantam a impossibilidade de “desresponsabilização” da administração pública dos compromissos que subscreve, ou seja, tornar as intervenções menos dependentes de processos eleitorais e alterações institucionais.

Embora faltando uma avaliação externa que permita sistematizar, de forma mais independente, os adquiridos e os não concretizados da IBC, neste balanço pessoal (entre resultados e frustrações) há duas questões que inequivocamente ficam: uma perplexidade face à fraca reação dos diferentes parceiros envolvidos, nomeadamente ao fim antecipado e unilateral da IBC (contrariando o previsto na legislação em vigor); e uma forte ligação emocional ao bairro (por quem com ele trabalhou) e uma constante atenção ao que será o seu futuro... a par de uma disponibilidade para continuar a colaboração!!!!

COMENTÁRIOS PESSOAIS SOBRE A METODOLOGIA DE ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE HABITABILIDADE APLICADA NO BAIRRO DO ALTO DA COVA DA MOURA (2007/2008)

ANTÓNIO BAPTISTA COELHO

Tendo em conta o processo geral de análise aplicado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC) no Bairro do Alto da Cova da Moura (BACM), e lembrando que o que é novo é sempre mais difícil ou complicado, importa comentar que no Núcleo de Arquitetura e Urbanismo do LNEC e nas entidades universitárias no geral sempre houve uma tradição de, quase sempre, fazer coisas novas, intervenções e estudos novos, à medida que os desafios nos vão sendo colocados.

E isso é interessante e estimulante, marcando o passar dos anos com uma elevada dinâmica de diversificação e aprofundamento de estudos teórico-práticos, com múltiplos resultados entre os quais o oportuno desenvolvimento de variadas valências técnicas e científicas; mas há que registar que uma tal dinâmica tem, naturalmente, os seus riscos, ligados a não podermos, à partida, ter uma garantia total de êxito nas ações desenvolvidas, designadamente, quando, tal como foi o caso no BACM, é necessário desenvolver uma nova metodologia de análise para dar resposta ao objetivo central do desafio que nos foi colocado pelas entidades que solicitaram o trabalho.

Tal situação levou, por exemplo, a que, quando começámos este processo, no final de 2007 – a nossa análise decorreu, depois, durante todo o ano de 2008 –, houve até comentários de colegas, e por sinal bem ligados à problemática existente no BACM, que sublinharam a dificuldade e dimensão da tarefa que tínhamos pela frente, duvidando até da possibilidade de ela ser adequadamente concluída nos prazos previstos. Há que salientar ter sido uma metodologia específica aquela que o LNEC desenvolveu e usou, em 2007 e 2008, com o essencial apoio do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), para análise das condições de habitabilidade e proposta de intervenções de reabilitação do edificado da zona urbana e residencial informal que constitui o BACM.

Evidentemente que tínhamos a noção da complexidade e sensibilidade do trabalho que nos era pedido, e nele é essencial destacar, em primeira linha, a conjugação das tarefas do LNEC, que preparou, aplicou e coordenou a análise, com as dos outros intervenientes e parceiros ligados à intervenção no BACM, e nestes há que salientar os habitantes do bairro, representados nas suas associações, a ampla equipa do IHRU e a Câmara Municipal da Amadora, que apoiou sistematicamente toda a intervenção; havendo, no entanto, todo um outro leque de parceiros sociais cuja articulação prévia e diálogo continuado foram também vitais no processo e cuja articulação tinha sido previamente assegurada por responsáveis do IHRU e da Câmara Municipal.

No que respeita ao trabalho de coordenação por parte do LNEC, ele foi assegurado por uma pequena mas coesa equipa, em que a minha direção foi sempre apoiada pela eficaz intervenção, a título de uma “sub-coordenação”, pelo então ainda doutorando Engº António Vilhena, hoje investigador do Laboratório, e por uma extremamente eficaz microequipa

operacional integrada pelo Arq.º João Bento – hoje em dia em doutoramento – e pelo Eng.º Eduardo Rodrigues. Na equipa do LNEC houve colegas que realizaram a sua intervenção muito especificamente no desenvolvimento da metodologia de análise, como foi o caso do Arq.º e investigador João Branco Pedro, então praticamente de partida para uma longa estadia fora do País, e muitos colegas que em todo o Departamento de Edifícios do LNEC apoiaram nas suas áreas específicas de especialidade.

Mas a equipa da análise das condições de habitabilidade do BACM não foi restrita ao LNEC, pois integrou, de pleno direito: (i) um amplo conjunto de habitantes do bairro que acompanharam sistematicamente todas as microequipas de análise local, numa base diária, ao longo de quase um ano de trabalho; (ii) uma ampla e extremamente qualificada e motivada equipa de colegas e técnicos do IHRU, maioritariamente arquitetos e engenheiros, que realizaram grande parte da análise e apoiaram depois no tratamento dos respetivos dados; (iii) e, ainda, colegas técnicos da Câmara Municipal da Amadora, que estiveram sempre presentes no bairro, apoiando em tudo o que foi necessário e assegurando uma ponte constante com o município.

De certa forma, o que fizemos, frente ao referido quadro/problema complexo e sensível, de uma análise da habitabilidade de uma zona urbana informal, articulada com a proposta de intervenções de reabilitação, edifício a edifício, foi subdividir a situação em “parcelas” mais identificáveis e domináveis, resolvendo-as, depois e sequencialmente, num processo com um máximo de coerência geral e estruturado por subfases de ensaio, verificação e avaliação do adequado andamento da mesma análise.

O principal objetivo foi desenvolver uma espécie de “radiografia” pormenorizada das condições que caracterizavam o edificado do BACM, considerando as suas diversas e complementares vertentes: de relacionamento urbano mútuo; de funcionalidade/dimensionalidade; de construtividade; e de viabilidade de reabilitação física.

Tentar desenvolver, num prazo relativamente restrito, uma análise o mais adequada possível do conjunto de edifícios do Bairro do Alto da Cova da Moura, que integra quase 1000 edifícios e 2000 unidades (essencialmente habitações, mas também unidades comerciais), foi uma tarefa complexa e intensa. Mas naturalmente que a quem coordena este tipo de processos se exige, em primeiro lugar, um diálogo com quem solicita o trabalho, de modo a se encontrar um prazo adequado à sua execução – em termos das exigências da tarefa e da urgência da mesma – e, sequencialmente, a estruturação do mesmo trabalho nesse prazo e em relação com a devida programação dos meios humanos e técnicos necessários à sua concretização. Desta forma, foi programada toda a tarefa, desde um (i) período inicial em que, simultaneamente, a pré-análise do BACM aconteceu, enquanto se preparava a respetiva metodologia de análise, (ii) passando ao período (mais longo) de análise do BACM, pormenorizadamente, edifício a edifício, (iii) ao apuramento dos resultados finais obtidos e, finalmente, (iv) à sua comunicação aos principais parceiros e interessados – os habitantes, os autarcas da Câmara Municipal da Amadora e o IHRU.

Em termos de prazo global, esperava-se concluir o trabalho um pouco antes do final do ano de 2008, mas estendeu-se por dois/três meses suplementares este prazo, o que se considera perfeitamente aceitável face ao conhecimento, que se ia aprofundando, do bairro e à existência de um maior número de unidades e edifícios do que aqueles que estavam previstos. A ideia visada era o desenvolvimento de uma análise das condições de habitabilidade do BACM, mas não uma “simples” análise das condições do edificado. A ideia que nos

foi então apontada pelo IHRU e pela Secretaria de Estado visava o desenvolvimento de uma análise pormenorizada, tendo em conta, designadamente, a existência de edifícios e construções “informais” (“espontâneos”/“clandestinos”), eventualmente caracterizados por condições de insegurança, precariedade crítica, má influência urbana e críticas condições ambientais e/ou dimensionais/funcionais, mas direccionando imediatamente a referida análise com o sentido prático de perceber e registar, em cada edifício e em cada unidade (ex., habitação, comércio), quais as suas respectivas características em termos de condições de habitabilidade e de relacionamento urbano mútuo, e estruturando, logo, cada situação concreta, relativamente ao respetivo potencial que aquele edifício, ou unidade, ofereceria em termos da sua viabilidade técnica e económica num quadro de reabilitação.

Esta perspetiva ampla e prática de análise do edificado e do seu potencial de reabilitação exigiu muito, seja das ferramentas de pré-análise e de análise, seja, essencialmente, por parte dos membros da ampla equipa que realizou e coordenou essas análises, mas julgamos que foi um trabalho interessante e muito útil, designadamente, no que se refere ao apoio e enquadramento da continuidade da intervenção no bairro.

Posteriormente, o trabalho teve o seu desenvolvimento, iniciando-se com uma estratégica uniformização das ferramentas informáticas usadas por todos os intervenientes no processo, visando-se, assim, e a mais de um ano de distância, a construção de um arquivo do edificado do BACM, “casa” a “casa”. Prosseguiu-se com uma vital pré-análise, que proporcionou (i) um contato entre as equipas e com os habitantes, (ii) um conhecimento introdutório do bairro, (iii) as ferramentas cartográficas devidamente atualizadas e (iv) um período de “almofada” temporal, dando o tempo e a calma necessários à boa elaboração e validação do método de análise, num conjunto de passos de análise prévia que, não tenho hoje qualquer dúvida, acabaram por viabilizar todo o processo. Depois, avançou-se para uma análise sistemática, caso a caso, tecnicamente exigente, estrategicamente sempre acompanhada pelos moradores e sequencialmente avaliada e verificada no seu desenvolvimento. Finalmente, chegou-se à geração dos resultados finais da análise, concretizados num conjunto de plantas de síntese devidamente comentadas, num trabalho que foi muito da responsabilidade da equipa coordenadora do LNEC, mas onde também houve uma preciosa participação por parte dos colegas do IHRU que trabalham no SIPA – Forte de Sacavém. Salienta-se que praticamente todos os intervenientes no processo tiveram contato direto, prolongado e intenso, com a realidade do BACM, uma opção essencial no resultado final do trabalho.

Em termos de reflexão geral, talvez que a principal perspetiva assegurada por esta análise tenha sido a integração e a fusão maximizadas entre o grau de reabilitação provável, que caracteriza cada um dos cerca de 1000 edifícios e 2000 unidades do bairro, e as respetivas e específicas condições, eventualmente, críticas de vizinhança, proximidade e contiguidade, de cada edifício com os edifícios contíguos e vizinhos.

É assim, por exemplo, da conjugação entre (i) uma eventual situação de reabilitação identificada como “média” ou como “profunda” de um dado edifício e (ii) a eventual existência de proximidades críticas entre vãos desse edifício e habitações vizinhas, (iii) que resulta uma “radiografia” desse edifício, que perspetiva o seu potencial de viabilidade, seja em termos de obras exigidas – que aliás são logo esquematicamente apontadas no âmbito da

análise –, seja em termos da sua influência positiva ou negativa nos aspectos de conforto ambiental e de segurança da respectiva vizinhança edificada.

Mas salienta-se que esta análise, embora muito pormenorizada, não foi, então, considerada determinante nos sentidos das decisões a tomar em termos do quadro pormenorizado de reabilitação de cada edifício do BACM ou até da eventual proposta de demolição de determinadas construções e edifícios – caracterizados por condições críticas de habitabilidade e de relação com edifícios envolventes. Julga-se, pois, que será, sempre, do cruzamento dos resultados desta análise com os resultados do Plano de Pormenor, que resultarão tais decisões.

Assim, sublinha-se que a base de dados informatizada das condições de habitabilidade e de potencial de reabilitação dos edifícios do BACM, criada por esta análise, constitui uma preciosa ferramenta de trabalho que poderá ser cruzada e articulada com duas outras ferramentas de trabalho fundamentais: (i) o estudo de caracterização social do BACM, que nos faculta a imagem aproximada da sua vida e do seu conteúdo humano e urbano; e (ii) o estudo urbanístico do mesmo Bairro desenvolvido no âmbito do respectivo Plano de Pormenor e que poderá clarificar as suas principais carências e potencialidades, por exemplo, em termos de acessibilidades, equipamentos, espaços públicos, verde urbano, entre outros.

Só após a concretização destes três passos processuais subsequentes – análise das condições de habitabilidade, caracterização social e estudo urbanístico – parece ser possível chegar a conclusões específicas sobre a futura configuração pormenorizada da malha urbana e residencial que caracterizará um bairro, que se deseja que venha a ser positivamente renovado em termos físicos e sociais, e, desejavelmente, evidenciado por um carácter próprio e único. Este objectivo julgo que deve ser generalizado a qualquer acção de reurbanização da cidade informal, pois valerá bem a pena aproveitar a singularidades e as diversidades de cada zona específica, afastando-se os sempre recorrentes fantasmas de uma regularização uniformizadora e descaracterizadora. Esta é uma opinião naturalmente muito pessoal, aliás como outras opiniões aqui expressas.

Salienta-se, agora, que se fez aqui uma síntese de um processo longo, complexo e sensível, com todos os problemas que uma síntese tem, embora neste caso numa perspectiva de comentários pessoais sobre o referido processo, e desta forma também aqui se lembra e regista, praticamente, um ano da vida das muitas pessoas que nele cooperaram, técnicos e moradores. Devo dizer que nada disto poderia ter sido feito sem uma equipa alargadíssima e extremamente motivada por parte do IHRU e com apoio continuado dos moradores e do município. E nesta matéria lembro, também, que tentámos uma grande exigência por parte das próprias equipas, pois procurámos assegurar, desde o princípio do processo, que cada equipa (de cerca de três/quatro pessoas, incluindo um morador), integrasse um técnico considerado “sénior”, já que a experiência de obra é um dos aspectos considerados de grande relevância na fiabilidade dos resultados obtidos. E também nada disto poderia ter sido feito sem os técnicos da Câmara Municipal da Amadora, que esteve em articulação perfeita conosco, designadamente, na estruturação diária do trabalho e sempre quando se encontravam situações sociais e habitacionais complicadas, que eram imediatamente comunicadas, resultando em atuações adequadas.

Quanto à questão, que sempre se coloca, dos diversos ritmos e formas de atuação das diferentes entidades, a ideia que se apura desta experiência no BACM é que será sempre

possível coordenar intervenções, desde que a partir de equipas coesas e motivadas e num quadro operacional devidamente adequado. Nesta matéria, e lembrando aqui o perfil de trabalho do LNEC, basicamente multidisciplinar e participado, há que sublinhar que estamos disponíveis a quem queira trabalhar connosco, para sermos úteis, trabalhando em conjunto com os colegas de outras entidades.

Um dos principais objetivos do trabalho do LNEC na Cova da Moura, que se julga ter sido bastante conseguido, foi coordenar a criação de um “arquivo” do edificado do bairro, devidamente protegido em termos de privacidade de acesso, feito edifício a edifício e aberto a desenvolvimentos futuros. Portanto, aberto a integrar informações de outras equipas, de outros trabalhos que venham a seguir, no que toca aos aspetos sociais e a outros aspetos ligados ao Plano de Pormenor e a outras eventuais intervenções urbanísticas. O que fizemos foi um trabalho com uma base aberta, para inclusão de outros trabalhos, de outras perspetivas e de outras contribuições, que venham a ser necessárias e oportunas, considerando a evolução do processo.

Face à complexidade e sensibilidade que o caracteriza, como todos entendemos, qualquer intervenção de melhoria da cidade informal, e em termos de uma muito curta reflexão final e novamente no quadro de uma estrita opinião pessoal, sublinha-se que os respectivos e posteriores projetos urbanos pormenorizados a implementar poderão caracterizar-se por uma sensibilidade ampla, múltipla e aprofundada e pela qualidade da sua Arquitetura urbana. São estes os atributos que se julga terem sido servidos por uma análise das condições de habitabilidade apurada e cuidadosa, seja na respetiva pormenorização, seja pela sua abertura e diversificação de análise e sentido aberto e aditivo. Trata-se, portanto, de uma análise dirigida para o desenvolvimento de uma base de dados adequada à sua utilização no projeto urbano posterior e complementável em termos de novas informações sociais e físicas.

De forma genérica, são estes os comentários pessoais globais e metodológicos¹ que gostaria de salientar e que retirei dos cerca de 16 meses aplicados na coordenação da análise das condições de habitabilidade do bairro informal do Alto da Cova da Moura, na Amadora, a dois passos de Lisboa.

¹ Notas finais explicativas: o presente texto corresponde e complementa uma intervenção oral realizada pelo autor no quadro da sessão que deu origem a esta publicação, salientando-se que os conteúdos apontados se referem a opiniões estritamente pessoais, do autor, relativas ao processo metodológico e prático que coordenou, em 2007/2008, na análise das condições de habitabilidade desenvolvida e aplicada pelo LNEC, com apoio do IHRU, dos habitantes do bairro e da CMA, no Bairro do Alto da Cova da Moura em 2007/2008.

NORMAS PARA APRESENTAÇÃO

Requisitos para a apresentação de originais:

1. Os artigos propostos deverão ser originais, comprometendo-se os autores a não os candidatarem em simultâneo a outra publicação.
2. Os textos devem ser formatados a espaço e meio (inclusive as notas e bibliografia) e corpo de letra 12. Devem ser enviados por e-mail (cidade.convive@gmail.com), com o ficheiro de texto em Word for Windows.
3. O limite máximo de dimensão dos artigos é de 30.000 caracteres (com espaços), incluindo notas, bibliografia, quadros e figuras. Cada artigo deve ser acompanhado de um resumo com um máximo de 650 caracteres, se possível traduzido em inglês. A seguir ao resumo devem ser acrescentadas três ou quatro palavras-chave. Cada artigo não deve ultrapassar um total de sete quadros ou figuras. Deve apresentar também um reduzido número de notas de rodapé.
4. Nos artigos, sugere-se a utilização de, no máximo, dois níveis de titulação, preferencialmente sem numeração, ou com numeração árabe.
5. As transcrições deverão abrir e encerrar com aspas. Os vocábulos noutras línguas devem ser formatados em itálico.
6. Os elementos não textuais nos artigos devem ser organizados em quadros e figuras, identificados com numeração árabe contínua para cada um destes tipos de elementos.
7. Nas chamadas de nota de rodapé devem utilizar-se apenas números, sem parêntesis. A numeração das notas deve ser contínua do princípio ao fim do artigo.
8. As referências bibliográficas das obras citadas devem obedecer às seguintes orientações:
 - a) Livro – Apelido, Nome Próprio (ano, ev. ref. da primeira edição), Título do Livro: subtítulo, Local de edição: Editor.
 - b) Artigo em publicação periódica – Apelido, Nome Próprio (ano), Título do artigo: subtítulo, Nome da Revista, volume (número), páginas.
 - c) Textos em coletâneas – Apelido, Nome Próprio (ano, com ou sem ref. à primeira edição), Título do texto: subtítulo, em Nome Próprio e Apelido (org.), Título da Coletânea, Subtítulo, Local de edição: Editor, páginas.

9. Todos os trabalhos enviados devem:

- a)** conter a versão final do texto, pronta a publicar, devidamente revista de eventuais gralhas;
- b)** quando incluírem materiais gráficos, fazer-se acompanhar dos respetivos – no programa em que foram construídos – com indicação, no texto, dos locais onde devem ser inseridos. Os elementos extratexto (gráficos, mapas, gravuras ou fotografias) devem ser entregues em ficheiros autónomos devidamente identificados: os gráficos num só ficheiro Excel; outras figuras, em formato ‘.png’, ‘.jpg’ ou ‘.tif’, em ficheiro próprio único.
- c)** assinalar claramente as expressões a imprimir em itálico, ou a destacar por outra forma gráfica;
- d)** vir acompanhados de breve currículo do(s) autor(es), com indicação da formação académica e da situação profissional do(s) autor(es), bem como das instituições em que desenvolve(m) atividade e elementos de contacto (endereços(s) de e-mail).

10. Os artigos propostos para publicação serão submetidos a parecer de especialistas das áreas científicas em causa, em regime de anonimato. A decisão final de publicação é da responsabilidade do conselho de redação.

REFEREES

ALCIDES LOPES, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

DEBORA CAVALCANTI, Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

FRANCESCO BIAGI, CIAUD, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL)

ISABEL RAPOSO, CIAUD, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL)

JÚLIA CAROLINO, CIAUD, Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa (FAUL)

JULIANA DEMARTINI, Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

SAILA SAARISTO, Universidade de Helsínquia

SÍLVIA JORGE, CiTUA, Instituto Superior Técnico

SOFIA SÁ, Instituto Superior Técnico

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Espaços vividos e espaços construídos: estudos sobre a cidade - Revista nº11

EDIÇÃO

Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design/CIAUD

Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

Rua Sá Nogueira | Pólo Universitário | Alto da Ajuda

1349-055 Lisboa – PORTUGAL _ Tel.: +351 21 361 5817

E-mail: ciaud@fa.ulisboa.pt _ Sítio: <http://ciaud.fa.ulisboa.pt/>

CONSELHO DE REDAÇÃO

José Luís Crespo (Diretor); Maria Manuela Mendes; Teresa Sá; Carlos Ferreira; Jorge Nicolau

CONSELHO EDITORIAL

Alessia de Biase, Laboratoire Architecture Anthropologie, ENSA Paris La Villette; Elisabete Freire, FAUL; Fernando Moreira da Silva, FAUL; Filipa Ramalhete, UAL; Frank Eckardt, Bauhaus-Universität Weimar, Fakultät Architektur und Urbanistik; Graça Índias Cordeiro, CIES-ISCTE; Graça Moreira, FAUL; Hugo Farias, FAUL; Inês Simões, FAUL; Isabel Guerra, ISCTE-IUL e UCP; Isabel Raposo, FAUL; João Cabral, FAUL; Jorge Macaísta Malheiros, IGOT-UL; Rita Almendra, FAUL; Sofia Morgado, FAUL; Tânia Ramos, FAUL; Tommaso Vitale, Centre d'études européennes, Sciences Po Urban School; Vírgilio Borges Pereira, ISFLUP

INDEXAÇÃO

Latindex

CRÉDITOS

DESIGN GRÁFICO

Francisca Rodrigues e Camila Andrade

EDIÇÃO DIGITAL

ISSN: 2183-4644

url: http://biblioteca.fa.ulisboa.pt/images/revistas/espacos_vividos_e_espacos_construidos010.pdf

APOIOS

FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação e Ciência

CIAUD – Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa